

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO – MESTRADO EM EDUCAÇÃO

LUCIANO DE OLIVEIRA

O PROCESSO DE ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA DAS
SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

PONTA GROSSA
2011

LUCIANO DE OLIVEIRA

O PROCESSO ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA
DAS SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Dissertação apresentada como requisito à
obtenção do título de Mestre em Educação
no Programa de Pós-Graduação Mestrado
em Educação da Universidade Estadual de
Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Esméria de Lourdes
Saveli

PONTA GROSSA
2011

Ficha Catalográfica Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

O48p Oliveira, Luciano
 O processo escolha do livro didático de Língua Portuguesa das séries
 finais do Ensino Fundamental / Luciano Oliveira. Ponta Grossa, 2011.
 128f.
 Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de
 Ponta Grossa.
 Orientadora: Prof. Dr.ª Esméria de Lourdes Saveli

1. Políticas educacionais. 2. Educação Básica. 3. Livro Didático.
4. Processo de escolha. I. Saveli, Esméria de Lourdes. II. T

CDD: 379

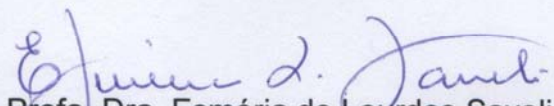
TERMO DE APROVAÇÃO

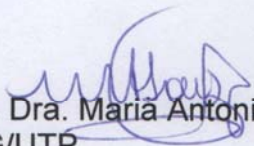
LUCIANO DE OLIVEIRA


O PROCESSO DE ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA DAS SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientador


Profa. Dra. Esméria de Lourdes Saveli
UEPG


Profa. Dra. Maria Antonia de Souza
UEPG/UTP


Prof. Dr. Névio de Campos
UEPG

Ponta Grossa, 27 de junho de 2011

A Deus agradeço a oportunidade de contar comigo para melhorar este mundo!

Especialmente à Professora Dr. Esméria de Lourdes Saveli, orientadora, grande mestra, amiga, mãe, que soube acolher-me e incentivar-me neste trilhar árduo de trabalhador da educação, por ter me ensinado os percursos deste caminho de pesquisa com competência, seriedade, dedicação e confiança, com que aprendi muito sobre educação e política.

Aos prof. Dra. Maria Antonia de Souza, Névio de Campos e Maria José Subtil, membros da banca examinadora, pela competência, atenção e valiosas contribuições apresentadas.

Ao professor Doutor Névio Campos, que sendo amigo, soube mostrar-me novos horizontes de reflexão. Sábio e inteligente descortinou-me um universo imenso para continuidade no mundo da pesquisa.

Ao coordenador do Programa de Mestrado em Educação, Professor Doutor Jefferson Mainardes, obrigado pelo apoio e incentivo.

Ao Programa de Mestrado em Educação, pelo aprendizado e descobertas, ao longo deste caminho.

Aos meus pais Valdevino de Oliveira e Maria Elzita de Oliveira, leitores do mundo, que sem terem pisado no chão de uma escola, tem orgulho de mim, por ter chegado até aqui.

Aos meus irmãos Edenilson José de Oliveira, espiritualista e colaborador nas horas de desânimo, Abel de Oliveira e Renilson de Oliveira.

A minha eterna companheira Mariani que comigo dividiu alegrias e sofrimentos durante esse caminho de aprendizado, oferecendo seu amor e seu apoio. Minha sogra Doracy e cunhada Clézia grandes companheiras e conselheiras.

Ao meu grande tesouro Thaylla, que esteve lado a lado do papai, contando histórias de joaninhas e perguntando porque o pai nunca saia da frente do computador para brincar com ela.

Aos meus amigos e amigas por apoiarem-me neste caminho, Carla de Oliveira e Beto, ao pessoal do Marista que contribuíram para eu chegar até aqui. Agradeço aos Irmãos, Valter, João do Prado, Ilário, Zeferino, José e Ivo. A Regina Copes pelo apoio.

Aos meus amigos do Programa do Mestrado, obrigado pelo carinho.

Aos meus alunos que são muitos e especiais.

Aos professores, pedagogas e diretores das escolas pesquisadas, sempre partilhando utopias em busca de uma educação melhor.

*A todos que de alguma forma foram atores, escritores e vozes desta pequena história,
Meus sinceros agradecimentos!*

RESUMO

Esta pesquisa discute a política pública do livro didático, através das orientações advindas do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Focaliza no estudo o processo de escolha do livro didático de Língua Portuguesa, das séries finais do Ensino Fundamental, em escolas públicas estaduais. Tem como principal objetivo compreender como acontece, no interior da escola, o processo de escolha do livro didático e como os professores utilizam esse material didático no seu trabalho docente. Para a coleta dos dados empíricos foram realizadas entrevistas com pedagogas e professores de língua portuguesa que atuavam em escolas estaduais do município de Ponta Grossa – PR. Essas entrevistas foram gravadas e depois de transcritas lidas diversas vezes, com o objetivo de identificar os pontos principais das informações para elencar, do próprio discurso dos sujeitos pesquisados, categorias de análise. Após a identificação dessas categorias, os discursos individuais foram organizados em discursos coletivos. Esse procedimento de organização dos dados coletados foi inspirado no DSC (Discurso do Sujeito Coletivo) de Lefreuve e Lefreuve (2005). Para a discussão dos dados Oliveira e Guimarães (1984), Freitag et. al (1987, 1993), Batista (2001, 2004), Cury (2009) contribuíram para resgatar aspectos históricos e políticos do livro didático. Os autores Apple (1995), Heller (1989) e Chartier (2002) auxiliaram para a ampliação de conceitos sobre o livro didático, sobre o cotidiano da escola e para a compreensão das práticas que os professores desenvolvem, na sala de aula, com o uso do livro didático. O resultado da análise constatou que há desconhecimento entre o que apregoa os documentos oficiais sobre a forma como deve ocorrer a escolha do livro didático e as práticas, que são efetivadas no interior da escola. Outro ponto evidenciado foi que esse material impresso, o livro didático, disponibilizado pelo MEC, escolhido pelos professores, constitui-se em um material de apoio importante para os professores, no entanto o seu uso na sala de aula não é adequado em função de entraves burocráticos da própria política do PNLD. Foi possível verificar que o Estado brasileiro catalisou, desde o início da 1ª lei do livro didático, intelectuais e grupos de certo reconhecimento social e acadêmico, de diferentes matizes ideológicas para compor a equipe do MEC, definir a política, classificar os livros disponibilizados para a análise na esfera federal, com vistas a garantir a legitimidade da ação estatal. O estudo evidenciou que o produto livro didático desempenhou e continua a desempenhar um papel decisivo nos embates políticos estabelecidos entre o Estado e a sociedade civil à medida que atende a interesses de ordem econômica, social, política e religiosa de determinados grupos editoriais.

Palavras chave: Políticas educacionais, Educação Básica, Livro Didático, Processo de escolha.

ABSTRACT

This research discusses the public policy of the textbook, obtained by following the guidelines of the Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Study focuses on the process of choosing textbook of Language Portuguese, the final fundamental teaching education in state education. Its main objective is to understand how it happens inside of school, the process of choosing textbook and how teachers use the textbook in their teaching. To collect this information, interviews were conducted with pedagogues and teachers of Language Portuguese who worked in state schools in the city of Ponta Grossa - PR. These interviews were recorded and transcribed after read several times, with the aim of identifying the key points of information to list, the very speech of the subjects studied, categories of analysis. After identifying these categories, the individual speeches were organized into collective discourses. This procedure of organizing the data collected was inspired by the DSC (Collective Subject Discourse) and Lefevre and Lefevre (2005). For the discussion of data, Oliveira and Guimarães (1984), Freitag et. al (1987, 1993), Baptist (2001, 2004), Cury (2009) helped to rescue historical and political aspects of the textbook. The authors Apple (1995), Heller (1989) and Chartier (2002) helped to expand the concepts of the textbook, on the routine of school and to the understanding of the them practices in the classroom, using the textbook. The result of analyses showed that there is some mismatch between what it proclaims the official documents on how it should happen to choose the textbooks and the practices that are effective within the school. Another point highlighted was that the printed material, the textbook, provided by MEC, chosen by teachers, is in an important support material for teachers, however its use in the classroom is not appropriate in light of obstacles bureaucratic policy itself (PNLD). It was verified that the Brazilian state catalyzed since the beginning of the 1st law of textbooks, intellectuals and groups in a certain social recognition and academic, was mixed ideological to compose the team of MEC, set policy, to classify the books available for analysis at the federal level, in order to ensure the legitimacy of state action. The study showed that the product textbook has played and continues to play a decisive role in political clashes between the established state and civil society as it meets the interests of economic, social, political and religious groups in certain editorials.

Key words: Educational Policies, Basic Education, Textbook, Selection process.

LISTA DE SIGLAS

| | |
|------------|--|
| ABRALE | Associação Brasileira de autores de livros educativos |
| ABRELIVROS | Associação Brasileira de Editores de livros |
| ALB | Associação de Leitura do Brasil |
| CALDEME | Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino |
| CAPS | Centros de Apoio Pedagógico para o atendimento às Pessoas com Deficiência |
| CBL | Câmara Brasileira de Livros |
| CEALE | Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita |
| CILEME | Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar |
| CNLD | Comissão Nacional do Livro Didático |
| CNME | Campanha Nacional de Material de Ensino |
| COLTED | Comissão do Livro Técnico e Livro Didático |
| CONSED | Conselho Nacional de Secretários de Estaduais da Educação |
| DSC | Discurso do Sujeito Coletivo |
| DSI | Discurso do Sujeito Individual |
| DOU | Diário Oficial da União |
| ECT | Empresa de Correios e Telégrafos |
| EJA | Educação de Jovens e Adultos |
| EM | Ensino Médio |
| FAE | Fundação de Assistência ao Estudante |
| FDNC | Fundação Dorina Nowill para Cegos |
| FENAME | Fundação Nacional do Material Escolar |
| FINSOCIAL | Fundo de Investimento Social |
| FNDE | Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação |
| FUNDEF | Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do E.F. e de Valorização do Magistério |
| GLD | Guia do Livro didático |
| IBC | Instituto Benjamin Constant |
| INEP | Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos |
| INL | Instituto Nacional do Livro |
| IPT | Instituto de Pesquisas Tecnológicas |
| LDBEN | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional |
| LDPL | Livro Didático de Língua Portuguesa |
| MEC | Ministério da Educação e Cultura |
| NREPG | Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa |
| PCN | Parâmetros Curriculares Nacionais |
| PDRAE | Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado |
| PLID | Programa do Livro Didático |
| PLIDEF | Plano Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental |
| PLIDEM | Programa do livro didático para o Ensino Médio |
| PLIDES | Programa do livro didático para o Ensino Superior |
| PLIDESU | Programa do Livro didático para o ensino supletivo |
| PNAE | Programa Nacional de Alimentação Escolar |
| PNBE | Programa Nacional Biblioteca da Escola |
| PNE | Plano Nacional de Educação |
| PNLA | Programa Nacional do Livro para Alfabetização de jovens e adultos |
| PNLEM | Plano Nacional do Livro Ensino Médio |
| PNLD | Plano Nacional do Livro Didático |

| | |
|------------|---|
| PNLD - EJA | Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos |
| PROALE | Programa de Alfabetização e Leitura |
| SECAD | Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade |
| SEDUC | Secretaria de Estado de Educação |
| SEF | Secretaria de Educação Fundamental |
| SIMAD | Sistema de Controle de Material Didático |
| SISCORT | Sistema de Controle de Remanejamento e Reserva Técnica |
| SME | Secretaria Municipal de Educação |
| SNEL | Sindicato Nacional dos Editores de Livros |
| UFMG | Universidade Federal de Minas Gerais |
| UFRJ | Universidade Federal do Rio de Janeiro |
| UNDIME | União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura |
| UNICAMP | Universidade Estadual de Campinas |
| UNICEF | Fundo das Nações Unidas para a Infância |
| USAID | Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional |

LISTA DE ANEXOS

| | |
|--|-----|
| ANEXOS | 97 |
| ANEXO 1 Autorização para realização da pesquisa..... | 97 |
| ANEXO 2 Resposta dos professores e pedagogas às entrevistas..... | 98 |
| ANEXO 3 Discurso do Sujeito Coletivo dos profissionais entrevistados | 107 |
| ANEXO 4 Decreto Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938..... | 114 |
| ANEXO 5 Decreto Lei nº 91.542, de 19 de agosto de 1985..... | 121 |
| ANEXO 6 Portaria nº 863, de 30 de outubro de 1985..... | 123 |
| ANEXO 7 Tabela com as teses de doutorado (2004-2009)..... | 125 |
| ANEXO 8 Tabela com as dissertações de mestrado (2005-2009)..... | 126 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| QUADRO 1 MAPA COM AS REGIÕES PARA COLETA DOS DADOS DA PESQUISA..... | 16 |
| QUADRO 2 ESCOLAS SELECIONADAS PARA PESQUISA DE CAMPO..... | 17 |
| QUADRO 3 MEMBROS DA COMISSÃO DO LIVRO DIDÁTICO EM 1940..... | 43 |
| QUADRO 4 FLUXO DE ATIVIDADES DO PLIDEF..... | 53 |
| QUADRO 5 ANOS DA AVALIAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO DE 5ª A 8ª SÉRIES (1999 – 2008)..... | 58 |
| QUADRO 6 QUANTIDADE DE ALUNOS E ESCOLAS BENEFICIADAS PELO PNLD (2002-2008)..... | 61 |
| QUADRO 7 POLÍTICAS DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL: EM FOCO O PNLD..... | 64 |
| QUADRO 8 EXECUÇÃO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO E ADOÇÃO DO DO LIVRO DIDÁTICO..... | 64 |
| QUADRO 9 PROCESSO DE ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO..... | 66 |
| QUADRO 10 VALORES NEGOCIADOS NO PNLD 2011..... | 75 |
| QUADRO 11 VALORES NEGOCIADOS PELO ESTADO NO ANO DE 1994..... | 75 |
| QUADRO 12 A EDITORA ÁTICA EM NÚMEROS NO ANO DE 2005 | 77 |
| QUADRO 13 CRITÉRIOS COMUNS E OS COMENTÁRIOS APRESENTADOS PELO GLD 2010..... | 85 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 13 |
| CAPÍTULO 1 LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA: DIÁLOGO COM OUTRAS PESQUISAS..... | 19 |
| 1.1 PRODUÇÕES SOBRE O LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA ENTRE OS ANOS DE 2005-2009: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS..... | 22 |
| CAPÍTULO 2 O PROCESSO HISTÓRICO DAS POLÍTICAS DO LIVRO DIDÁTICO NO ESTADO BRASILEIRO..... | 37 |
| 2.1 DECRETO LEI Nº 1.006/38 E SUAS IMPLICAÇÕES..... | 39 |
| 2.2 FIM DO ESTADO NOVO E SUAS IMPLICAÇÕES NA POLÍTICA DO LIVRO DIDÁTICO..... | 46 |
| 2.3 CONVÊNIOS MEC/USAID E A CRIAÇÃO DA COLTED..... | 49 |
| 2.4 DECRETO LEI Nº 91542/85 E A SUPOSTA AUTONOMIA DOS PROFESSORES..... | 55 |
| 2.5 PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO E O PROCESSO DE ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA..... | 63 |
| CAPÍTULO 3 O PROCESSO DE ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO: DISCURSO DE PROFESSORES E PEDAGOGOS..... | 68 |
| 3.1 PROCESSO DE ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO..... | 69 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 88 |
| REFERÊNCIAS | 91 |
| ANEXOS..... | 97 |
| ANEXO 1 AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA..... | 97 |
| ANEXO 2 RESPOSTA DOS PROFESSORES E PEDAGOGAS ÀS ENTREVISTAS..... | 98 |
| ANEXO 3 DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO DOS PROFISSIONAIS ENTREVISTADOS..... | 107 |
| ANEXO 4 DECRETO LEI Nº 1.006, 30 DE DEZEMBRO DE 1938..... | 114 |
| ANEXO 5 DECRETO LEI Nº 91.542, DE 15 DE AGOSTO DE 1985..... | 121 |
| ANEXO 6 PORTARIA Nº 863, DE 30 DE OUTUBRO DE 1985..... | 123 |
| ANEXO 7 TABELA TESES DE DOUTORADO..... | 125 |
| ANEXO 8 TABELA DISSERTAÇÕES..... | 126 |

INTRODUÇÃO

O livro didático desde a cartilha da primeira série sempre esteve presente no meu cotidiano de aluno. O primeiro contato que tive com esse material na escola foi exatamente no momento da tramitação de uma das legislações sobre ele, no ano de 1985, o Decreto Lei nº 91.542.

Conforme Hofling (2000), essa legislação, antecedeu, ao que foi mais tarde em 1988, prescrito no artigo 208 da Constituição Federal. Esse artigo constitucional assegura, no inciso VII, que o atendimento ao aluno, no ensino fundamental é obrigatório tanto em relação ao acesso como a permanência na escola. Essa permanência deve ser garantida através de programas suplementares como material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Nos anos de 1990, eu freqüentava os anos finais do Ensino de 1º Grau e mesmo não tendo acesso a todos os livros das disciplinas do núcleo comum do currículo, de forma gratuita, o livro didático de língua portuguesa fazia-se presente na minha vida escolar. Quase sempre, eram os livros de uma mesma coleção que já vinham sendo adotadas há anos. Não acontecia uma renovação nos títulos e editoras. Essa experiência levou-me a construir a gênese desta pesquisa. O primeiro ponto das minhas inquietações, portanto, foi o de buscar compreender como se dá o processo de escolha do livro didático nas escolas públicas.

Ainda no curso de graduação na licenciatura de Letras, trabalhei em escolas públicas pertencentes ao Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa (NRE). No meu trabalho, notava que a cada nova escolha do livro didático havia uma certa movimentação da escola no sentido de cumprir prazos e atender as exigências do NRE para o preenchimento de formulários. Não se instaurava no interior das escolas um processo de discussão mais amplo sobre o livro didático e o seu papel como material de apoio ao trabalho do professor e muito menos da complexidade dessa política pública que implica a aquisição de um produto a ser colocado nas escolas brasileiras.

Assim, com o objetivo de compreender como ocorre o processo de escolha do livro didático na escola pública e quais suas implicações no processo educativo, segundo o olhar de professores e pedagogas, procurei discutir a política do livro didático das séries finais do Ensino Fundamental. Definimos processos da abordagem qualitativa para atender aos propósitos dessa pesquisa. Assim, adentramos no interior de escolas públicas estaduais da cidade de Ponta Grossa, para entrevistar e obter depoimentos de professores e pedagogos.

Segundo Triviños (1987) a pesquisa qualitativa é descritiva e a interpretação dos resultados surgirá como a totalidade de uma especulação a qual teve como base a percepção de um certo fenômeno no contexto.

Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa estão mais preocupados com o processo e tendem a analisar os dados coletados, indutivamente. Possibilita ainda aos pesquisadores certa flexibilidade em relação às etapas para o seu desenvolvimento Triviños (1987, p. 131) salienta que:

A coleta e a análise de dados não são divisões estanques. As informações que se recolhem, geralmente, são interpretadas e isto pode originar a exigência de novas buscas de dados. Esta circunstância apresenta-se porque o pesquisador não inicia seu trabalho orientado por hipóteses levantadas a priori cuidando de todas as alternativas possíveis, que precisam ser verificadas empiricamente, depois de seguir passo a passo o trabalho que, com as metas, têm sido previamente estabelecidos. As hipóteses colocadas podem ser deixadas de lado e surgir outras, no achado de novas informações, que solicitam encontrar outros caminhos. Desta maneira, o pesquisador tem a obrigação, se não quer sofrer frustrações, de estar preparado para mudar suas expectativas frente a seu estudo. O denominado “relatório final” da pesquisa quantitativa naturalmente que existe na pesquisa qualitativa, mas ele se vai constituindo através do desenvolvimento de todo o estudo e não é exclusivamente resultado de uma análise última dos dados.

Nessa mesma perspectiva, ao tratar dos aspectos importantes da pesquisa qualitativa, Flick (2009, p. 23) afirma:

Os aspectos essenciais da pesquisa qualitativa constituem na escolha adequada de métodos e teorias convenientes; no reconhecimento e na análise de diferentes perspectivas; nas reflexões dos pesquisadores a respeito de suas pesquisas como parte do processo de produção de conhecimento; e na variedade de abordagens e métodos.

Entendemos desta forma, que o processo de escolha do livro didático, bem como o papel que o Estado assume na política do livro didático, necessitam ser analisados de maneira vinculada ao fenômeno complexo que este representa. Esse entendimento nos levou a essa opção metodológica, pois, de acordo com Flick (2009, p.25)

Diferente da pesquisa quantitativa, os métodos qualitativos consideram a comunicação do pesquisador em campo como parte explícita da produção de conhecimento, em vez de simplesmente encará-la como uma variável a interferir no processo. A subjetividade do pesquisador, bem como daqueles que estão sendo estudados, tornam-se parte do processo da pesquisa sobre suas próprias atitudes e observações em campo, suas impressões, irritações, sentimentos, etc., tornam-se dados em si mesmos, constituindo parte da interpretação e são, portanto, documentadas em diários de pesquisa ou em protocolos de contexto.

Esse mesmo autor esclarece que além desses aspectos algumas ideias devem orientar a pesquisa qualitativa. Entre essas estão a escolha adequada dos procedimentos de coleta de dados, o reconhecimento do pesquisador como integrante do processo de produção de conhecimento. Outro aspecto da pesquisa qualitativa refere-se ao espaço concreto da coleta de dados, bem como a relação de comunicação que será estabelecida entre o pesquisador e os sujeitos da investigação.

Nesta pesquisa a primeira etapa foi constituída da organização do material, tanto os documentos legais, como o conteúdo decorrente das entrevistas que foram realizadas com os professores. Depois da pré análise, o *corpus* dos materiais foi organizado de maneira mais aprofundada, concomitante aos procedimentos de codificação, classificação e categorização desses. A análise dos dados empíricos representa o momento de maior reflexão do pesquisador. Conforme Triviños (1987, p. 162):

Na interação dos materiais (documentos oficiais ou não e ainda das respostas de outros instrumentos de pesquisa), no tipo de pesquisa que nos interessa, não é possível que o pesquisador detenha sua atenção exclusivamente no conteúdo manifesto nos documentos. Ele deve aprofundar sua análise tratando de desvendar o conteúdo latente que eles possuem. O primeiro pode orientar para conclusões apoiadas em dados quantitativos, numa visão estática e a nível, no melhor dos casos, de simples denúncia de realidades negativas para o indivíduo e a sociedade; o segundo abre perspectivas, sem excluir a informação estatística, muitas vezes, para descobrir ideologias, tendências etc. das características dos fenômenos sociais que se analisam e, ao contrário da análise apenas do conteúdo manifesto, é dinâmico, estrutural e histórico.

O foco desta pesquisa foi o Ensino Fundamental II¹ da rede pública de ensino do município de Ponta Grossa. O ano base que utilizamos para a coleta das informações foi 2010. Nesse ano as escolas estavam envolvidas com a escolha do livro didático que seriam adotados em 2011.

Os sujeitos, informantes dos dados da pesquisa, foram os professores de língua portuguesa, as pedagogas das escolas, a coordenadora da área de língua portuguesa do NRE/PG e o coordenador dos Programas do livro didático do NRE/PG. Os instrumentos para a coleta das informações foi a entrevista semi – estruturada, conforme um roteiro previamente elaborado (Anexo 3).

Um dos passos da pesquisa foi estabelecer os critérios para escolha das escolas em que fizemos a coleta de dados. Primeiramente, definimos que seriam escolas que oferecessem as séries finais do Ensino Fundamental II. Logo em seguida, foram delimitadas do total das

¹ Trata-se da 5ª série ou 6º ano até 8ª série ou 9º ano.

vez alunos de diversos bairros da cidade e possui grande procura por vagas por ser considerada como uma das melhores escolas da rede pública de ensino da cidade.

Portanto, essas escolas, possibilitaram-nos uma pluralidade e diversidade de dados com relação tanto aos profissionais da educação quanto a clientela atendida.

Quadro 02 – Escolas selecionadas para pesquisa de campo.

| Região | Bairros | Turmas | Alunos matriculados na escola pesquisada |
|---------------|-----------------|---------------|---|
| Norte | Jardim Carvalho | 10 | 343 |
| Sul | Oficinas | 23 | 795 |
| Leste | Chapada | 14 | 537 |
| Oeste | Uvaranas | 13 | 469 |
| Central | Central | 19 | 733 |
| Total | 5 | 89 | 2877 |

Fonte: http://www4.pr.gov.br/escolas/turma_matricula4.jsp acesso em setembro de 2009.

Esta pesquisa está organizada em três capítulos. O primeiro capítulo resgata as produções acadêmicas acerca do livro didático de língua portuguesa com o objetivo de identificar o foco que tem sido abordado nas pesquisas. Para isso procuramos identificar no banco de dados da CAPES² produções acadêmicas que tratam a temática para não repetir discussões que já foram tratadas em outros estudos. Charlot (2006) explica que a principal consequência de não se investigar a memória do que já foi produzido, acabamos refazendo “continuamente as mesmas teses, as mesmas dissertações, sem sabermos o que foi produzido anteriormente” (p.17).

Dessa forma, o primeiro capítulo recupera as produções acadêmicas de mestrado e doutorado elaboradas entre os anos de 2005 até 2009, que estavam disponíveis no portal da CAPES. Nossa intenção nesse levantamento de estudos foi o de conhecer o que foi produzido sobre a temática e instaurar um processo de continuidade das reflexões já realizadas por outros estudiosos do assunto como Batista e Rojo (2005), Bunzen (2005), Coracini (1999) entre outros.

O segundo capítulo enfoca a questão do livro didático em uma perspectiva histórica, destacando o papel que o Estado tem assumido na implementação dessa política pública, desde a sua criação em 1938, até o ano de 2009, relacionando-a com aspectos econômicos, sociais e culturais. Os estudos de Freitag et al. (1986, 1987, 1993) contribuíram para a

² Comissão de Aperfeiçoamento de Nível Superior.

construção desse panorama histórico da política pública. Oliveira e Guimarães (1984) auxiliaram na discussão do aspecto político do livro didático. Sustentaram o entendimento sobre o papel do Estado em relação às políticas públicas Cunha (1999) Cury (1986) e Carnoy (1984,1988).

O terceiro capítulo discute a forma como se dá o processo³ de escolha e uso do livro didático de língua portuguesa pelos professores de 5^a a 8^a séries em escolas públicas do município de Ponta Grossa a partir das entrevistas coletadas com os professores e pedagogas. Os dados coletados foram organizados em torno do eixo sobre o processo de escolha do livro didático.

³ Processo aqui será entendido pelas etapas relativas desde a abertura do prazo para escolha do livro estabelecido pelo Ministério da Educação (MEC) até o envio para o Fundo Nacional do Desenvolvimento Educacional (FNDE) dos livros escolhidos pelos professores nas escolas, seja como primeira ou segunda opções na área de Língua Portuguesa das séries finais do Ensino Fundamental.

CAPÍTULO 1

LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA: DIÁLOGOS COM OUTRAS PESQUISAS

Um escritor antes de escrever suas novelas, seus romances lê muitas outras. Da mesma forma segundo Gamboa (2007) um pesquisador antes de elaborar a sua pesquisa, deve ler outras produções, visando identificar seus principais elementos, recuperar métodos e estratégias. Portanto, neste capítulo, procuramos resgatar a produção acadêmica sobre o livro didático de língua portuguesa tendo como fonte dissertações e teses disponíveis no portal da CAPES. Delimitamos como espaço histórico o período de 2005 a 2009, resgatando também alguns trabalhos de outros períodos na medida em que tiveram interlocução com este. Para realização da busca utilizamos como referência a palavra chave livro didático de língua portuguesa.

Embora o levantamento aqui elaborado contenha algumas lacunas, traz discussões acerca do livro didático de língua portuguesa, na perspectiva de continuidade aos trabalhos de pesquisa de Rojo de 2004 intitulado “Livro de língua portuguesa no Ensino Fundamental: Perfil discursivo e didático”, que envolveu pesquisadores do CEALE/FAE/UFMG e do LAE/PUCSP- IEL/UNICAMP, realizado no período de 2000 a 2005. Outros estudos como o de Batista e Costa Val (2004) trataram sobre o livro didático também contribuíram para ampliar as discussões sobre a política do livro didático no Brasil.

No caso específico dos estudos sobre o livro didático de língua portuguesa há uma obra organizada por Bezerra e Dionísio (2005), com o título de “O livro didático de português: múltiplos olhares” que traz debates significativos sobre a questão específica do livro didático de língua portuguesa.

No artigo intitulado “Livros escolares no Brasil: elementos para um estado do conhecimento” de Rojo e Batista (2005) os autores constataram que há uma proliferação de estudos que enfocam o livro didático escolar. No entanto, indicam que a temática carece de investigação no campo da didática, da metodologia de ensino das várias disciplinas do currículo escolar e da política.

No trabalho de Batista e Rojo (2005) há uma descrição mais ampla da produção acadêmico-científica brasileira, no período entre 1975 até início do ano de 2004. Trata de algumas variáveis como volume, período, tipo de produção, circulação, área de conhecimento e tema. Outra discussão, que aparece no mesmo estudo, são as dissertações e teses de

doutorado, livre docência e professor titular entre 1987 e 2001 produzidas sobre a temática livro didático.

Ao contrário do trabalho de Batista e Rojo (2005) que tratam os livros de modo geral, nosso estudo focaliza apenas os livros didáticos de língua portuguesa. Nesse trabalho, portanto, categorizamos as teses e as dissertações sobre a temática em cinco categorias, a saber: Estudos dos gêneros textuais; gramática e análise lingüística; oralidade; produção textual e estudo dos estereótipos. Cada uma dessas categorias está articulada com outras. Neste sentido, cabe a justificativa de que um trabalho que se propõe a discutir o livro didático não tem condições de ficar fechado em uma única categoria, porque a temática é multifacetada.

De acordo com Batista e Rojo (2005), há uma queda das produções acadêmicas de 2001 até 2003. Dados quantitativos, que fazem parte do corpo do trabalho, informam que em 2001 o total de trabalhos sobre o livro didático foi de 278; em 2003 girou em torno de 229. Os autores justificam esses dados ao afirmarem que ele está relacionado às mudanças em torno da política do livro didático, ocorrida após os anos de 1996, data em que o MEC instituiu a análise e a avaliação pedagógica dos livros didáticos, a serem escolhidos pelo professor e distribuídos através do PNLD.

Com a implantação da política de avaliação do livro didático o grupo de pesquisadores do CEALE/UFMG passaram a fazer parte da equipe de avaliadores MEC, e começaram a produzir com maior fôlego estudos sobre a temática. Ocorre desta forma, certa hegemonia no campo da produção sobre o livro didático, tendo como protagonistas membros da própria comissão de intelectuais que avalia os livros didáticos.

No trabalho de Rojo e Batista (2005) há a defesa do uso do livro didático como material de apoio fundamental para sustentar o processo de ensino-aprendizagem, desde os anos iniciais do Ensino Fundamental até o Ensino Médio, embora não descartem o processo de avaliação que ele necessita.

Conforme Choppin (2004) há um grande desafio nos trabalhos relacionados ao estado da arte do livro didático, justamente pela questão semântica. Uma vez que podemos encontrar diversas designações para esse material impresso. Ele é designado como material didático, como livro texto, como livro de leitura, entre outras. A polissemia do termo é verificada por Choppin (2004) em vários países e também constatada no levantamento e discussão das produções aqui debatidas. Desta forma, nosso estudo preliminar, encontrou diversos conceitos para designar livro didático, entre eles estão: obra didática, cartilha, livro de leitura, livros escolares e até livro didático.

Freitag et al. (1993) desenvolveram um estudo mais amplo das produções acadêmicas sobre o livro didático. Sua pesquisa constatou que há uma tendência dos pesquisadores em desenvolver seus estudos em uma perspectiva estrutural para compreender como o livro didático está inserido no contexto maior, tanto educacional como no social. Os resultados apontam que a discussão sobre o livro didático está relacionada como os problemas educacionais brasileiros, de maneira mais ampla. Essa pesquisa realiza uma revisão de literatura sobre o livro didático que abarca o período entre 1969 a 1989. Estão contemplados na pesquisa estudos em torno da cartilha, dos textos de leitura e dos livros didáticos destinados ao o primeiro grau⁴, com uma especial atenção aos primeiros anos da escolarização. Seu estudo apresenta a seguinte categorização: a) histórico do livro didático, b) política do livro didático, c) a economia do livro didático, d) o conteúdo do livro didático pelo professor e pelo aluno, e) o livro didático em seu contexto.

Um Catálogo analítico sobre o tema foi o realizado a partir dos resultados do Projeto Livro Didático, desenvolvido por pesquisadores da Biblioteca da UNICAMP, durante os anos de 1987 e 1988. O objetivo dessa pesquisa era resgatar diversos documentos, como livros, teses, artigos, legislação, que tivessem o livro didático do Brasil como objeto de estudo, ou que houvesse alguma referência a ele. Assim, favorecendo a divulgação e também o desenvolvimento de futuras pesquisas, proporcionando redefinir as políticas públicas na questão do livro didático.

Nesse catálogo, há 426 trabalhos organizados da seguinte forma: livros didáticos de maneira geral; os de língua portuguesa; de língua estrangeira; de matemática; de ciências; de estudos sociais; livros didáticos de outras áreas.

Oliveira e Guimarães (1984) desenvolveram um estudo que focalizou a temática do livro didático no aspecto político. Outros estudos, desenvolvidos após a publicização dessa pesquisa, tiveram nesses autores a referência para tratar dessa temática, na perspectiva política.

Vale mencionar que o estudo pioneiro sobre o livro didático no Brasil foi realizado por Pfrom Netto, em 1974, na obra “O livro na educação”.

Completamos o panorama das pesquisas já realizadas que tratam do livro didático ao trazer para o corpo deste capítulo as produções acadêmicas, teses e dissertações como o foco daquelas relacionadas ao livro didático de língua portuguesa, e que estão disponibilizadas no portal da CAPES⁵. Alguns desses trabalhos a título didático estão anexo ao trabalho.

⁴ Etapa de ensino que corresponde ao atual Ensino Fundamental.

1.1 Produções sobre o livro didático de língua portuguesa entre os anos de 2005 a 2009: mudanças e permanências.

A maioria dos estudos averiguados focalizam questões sobre os gêneros textuais. Os autores tomam o livro didático como fonte de pesquisa e debruçam-se para analisar os diferentes gêneros textuais como as propagandas, o discurso jornalístico, o texto publicitário, os gêneros argumentativos.

Alguns autores não especificam o estudo de um ou outro gênero textual. Porém, procuram aprofundar conhecimentos sobre a diversidade de gêneros, que estão contemplados nos livros didáticos de língua portuguesa. Sílvio Ribeiro da Silva (2008) trabalhou nesta perspectiva de estudo. Sua pesquisa teve como objetivo compreender como os gêneros textuais são trabalhados nas escolas, nas séries finais do Ensino Fundamental (7ª e 8ª séries). A abordagem teórica definida para o estudo foi a da Lingüística Aplicada. O livro didático que sustentou a empiria foi “Português e Linguagens”. Segundo o autor, a principal contribuição do estudo foi a constatação de que o conhecimento dos alunos sobre argumentação não é decorrente do uso do livro didático, mas de suas experiências de vida fora da escola.

Constituindo com *corpus* de pesquisa dos gêneros textuais, Ana Lúcia Colodetti Gada (2005), através da análise crítica de duas coleções mais adotadas na rede pública e particular da cidade de Maringá, no Paraná em 2004, procurou verificar como são trabalhadas as atividades a partir das canções ali presentes. Mesmo reconhecendo que o texto poético constitui em um excelente gênero para trabalhar a diversidade textual no ensino de língua portuguesa, mesmo assim, a proposta de atividades que estão previstas nos livros analisados são limitadas porque deixam de lado a linguagem musical que também compõe o gênero.

A pesquisa de Simone de Jesus Padilha (2005) procurou refletir sobre a formação do leitor literário. A autora verificou nos livros didáticos o tratamento dispensado aos poemas, sem deixar de considerar as canções e os gêneros da tradição oral. O estudo tomou como base os documentos provenientes do Projeto Integrado de Pesquisa, “O livro didático de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental: Produção, perfil e circulação”, CNPq/IEL-UNICAMP/CEALE-UFMG, Esse trabalho corrobora com o anterior no sentido da percepção de as coleções de livros didáticos não favorecem a formação do leitor literário, pois não tomam os gêneros poéticos como objetos de ensino, não os usam nas atividades de leitura e privilegiam apenas seus aspectos formais ou a subjetividade do aluno-leitor.

O projeto desenvolvido da CNPq/IEL-UNICAMP/CEALE-UFMG rendeu outras pesquisas como no caso de Sueli da Costa (2009), que trata o gênero propaganda e os materiais de publicidade veiculados nos livros didáticos de língua portuguesa que circulam nas aulas. Esta autora selecionou para análise duas coleções de livros, referentes ao PNLD 2005. Os critérios que a autora utilizou para seleção dos livros didáticos foram: uma obra que foi enquadrada com restrições e outra com distinções pela avaliação Ministerial da época, além de utilizar como metodologia com o levantamento do Projeto Integrado de Pesquisa CNPq/IEL-UNICAMP/CEALE-UFMG.

O estudo foi centrado em textos de publicidade e de propaganda presentes nas coleções de livros didáticos, avaliadas e aprovadas pelo PNLD 2005. As conclusões da pesquisa sugerem que os gêneros da esfera da propaganda são contemplados nas coleções, em menor quantidade aparecem atividades de análise lingüística e de produção textual. As análises evidenciaram ainda, que uma das coleções – a recomendada com reservas – priorizava o gênero anúncio classificado e a outra – recomendada com distinção, priorizava os anúncios. O gênero propaganda foi o mais priorizado.

Outro trabalho que utilizou o Projeto Integral de Pesquisa CNPq/IEL-UNICAMP/CEALE-UFMG, foi o de Luis Carlos Gonçalves de Oliveira (2009), que investigou os critérios na seleção de textos que fizeram parte das coleções do PNLD 2007. O enfoque foi sobre o gênero poema, pois o autor constatou nas obras 12 coleções analisadas, que embora houvesse a presença de outros gêneros textuais, o poema foi o mais presente nestas coleções. Isso, segundo o autor, comprova o atendimento às exigências do edital do PNLD 2007, aos PCNs, à adaptabilidade do gênero às características gráficas e editoriais das coleções.

Quem tratou sobre o estudo das propagandas, enquanto gênero textual no livro didático, foi o de Silvana Aparecida Pinter Chaves (2007). A autora elegeu como sujeitos de sua pesquisa professoras das séries iniciais do Ensino Fundamental e também das últimas séries do Ensino Médio de língua portuguesa.

Um trabalho que estuda o gênero conto é o de Ângela Maria Ribeiro Vilas Boas Leite (2009), onde a autora analisa as proposta de atividades relacionadas a esse gênero nos livros didáticos de língua portuguesa e literatura do também no Ensino Médio. Analisa, portanto as questões de interpretação textual em contos brasileiros levantamento dos mecanismos enunciativos em cada um deles para identificar o potencial de análise das questões que auxiliam na localização dos mecanismos enunciativos e o estudo e cruzamento das variáveis: caráter polifônico, tipos de discurso, modalizações e indicadores de modalidade.

O estudo da autora além de oferecer elementos para melhor compressão das atividades de interpretação de contos possibilita perceber melhor as propostas de trabalhos de análise dos livros didáticos.

Além desses gêneros pesquisados também aparecem estudos relacionados aos textos publicitários, as reportagens, as de notícias de jornal em específico. Relacionados aos textos publicitários temos os trabalhos de Aurea Silvia Amaral Marques (2006), Hérica Ribeiro dos Santos (2007).

Aurea Silvia Amaral Marques (2006) busca avaliar a funcionalidade dos textos publicitários em livros de 7^o séries, enfatiza que os textos publicitários constituem espaços significativos de educação porque estão próximos da realidade cotidiana dos alunos. O estudo de Hérica Ribeiro dos Santos (2007) analisou 3 diferentes coleções para verificar como esse gênero é abordado. Após relacionar os conteúdos das obras com os PCNs e levantar as qualidades e equívocos das mesmas a autora argumenta que os professores, suprem as lacunas deixadas pelos livros didáticos. Mas ao mesmo tempo, portam-se como multiplicadores do saber, pois mesmo percebendo tais lacunas não há uma mobilização por parte deles para mudanças.

Com relação aos gêneros reportagem e discurso jornalístico temos os trabalhos de Fátima Soares da Silva (2008), Márcio Rogério de Oliveira Cano (2006) e Ana Karla Carvalho de Souza (2009).

Fátima Soares da Silva (2008) busca ao contrário dos outros trabalhos compreender como os alunos das 4^a séries lidam com esses gêneros. A autora elegeu dois livros destinados a esse público para fazer a análise. A partir da observação de uma aula a autora percebeu a sequência didática dada pela professora da sala para trabalhar com o livro. A partir das observações em aula constatou uma adequação do trabalho docente com o material impresso para possibilitar o desenvolvimento de estratégias de leitura e produção textual.

Por meio de um estudo exploratório de três livros didáticos das séries iniciais do Ensino Fundamental Márcio Rogério de Oliveira Cano (2006) mostra como os livros adequaram-se aos documentos oficiais, bem como ao Guia do livro Didático e propuseram uma metodologia que contemplasse esses gêneros textuais. O aspecto mais significativo desse trabalho refere-se a chamada subversão do gênero nas práticas pedagógicas o que gera um desvirtuamento das características originais do gênero transformando-o no que o autor chama de gênero da prática pedagógica. Tal postulado coloca o livro didático, através dos textos, como pretexto meramente para o ensino da gramática normativa baseado em Coracini (1999).

Com o objetivo de verificar o tratamento que é dado ao gênero notícia de jornal Ana Karla Carvalho de Souza (2009) tomou como fonte de pesquisa cinco coleções didáticas de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental aprovados pelo PNLD 2008. A principal constatação da autora foi a necessidade de se aprimorar as propostas de leitura da notícia a fim de que tais propostas possam contribuir para a formação de leitores competentes, principalmente desse gênero textual. Na mesma perspectiva do texto como pretexto, foi a constatação do trabalho de Luis Eduardo Mendes Batista (2008) que ao analisar o livro didático “Português e Linguagens” das séries finais do Ensino Fundamental, problematizou a progressão didática desses gêneros nos livros analisados. O estudo revelou que os gêneros aparecem no livro didático de modo estanque e não dialógico.

Na mesma direção de análise dos gêneros argumentativos que aparecem nos livros didáticos está o trabalho de Izabel Maria Martins da Silva (2009). Nos resultados a autora sugere a organização dos textos deveriam estar respaldados em teorias subseqüentes de base sociointeracionista e enunciativa da linguagem relacionadas a teorias de aprendizagem de base sociocultural.

Cristiane Ribeiro Gomes Bou Maroun (2006) no seu trabalho discute os gêneros visuais presentes nos livros didáticos, constatou que a composição das linguagens verbal e visual não é neutra e que as imagens integram argumentos discursivos à parte do discurso falado ou escrito. A autora enfatiza que a escola deve buscar construir e transformar a realidade cultural, por meio de um ensino de produção e de leitura de textos que trabalhe, além da modalidade verbal, a modalidade visual de forma sistematizada.

A partir de um estudo de trinta e cinco obras presentes no mercado editorial e nove obras recomendadas pelo PNLEM 2006, José Geraldo Pereira Baião (2009) analisa os textos presentes na apresentação dos livros didáticos. O autor caracterizou as principais marcas lingüísticas formais e discursivas do texto introdutório da obra didática e também como o texto de apresentação constitui as identidades do seu autor, do seu interlocutor e da própria língua portuguesa.

Embora praticamente todos os outros trabalhos da categoria de estudo dos gêneros textuais empreendam suas análises a partir de obras ou do PNLD ou do PNLEM, Aldeniz dos Santos Pinto (2009) objetivou com o Projeto Travessia do Estado de Pernambuco, pesquisar os gêneros textuais no livro didático das teles salas desse projeto. O autor percebeu que há ênfase nos textos literários e de circulação nas práticas comunicativas diárias. Em relação à conexão estabelecida entre as temáticas, os gêneros e as atividades inseridas no LD, o autor

afirma que essa interligação acontece, na sua maioria, de forma bem harmoniosa, e os professores elaboram uma boa avaliação do livro didático.

Edna Pagliari Brun (2008) em sua dissertação justifica a importância de estudos relacionados aos gêneros textuais por entender que eles têm uma grande incidência na vida das pessoas e porque vem cada vez mais ocupando um espaço considerável no livro didático de língua portuguesa, aspectos estes que são subsidiados por documentos como os PCNs. A pesquisa de Gláucia Regina Gomes (2009) ao investigar a transformação de identidade do aluno a partir da apropriação de certos gêneros do discurso na escola também justifica a necessidade de estudos neste sentido, especialmente porque os alunos não possuem conhecimento e vivência acerca das práticas sociais de letramento.

Ainda na perspectiva de estudo sobre os gêneros textuais os trabalhos de Costa (2008), Dulce Tagliari (2009) que de modo singular estuda o livro didático de língua portuguesa como gênero na escola, verificando em que medida o uso do livro didático contribui para atingir os objetivos de ensino de língua portuguesa, que estão nos documentos oficiais referentes a língua portuguesa. A autora verificou os procedimentos adotados para o processo de escolha do livro didático, considerando as orientações definidas pelo Programa Nacional do Livro Didático e a forma como os professores interagem nesse processo.

Por meio de seu estudo a autora aponta que o processo de escolha do livro didático é ineficiente, uma vez que o professor desconhece a avaliação das obras apresentadas pelo Guia do livro didático. Com relação ao uso a autora esclarece que ainda existem problemas no que se refere ao entrosamento do professor como livro, demonstrados pela carência de reflexões críticas sobre as atividades de linguagem desenvolvidas, seja via livro didático, sejam aquelas organizadas pelo professor.

Pelas considerações trazidas nos diversos trabalhos referentes aos gêneros textuais nos livros didáticos, percebe-se a pertinência deles para o processo de ensino aprendizagem de língua portuguesa.

Conforme a categorização dos trabalhos a gramática e análise lingüística, embora apareçam em menor número das temáticas de pesquisas, constatamos diversos trabalhos abordando essas perspectivas. Pesquisas que foram encontradas estão relacionadas aos estudos da sintaxe, do léxico, as concepções de língua e de gramática, o ensino de análise e a variação lingüística.

No trabalho de Maria Paula Parisi Lauria (2004), encontramos um estudo das relações entre as coleções didáticas de 1940 e 2000, com as disposições oficiais em torno da educação brasileira focalizando às voltadas ao ensino de Língua Portuguesa e às políticas públicas para

o livro didático com análise das respectivas obras na percepção das concepções de ensino de língua.

Conforme Maria Paula Parisi Lauria (2004) são complexas as apropriações, pelos livros didáticos, das propostas oficiais para o ensino de língua. De um lado estão os mecanismos de conservação e do outras concepções de ensino de língua que poderão chegar ao professor por meio deles.

Uma das preocupações constatadas pela autora, embora não a categorizamos de modo especial, refere-se a leitura sob diversos focos a partir do livro didático. Seja relacionado ao fator da contribuição ou não do livro para o desenvolvimento de práticas de leitura. Tal categoria não foi elencada, devido ao fator da leitura sempre vir vinculada a outros estudos. Um desses estudos é o de Marta Passos Pinheiro (2005) que estuda a maneira como ocorre o processo de formação do aluno de 5ª série como leitor de literatura. Embora o foco não tenha sido o livro didático de língua portuguesa, ele foi utilizado como fonte pela autora, que observou, na escola pública onde realizou a pesquisa, que o leitor prende-se na leitura daquilo que é permitido, seguindo os valores transmitidos pela escola e que tais valores são veiculados principalmente pelo livro didático. A autora analisou dois livros didáticos e afirma que a literatura é reduzida a um dispositivo que tem como objetivo orientar os indivíduos a se comportarem de determinada maneira na escola e na sociedade.

Outra pesquisa que teve preocupação com a leitura é o trabalho de Rosaura Maria Albuquerque Leão (2007) que analisa livros didáticos de língua portuguesa do Ensino Fundamental, adotados em escolas da rede pública de ensino, também com o mesmo corte temporal da pesquisa anterior, ou seja, dos anos de 1970 até os anos 2000. A autora conclui que a maioria das atividades de leitura do livro didático pauta-se por conteudística e que a interpretação/compreensão é repetição de modelos em atividades padronizadas com respostas padronizadas, homogeneizando a leitura.

Há certa recorrência em estudos relacionados à análise das questões de estudos específicas da gramática do livro didático de língua portuguesa, como é o caso dos trabalhos de doutorado de Maria Aparecida Silva (2006) e Alexandro da Silva (2008).

Maria Aparecida Silva (2006) analisa livros didáticos de língua portuguesa de 5ª a 8ª séries, elaborando um recorte temporal mais curto que os autores anteriores, sendo portanto, estudados os materiais do período compreendido entre os anos de 1995 e 2004. A análise da autora ao considerar a presença dos casos de concordâncias verbal e nominal ou a ausência destes nos manuais, percebe a recorrência e a quantidade de exercícios propostos, comparando tais fatores nos textos estudados, constata que salvo uma coleção, tais assuntos

são apresentados de forma similar ao período que precede os Parâmetros Curriculares Nacionais.

Já Alexandre Silva (2008) ao analisar Parâmetros Curriculares Nacionais (1º e 2º e 3º e 4º ciclos), currículos do Estado de Pernambuco (1ª a 4ª e 5ª a 8ª séries) e da cidade do Recife (1ª a 8ª séries), Guia de Livros Didáticos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD 1997 – 2007) e três coleções de livros didáticos de 1ª a 4ª séries, que foram aprovadas no PNLD 2007 e eram as mais solicitadas pelas escolas públicas de Pernambuco na época da pesquisa, constata que os conteúdos de gramática ou análise linguística presentes nas três coleções de livros didáticos por ele analisados, os “antigos” conteúdos de gramática categorizados como classes de palavras, ortografia entre outros, dividiam espaço com “novos” conteúdos da chamada análise linguística.

O autor afirma que um primeiro olhar esse dado sugere uma mudança em termos dos conteúdos privilegiados no eixo relativo à reflexão sobre língua, uma vez que os conhecimentos textuais e discursivos, mesmo em um número menor, dividiam espaços com os já consolidados na tradição do ensino da gramática na escola. Percebe-se nas considerações do autor, portanto, um movimento de mudanças e permanências no que se refere ao ensino da gramática e a análise linguística dos livros didáticos de língua portuguesa.

Na pesquisa de Paula Maria Cobucci Coelho (2007) há a elaboração de uma análise do tratamento da variação linguística dos livros didáticos de língua portuguesa. Discute as concepções de língua presente nos livros. Parte do pressuposto de que o livro didático é material fundamental na tarefa do ensino. Verifica como esse tem tratado a língua. Um aspecto singular neste trabalho refere-se ao fato de que o livro analisado é destinado ao ensino médio, fazendo parte assim do PNLEM.

Alguns trabalhos estão focalizados na análise e variação linguística. Os trabalhos de Suelen de Andrade Viana (2005), Liv Chamma (2007), Jorge Luis Lira da Silva (2006), e Lezinete Regina Lemes (2009) tratam da análise sociolingüística.

Em ambos os trabalhos as fontes utilizadas são os próprios livros didáticos, variando a quantidade de obras, o ano a que se referem, o nível de ensino, em alguns há como critério de seleção dos livros o fato de terem sido ou não recomendados pelo Ministério da Educação. Basicamente os resultados dessas pesquisas centram-se nas adequações do livro didático frente às exigências dos documentos oficiais, às mudanças verificadas no tratamento desses aspectos nos livros didáticos, o modo como é o tratamento da variação linguística ou sociolingüística nas obras.

Ao empreender uma análise qualitativa com relação ao tratamento do léxico apresentado no livro didático, Denise Guerra de Almeida Teixeira (2009) enfatiza o aspecto ideal no tratamento desse aspecto pelo livro. Aponta que embora as atividades que englobem aspectos gramaticais no livro didático estão presentes em uma quantidade insuficiente, as categorias gramaticais contribuem para compreensão geral do texto e propicia a comparação e a articulação de informações, bem como o desenvolvimento do vocabulário. A autora utilizou para sua análise livros do PNLD 2008, destinados as 8ª séries do Ensino Fundamental. O autor Michel Miller (2006) optou por analisar o aspecto da sintaxe nos manuais didáticos, também preocupado com a questão do ensino aprendizagem da língua materna. Utiliza como fonte os PCNs para discutir como é tratado tais aspectos em relação ao livro didático com vistas a subsidiar uma reflexão daquilo que seria a verificação de abordagens alternativas no tratamento da sintaxe.

A partir do questionamento se o ensino de gramática serve de suporte para garantir uma melhor comunicação entre os usuários da língua, Susilene Cristina Tavares e Souza (2006) responde de forma afirmativa, conforme pesquisa desenvolvida em uma 5ª série de uma escola de Ensino Fundamental, em uma cidade do Estado do Paraná. Sua pesquisa esteve amparada por concepções teóricas da lingüística aplicada e textual a autora tomou como objeto da empiria o livro “Português, idéias e Linguagens” adotado no ano de 2004. Em seu estudo afirma que a concepção de linguagem apresentada no livro didático é interacionista, embora nem todas as atividades analisadas ofereçam atividades na perspectiva de reflexão sobre a língua que conduzam à prática de análise lingüística.

Outras produções, veiculadas em forma de artigo, tratam essa temática. Entre essas produções está o trabalho de Kelly Priscilla Lóddo Cezar, Carolina Geiva e Edson Carlos Romualdo (2009) que analisam o aspecto gramatical tratado nos livros didáticos. Os autores investigam os conceitos e procedimentos utilizados pelos livros didáticos de Língua Portuguesa no ensino de gramática no ensino fundamental, em particular, em relação ao conteúdo de acentuação gráfica. Constatam a necessidade de reorganização conceitual e didática desses materiais para realmente ir ao encontro dos objetivos propostos por uma gramática reflexiva.

Nas reflexões de Maria do Socorro Alencar Nunes-Macedo, Eduardo Fleury Mortimer e Judith Green (2004) há o tratamento de aspectos do letramento escolar em uma turma de primeiro ciclo, em que o livro didático é o elemento central. As questões que nortearam esse trabalho foram as interações mediadas pelo livro no momento da aula, em que as vozes do livro didático faziam circular nesses espaços. Este trabalho analisa alguns aspectos que

constituem o letramento escolar. Algumas questões que os autores propuseram a responder: Como se configuram as interações mediadas pelo livro didático? Como o discurso é construído nesse espaço interacional? Que vozes o livro didático faz circular nesse espaço? O foco da análise são os processos interacionais constituídos por alunos e professora em torno de um livro didático de português. Conforme as conclusões dos autores, a professora rompe com o uso linear do livro didático de modo que altera a maneira de organização das atividades do livro a partir das exigências de sua própria prática, dentro de uma perspectiva de letramento.

Nas falas das professoras, sujeitos da pesquisa, perceberam que para ela a função do livro didático era contribuir para sistematização do ensino da gramática, uma vez que os alunos estavam no final do primeiro ciclo.

Dentro da categoria da produção textual a principal preocupação que motivou os pesquisadores está relacionado à tarefa da escola na formação de escritores de textos, conforme apresentam os documentos relacionados ao ensino de língua portuguesa. Por um lado, alguns trabalhos procuram identificar as características do livro didático enquanto mediador nesse processo é o caso de Paulo César Rodrigues (2007). Esse autor analisa os livros didáticos utilizados no ano de 2006, pelas escolas da rede pública estadual da cidade de Londrina no Paraná. Por outro lado, há trabalhos que analisam as propostas de produção de textos trazidos pelos livros didáticos trabalhados pelos professores com o objetivo de identificar as competências construídas e desenvolvidas por esses professores que de alguma forma possam ter contribuído para a prática de textualização. Nessa direção está o estudo desenvolvido por Maria José Houly Almeida de Oliveira (2008). A partir do livro “Com texto e trama”, adotados em escolas do Ensino Fundamental da cidade de Arapiraca, constatou a autora que o livro didático em questão precisa ser melhorado, além da percepção do imprescindível papel do professor nesse processo.

Já ao empreender a análise da interpretação de uma professora das séries iniciais do Ensino Fundamental Quitéria Pereira de Assis (2009) sobre as atividades trazidas pelo livro “Projeto Pitangua” da 3ª série, a autora segue a discussão sobre os atos enunciativos da professora focalizando algumas atividades específicas que o livro trazia referente a proposta de produção textual.

Um outro trabalho na análise de livros didáticos é o de Sulanita Bandeira da Cruz Santos (2009). Um dos materiais utilizados como fonte de pesquisa foram os livros didáticos destinados a alunos da Educação de Jovens e Adultos, com um enfoque para os eixos da

leitura e escrita. Nesse estudo, a questão da leitura aparece de modo mais específico ao lado da produção e interpretação de textos.

Embora a pesquisa faça uma comparação com outros livros do PNLD a originalidade do trabalho é justamente por referir-se a modalidade “Jovens e Adultos”.

A autora após estabelecer elos comparativos de três obras as quais analisou concluiu que todas estavam de acordo com uma concepção de língua como interação e que tomavam o texto como norteador de uma perspectiva dialógica.

Outro estudo, que traz para o campo de discussão a análise das propostas de produção textual dos livros indicados no PNLD, é o de Eliene Estácio Santos (2006) que analisa 5 livros didáticos de Português destinados a 2ª série do Ensino Fundamental, Dalva Aparecida do Carmo Constantino (2007), diferentemente da autora anterior analisa os dois livros do PNLEM e Patrícia Barreto da Silva (2009) que elenca três coleções aprovadas no PNLD 2008. As obras analisadas por essa autora foram: Tudo é Linguagem, Português e linguagens e Português para todos. Eloísa Helena Rodrigues Guimarães (2009) em seu estudo elabora uma análise sobre as atividades de produção textual propostas em cinco coleções didáticas de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental, indicadas no PNLD 2008. Focalizou para o estudo as coleções mais enviadas pelos órgãos oficiais para escolas estaduais da região metropolitana de Belo Horizonte. A pesquisa procurou discutir o potencial das coleções para o desenvolvimento da habilidade de produção da escrita. A partir da análise das atividades de auto-avaliação e revisão de textos propostas nessas coleções, procurou perceber se elas ofereciam aos alunos subsídios para desenvolvimento de habilidades de reflexão sobre a própria produção escrita. A autora concluiu que a percepção do que deve ser considerado na avaliação do próprio texto não é tarefa que possa ser facilmente internalizada pelo aluno-aprendiz, especialmente quando esse procedimento não é sistematicamente proposto como parte do processo de produção. Por esse motivo, para levar o aluno a avaliar produtivamente o próprio texto é necessário que os livros didáticos, além de estabelecer claramente os critérios a serem observados na versão final do texto, transformem essa tarefa em parte integrante do processo de produção.

As pesquisas que tratam sobre a categoria oralidade são mais tênues se comparadas com as de produção textual e análise lingüística. Realizada no doutorado encontramos apenas uma pesquisa que enfoca tal aspecto. O trabalho de Adelma das Neves Barros Mendes (2005). No mestrado duas pesquisas tratam dessa temática. Débora Amorim Gomes da Costa (2006) e Liziane Ferreira (2007), sendo que esta última trata dos materiais didáticos de ensino da língua espanhola.

A pesquisa de Adelma das Neves Barros Mendes (2005), adota a perspectiva sócio histórica bakhtiana e teorias advindas da didática das línguas, o estudo procurou demonstrar o novo lugar dado à linguagem oral no ensino de língua portuguesa. Essa autora utiliza como fonte o livro didático, observando que essa concepção de língua apresentada no PCN 1998, e nos PNLDS de 2002 e 2005 estão cada vez mais concretizadas nos livros didáticos.

De fato, é possível justificar esse aspecto também aos editais referentes ao PNLD, que solicitam que as obras que forem submetidas às avaliações, estejam nesta perspectiva, de modo que os autores e suas respectivas editoras irão evidentemente adequar suas coleções a esses requisitos. No próprio Guia do Livro Didático a cada edição do PNLD, são apresentadas numericamente as obras que foram reprovadas, que certamente não constam no referido Guia pelo fato de não se enquadrarem em diversos aspectos. Portanto, as coleções dos livros didáticos são obras elaboradas sob medida e com vencedores certos, uma vez que alguns autores já possuem uma longa trajetória na elaboração de materiais didáticos, advinda da experiência de terem participado de vários PNLDS.

Débora Amorim Gomes da Costa (2006) toma como fonte de pesquisa duas coleções de livros didáticos referente ao PNLD 2004. Analisa as propostas didáticas para o ensino da oralidade, com o mesmo procedimento de alguns outros trabalhos. Elabora seja um estudo dos gêneros orais a partir da escolha das seguintes obras: Português uma proposta para o letramento e Vitória Régia – Língua Portuguesa. A autora argumenta que os fundamentos teóricos de ambas as obras estão baseados na proposta da língua como interação e que no processo de didatização das relações fala–escrita as coleções apresentam traços diferenciados para encaminhamentos para análise do objeto de estudo da autora. Afirma que a obra “Português uma proposta para o letramento”, considera a relação escrita-fala na dimensão do contínuo tipológico dos gêneros textuais, corresponde a uma noção de língua sócio interativa, enquanto no livro Vitória Régia – Língua Portuguesa há uma reflexão da língua falada do ponto de vista da escrita da língua padrão.

Liziane Ferreira (2007) investiga os atos de fala dos materiais didáticos de língua portuguesa e espanhol. Elabora elementos comparativos relacionados a seu objeto de pesquisa com uma série de reflexões advindas dessas comparações.

Conforme a categoria estereótipos constatamos três temáticas que estão presentes nas pesquisas: as mulheres, os negros e a velhice.

Quem trata das questões de discriminações de gênero de modo mais amplo é Neide Cardoso Moura (2007), observando as permanências e mudanças desse aspecto no livro didático de língua portuguesa. Após empreender uma análise de livros didáticos de língua

portuguesa destinados aos alunos e professores da quarta série do ensino fundamental no período de 1975 e 2003 a autora constatou que tais livros continuam como veículo de discriminações, mesmo passando por avaliações das equipes do Estado.

Paulo Vinícius Baptista Silva (2005), discute os discursos sobre questões raciais do negro e branco. O trabalho analisa livros publicados entre os anos de 1975 e 2004, baseado nos teoria da ideologia de Thompson e nos estudos sobre discursos racistas. Em seu estudo constatou que embora o livro didático de língua portuguesa das quartas séries, tenha melhorado significativamente, ainda permanece veiculando discurso racista, que universaliza a condição do branco, tratando-o com superior na espécie humana. Percebe-se que os estudos sobre a questão da discriminação racial ainda continuam sendo tema atual, alvo de pesquisas seja nas teses dissertações ou artigos.

Esse mesmo autor possui um artigo com Fúlvia Rosemberg e Chirley Bazilli intitulado “Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão de literatura”, publicado em 2003. Ao elaborarem uma revisão da produção brasileira sobre o racismo em livros didáticos, analisaram a produção brasileira sob dois focos: publicações que enunciam o racismo em livros didáticos; e publicações que referem-se ao combate ao racismo em livros didáticos. Dentro de uma abordagem histórica, os indicam aspectos comuns ao conjunto de análises já produzidas sobre o tema, as lacunas e a diversidade de enfoques teórico-metodológicos sobre a temática.

No tratamento da temática sobre as mulheres tem-se o trabalho de Maura Rejane Amaral Rodrigues Amorim (2008) que analisa as imagens da mulher presente no livro didático de língua portuguesa da 8ª série do Ensino Fundamental. A autora destaca como é construída essas imagens nos livros didáticos. Constatou que as imagens, como discurso, veiculam sentidos diferentes, o que mostra a heterogeneidade dos livros didáticos.

Maria da Silva Peixoto (2008) utilizou do mesmo procedimento da autora anterior para observar como o adolescente é tratado nos livros didáticos. Elencou como fonte de análise o livro Português e Linguagens. A pesquisa de Denise Araújo da Silva (2006), discute a velhice. O trabalho constatou que algumas coleções que foram recomendadas com distinção pelo PNLD, direcionadas aos alunos do Ciclo I do Ensino Fundamental das escolas de São Paulo, não contemplam a temática da velhice de maneira satisfatória. Justifica que os livros não contemplam atividades que favoreçam uma imagem positiva da velhice.

Há outros tantos trabalhos que enfocam a questão do gênero nos livros didáticos. Dentre eles está o artigo de Sara Oliveira (2008) que descreve sobre a presença de estereótipos de gênero nos textos visuais de livros didáticos. A pesquisa analisou 28 livros-

texto de inglês e francês e demonstrou que ainda é bastante estereotipada a representação de homens e mulheres no que diz respeito ao papel profissional, econômico e às relações afetivas apontadas para cada um. Utiliza um esquema para ilustrar a questão da influência do livro didático. Conforme Oliveira (2008, p. 95):

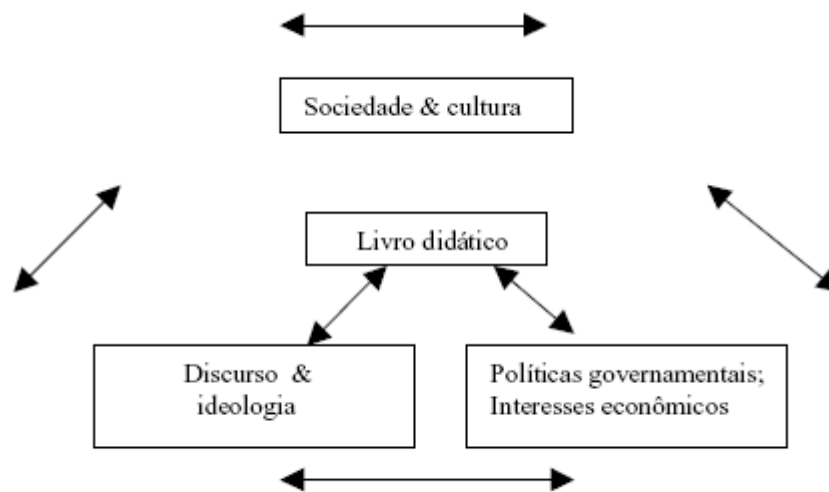


Figura 1: Livro didático e contextos de influência

Em suas considerações finais Oliveira (2008, p.113) escreve que:

a questão de gênero, sob a perspectiva dos estereótipos, tem sido alvo de crescente interesse nos últimos anos, visto que aborda como homens e mulheres são apresentados, tratados e suas representações construídas em sociedade. Também se constitui uma questão de interesse pedagógico, pois seus efeitos e implicações podem trazer importantes aportes para o entendimento e transformação da construção identitária de nossos alunos. O texto visual, como mediador de tais aportes nos materiais instrucionais, tem a capacidade de potencializar a retenção de quaisquer influências e tendenciosidades que, por vezes, a palavra não consegue traduzir com a mesma força. Portanto, perceber a questão dos estereótipos de gênero nos livros didáticos, traduzida em imagens, significa atualizar e enriquecer sua investigação.

Outra temática social é a discutida no artigo de Alessandra Santana Soares e Barros (2007) e trata de pessoas com deficiência. A autora traz os modos de representação da pessoa com deficiência nos livros didáticos de Língua Portuguesa das séries iniciais do Ensino Fundamental. A autora selecionou 26 livros do PNLD 2007. Tal pesquisa questionou em que medida, e com que limites as pessoas com deficiências são consideradas exemplos de expressão da diversidade humana. A autora elabora algumas críticas aos livros por ela analisados. Esse trabalho, enquanto artigo, é o único em que nas considerações finais da autora insere sugestões para as equipes de avaliadores dos livros didáticos a confecção de erratas, endereçadas ao Guia do Livro Didático, PNLD 2007 – Língua Portuguesa e também

sugere apreciação dos resultados de sua pesquisa pela Comissão Técnica de pareceristas e avaliadores do Ministério da Educação para julgamento dos livros do PNL D.

Concordamos com José Antônio Oliveira Resende (2006) quando afirma que o livro didático continua sendo alvo de muitas críticas e de propostas de intervenção quanto ao seu uso. Ao utilizar categorias como contradição, totalidade, mediação, hegemonia o autor afirma deste modo que o livro didático de língua portuguesa responde por sua ação política na escola e está envolto ideologicamente com as concepções sobre o conhecimento e a educação, sendo que tais concepções se revelam na materialidade lingüística do discurso, sugerindo um livro que ultrapasse o conflito entre reprodução e transformação.

Supõe, portanto, a necessidade de um livro didático de língua portuguesa que estabeleça a interface entre “ambientação textual” dentro da escola e no espaço extra escolar.

Cabe aqui ressaltar que em se tratando do aspecto político sobre o processo de escolha do livro didático ainda é uma questão nevrálgica nas práticas educacionais das escolas. Os trabalhos de Moysés (1985) e Santos (2007) também alertam para está questão. Alguns trabalhos apontam para a necessidade de aprofundar sobre essa temática, como exemplo o trabalho de Elisângela Alves da Silva Scaff intitulado “O guia de Livro didáticos e sua (in)utilização no Brasil e no Estado do Mato Grosso do Sul”. Esse trabalho aborda a priorização do livro didático como um dos insumos considerados mais importantes utilizados na escola. A pesquisa mostra que, até o ano de 1998, pouco mais da metade dos professores do país escolhiam seus livros segundo os critérios estabelecidos pelo Guia.

São muitas as vozes que estão em torno do livro didático, tais vozes precisam ser ouvidas, refletidas à luz de critérios que evidenciem aspectos que apontem para a melhoria da qualidade da educação no Brasil.

Nossa investigação aponta que as produções em torno do livro didático de língua portuguesa no doutorado são qualitativamente em menor número comparadas ao do mestrado. Nota-se uma centralidade na utilização do livro didático enquanto fonte de pesquisa e também na seleção de fragmentos dele para estudo. Há discussões que ainda denunciam alguns equívocos cometidos relacionados aos conteúdos dos livros didáticos, mesmo após o estabelecimento de avaliações empreendidas pelo MEC e dos editais, que são grandes balizadores para qualidade do livro didático e constituem um elemento significativo no processo de mudanças que ocorreram nos livros didáticos.

Por um lado, as pesquisas demonstram ou o excesso no tratamento de determinados aspectos dos livros didáticos e por outro lado a ausência de tais elementos. Os trabalhos sustentam ainda a importância que desempenha o uso do material em sala de aula e como isso

interfere no processo de ensino aprendizagem, independente dos focos de pesquisa que tenham se constituído os trabalhos. No que se refere ao tratamento de fatores políticos e econômicos no PNLD, ou PNLEM; os trabalhos ainda são tênues do ponto de vista de um maior aprofundamento.

Embora a discussão desse capítulo tenha se pautado principalmente sobre as produções do livro didático de língua portuguesa é sabido que alguns debates se interrelacionam-se e poderiam também ser alvo de outras pesquisas, pois há uma grande quantidade de reflexões sobre o livro didático de outras disciplinas do currículo escolar.

Após estas considerações acerca das produções acerca do livro didático de língua portuguesa constata-se ainda a tendência dos debates em torno da qualidade do conteúdo dos livros didáticos independente da disciplina. Ressalta-se ainda a carência de pesquisas relacionadas à política pública do livro bem como as práticas em torno desse material. Um caso específico relaciona-se ao PNLD, programa pouco discutido, sobre o papel do Estado, as relações estabelecidas entre os professores e a política, bem como o uso do material.

Finalmente, afirmamos a necessidade de continuidade e ampliação dessas pesquisas na busca de explicitar mais os processos de organização que ocorrem no interior das escolas, especialmente, as escolhas do livro didático tanto pelo professor, como pelo aluno, visto a importância que tem no cenário das pesquisas em educação, tanto a Política Pública do Livro didático, quanto efetivamente a escolha e o uso de material por professores e alunos de nossas escolas. Nota-se que o livro didático e as políticas referentes a ele, ainda são objetos de alguns estudos, reflexões, mas ainda não resolvemos todas as questões relativas a ele. Longe de procurar sanar tais questões, propomo-nos neste trabalho, continuar uma parte desses debates na perspectiva de contribuir para preencher algumas lacunas de pesquisas sobre o tema.

No próximo capítulo trazemos uma descrição do processo histórico da construção da política do livro didático no Brasil, relacionando-a com outros aspectos pertinentes a essa política pública, como os fatores políticos, culturais e econômicos.

CAPÍTULO 2

O PROCESSO HISTÓRICO DAS POLÍTICAS DO LIVRO DIDÁTICO NO ESTADO BRASILEIRO

Discutir a política do livro didático no estado brasileiro implica considerá-la dentro de um contexto histórico, político e econômico Freitag et al. (1987).

Adotamos essa perspectiva, quando optamos por discutir a política do livro didático, enquanto política pública, a partir do processo histórico de sua implantação e estabelecendo uma relação com as políticas educacionais de cada período da história da educação brasileira. Os autores que adotamos para sustentar essa discussão foram Freitag et al.(1987), Batista (2001,2004,2005), Oliveira e Guimarães (1984), Cury (2009), Azevedo (2001).

As políticas públicas são consideradas como o Estado em ação, pois de acordo com Azevedo (2001) são elas que dão visibilidade e materialidade ao Estado. Assim, ao percorrer a política do livro didático desde a década de 1930 até 2009, destacamos por meio da consulta aos documentos oficiais e ao referencial bibliográfico, como aparece o livro didático na agenda da política pública educacional, reconhecendo o papel que o Estado foi desempenhando em cada momento histórico, pois conforme Afonso (2000, p.95)

O Estado não pode deixar de ser integrado como um elemento chave na análise das políticas educativas. No entanto, vários autores têm assinalado que a presença do Estado é bastante tênue na análise educacional, notando-se mesmo, em muitos trabalhos, uma total ausência de qualquer das diferentes perspectivas teóricas que a ele podem ser referenciadas.

Antes da discussão, propriamente dita, em torno da política do livro didático, convém salientar que, no período que antecede a primeira legislação específica sobre o livro didático em 1938, o país passava por um momento de movimentos de contestação, como greves operárias, o tenentismo, a Coluna Prestes e movimentos culturais como a Semana da Arte Moderna. De acordo com Romanelli (1989, p.49): “Durante o transcurso dos anos 20, vemos, portanto, irromperem as revoltas armadas que definiram o Tenentismo, a criação do Partido Comunista e a Semana da Arte Moderna, os quais tinham em comum a contestação e a oposição à velha ordem oligárquica latifundiária”.

Esse contexto político e cultural, anterior a primeira legislação específica sobre material didático, contribuem sobremaneira para a discussão de questões relacionadas a educação e conseqüente ao livro didático. Conforme Vieira e Farias (2007), a década de 1920 será uma preparação para as ideias e tendências para a década posterior.

Portanto, antes do tema livro didático aparecer na pauta das políticas públicas, houve uma série de acontecimentos que contribuíram para criar essa demanda para o Estado. Um dos fatores que favorecem a discussão do livro didático na política brasileira são os interesses ligados a falta desse produto no mercado. Esse problema decorria de longa data.

Conforme Cury (2009) no século em XVI os padres jesuítas ao virem ao Brasil, na expedição de Tomé de Souza, trouxeram livros escolares para o ensino das primeiras letras, especialmente em seus colégios.

Dentro dessa mesma perspectiva Sheffer (2007) afirma que os livros didáticos, eram em sua maioria importados da Europa, sendo assim, não possuíam um conteúdo a partir da realidade do Brasil além de não oferecer um público consumidor garantido. Também não havia no país condições efetivas pelo menos a priori, para consolidar a construção de material didático de qualidade. Fernandes (2005, p. 122) afirma que “mesmo após a vinda da família real portuguesa para o Brasil (1808) e a instalação da Imprensa Régia por D. João VI, a carência de manuais didáticos em língua portuguesa era fato notório”.

Desta forma, os livros que estavam em maior circulação no país e possuíam maior lucratividade em os chamados paradidáticos. Esses foram por algum tempo os mais vendidos, até o momento que houve uma inversão, onde ganhou espaço maior o livro didático.

Conforme Miceli (1979) entre todos os gêneros publicados de 1938 a 1943, a literatura de ficção ocupou o primeiro lugar nas vendas. De acordo com Miceli (1979, p. 87)

Sem dúvida, a extensão do contingente de leitores exerceu influência sobre os gêneros que acabaram se firmando de um ponto de vista estritamente comercial. O primeiro posto da literatura de ficção e, nessa categoria, a predominância dos romances de amor, de histórias policiais e de livros de aventura, deve-se em ampla medida à expansão da parcela do público de leitores recrutada nas novas camadas médias que redundou no aumento da demanda por obras de mero entretenimento.

A partir do novo perfil de consumidores de livros verificado na sociedade e das políticas públicas, as editoras vão adequando-se para cumprir tanto seus objetivos comerciais quanto de disseminação do projeto católico no caso das editoras confessionais. Paulatinamente, a partir dessas questões, das transformações do panorama do campo editorial, das mudanças no ensino, o livro didático tende a prevalecer com demanda do campo editorial, superando a produção de livros literários.

Outros institutos religiosos que se estabeleceram no Brasil e trabalhavam com a educação, principalmente no final do século XIX, traduziram livros europeus para serem utilizados aqui. É o caso dos Maristas que chegaram ao Brasil no ano de 1897. De acordo com Azzi (1999), ao perceberem a deficiência, com relação aos materiais didáticos, logo

empreenderam ações para elaboração de livros, com pessoas do próprio instituto como escritores e em seguida organizando a atual Editora FTD⁶. De acordo com Campos (2010) esses grupos católicos também tiveram influência no processo de organização e disseminação da cultura. Portanto, a percepção da carência de material didático no país, esteve atrelada a interesses de ordem política, religiosa, comercial que interferiram na agenda do Estado para o estabelecimento dessa política pública.

Após a chegada desses intelectuais no Brasil com aval Estatal e religioso, há um projeto de disseminação da cultura e do ideário católico que corrobora como o momento editorial da época. Houve na década de 1930 o que Miceli (1979, p.78) chama de “surto editorial”, marcado fortemente pelo estabelecimento de muitas editoras decorrente, sobretudo, por um conjunto de mudanças que afetaram a própria definição do trabalho intelectual como: recrutamento de especialistas, mudanças na feição gráfica dos livros para ajustar o acabamento das edições às diferentes camadas do público entre outros.

2.1 Decreto Lei nº 1.006/38 e suas implicações

As discussões referente às políticas do livro didático, sob a égide do governo Washington Luís (1926 -1930), ocorreram com a criação de um órgão para legislar sobre as políticas do livro didático, que foi chamado Instituto Nacional do Livro (INL), que tinha como objetivo contribuir para efetivação de uma política do livro didático no Brasil.

Esse Instituto contribuiu para maior legitimação do livro didático nacional e conseqüentemente auxiliar no aumento de sua produção (Oliveira e Guimarães 1984)

Cabe lembrar que um dos primeiros atos de Vargas foi o decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930, que criou o Ministério de Educação e Saúde Pública, com objetivo de centralização das decisões referentes à área educacional e da saúde, no entanto, conforme Cury (2009) será somente a partir de 1934 que o livro, enquanto material didático oferecido gratuitamente estará na agenda das políticas públicas.

Ainda de acordo com o autor, supracitado, a Constituição de 1934 define a necessidade de se fixar um Plano Nacional de Educação. O anteprojeto desse Plano Nacional trazia um título sobre a Assistência aos Estudantes, orientado para facilitar a educação aos alunos que mais precisassem, desta forma, era prevista, anualmente, uma quota mínima de 10% dos fundos especiais de educação para atender aos gastos com assistência escolar.

⁶ FTD – É a sigla para homenagear o precursor da editora, o Frère Teophane Durant.

O artigo 479 dessa Constituição estabelecia o que seria considerado assistência ao aluno. O artigo mencionava a inclusão do fornecimento gratuito do material escolar, inclusive os livros didáticos indicados pelos respectivos professores. Associada a política do livro didático também sempre houve fatores ligados a questão comercial desse material.

O aspecto comercial do livro, motivam alguns intelectuais autores à enveredarem para a produção do livro didático no Brasil devido às vantagens lucrativas Bittencourt (2004, p. 479):

Algumas indagações são inevitáveis: Estariam nossos primeiros autores motivados pelas vantagens financeiras que a empreitada poderia oferecer ou seriam outros os motivos que os levaram à realização de um trabalho intelectual considerado inferior na hierarquia da produção do conhecimento?

No entanto, conforme Bittencourt (2004), muitos intelectuais e autores de livros didáticos não foram reconhecidos, mesmo tendo capacitações para tal. De acordo com Miceli (1979, p.131)

Durante o regime Vargas, as proporções consideráveis a que chegou a cooptação dos intelectuais facultou-lhes o acesso aos postos e carreiras burocráticas em praticamente todas as áreas do serviço público (educação, cultura, justiça, serviços de segurança, etc.). Mas no que diz respeito às relações entre os intelectuais e o Estado, o regime Vargas se diferencia, sobretudo porque define e constitui o domínio da cultura como “negocio oficial”, implicando um orçamento próprio, a criação de uma “*intelligentzia*” e a intervenção em todos os setores de produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico.

Mas foi no governo Vargas, especificamente em 1938 que foi instituído o Decreto Lei 1.006/38, que além da definição do livro didático também cria a (CNLD) Comissão Nacional do Livro Didático, que certamente vinha ao encontro da lógica do Estado naquele momento, de controle político ideológico e que conforme Batista (2001) suas atribuições envolviam o estabelecimento de regras para a produção, compra e utilização do livro didático.

A CNLD, portanto, possuía o papel de examinar e avaliar os livros, julgar os méritos desses para tradução quando fossem estrangeiros, bem como da responsabilidade sobre questões de concursos para produção de livros no Brasil. Inicialmente a Comissão era composta de 7 pessoas⁷ e que posteriormente por meio do decreto lei nº 1177, sancionado em 29/03/1939, tornou-se 11 pessoas.

⁷ Conforme Soares e Rocha (2003) havia um rascunho do Decreto-Lei em que aparece o número de membros da comissão como sendo inicialmente de cinco pessoas.

Ao justificar sobre esse aumento do grupo de pessoas dessa Comissão Oliveira e Guimarães (1984, p.39) escreve que:

Essa medida de urgência já atentava para o fato de que a partir de 1º de janeiro de 1940, o uso dos livros didáticos estaria dependente da autorização do Ministro Capanema, o que exigiria CNLD, no primeiro ano de seu funcionamento, um desempenho de excepcional intensidade. Essa expectativa, todavia, viu-se completamente frustrada, já que o ano de 1939 transcorreria sem que fosse sequer instalada a Comissão.

Os membros da Comissão eram designados pela presidência da República e não poderia ter nenhuma ligação de caráter comercial com qualquer editora do país ou estrangeiro. Conforme o artigo 10º do capítulo II da lei 1.006/38 o papel dessa Comissão era:

Examinar os livros didáticos que lhe forem apresentados, e proferir julgamento favorável ou contrário à autorização de seu uso; estimular a produção e orientar a importação de livros didáticos; indicar os livros didáticos estrangeiros de notável valor, que mereçam ser traduzidos e editados pelos poderes públicos, bem como sugerir-lhes a abertura de concurso para produção de determinadas espécies de livros didáticos de sensível necessidade e ainda não existentes no país; promover, periodicamente, a organização de exposições nacionais dos livros didáticos cujo uso tenha sido autorizado na forma desta lei.

Ao tratar sobre a questão do livro didático a lei trazia duas designações para os livros: os compêndios e os livros de leitura. Como compêndios a lei entendia que eram aqueles que contivessem total ou parcialmente, a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares. Já os livros de leitura eram os utilizados para leitura dos alunos em sala de aula. A forma como são apresentadas as características, para autorização do livro didático em 1938, evidencia o papel de um Estado controlador, ditatorial.

De acordo com Oliveira e Guimarães (1984, p.34) “o período do Estado Novo é rico em legislações e decretos que visavam à constituição do que na época se denominava, insistentemente, a “consciência nacional”, a “construção da nacionalidade”, a afirmação do Estado Nacional”. No artigo 20 da lei nº 1.006/38 apareciam os motivos pelos quais não poderia ser autorizado o uso do livro:

Que atente, de qualquer forma, contra a unidade, a independência ou a honra nacional; que contenha, de modo explícito ou implícito, pregação ideológica ou indicação da violência contra o regime político adotado pela Nação; que envolva qualquer ofensa ao Chefe da Nação, ou às autoridades constituídas, ao Exército, à Marinha, ou às demais instituições nacionais; que despreze ou escureça as tradições nacionais, ou tente deslustrar as figuras dos que se bateram ou se sacrificaram pela pátria que encerre qualquer afirmação ou sugestão, que induza o pessimismo quanto ao poder e ao destino da raça brasileira; que inspire o sentimento da superioridade ou inferioridade do homem de uma região do país com relação ao das demais regiões; que incite ódio contra as raças e as nações estrangeiras; que desperte ou alimente a oposição e a luta entre as classes sociais; que procure negar ou destruir o sentimento religioso ou envolva combate a qualquer confissão religiosa; que atente contra a família, ou pregue ou insinue contra a indissolubilidade dos vínculos

conjugais; que inspire o desamor à virtude, induza o sentimento da inutilidade ou desnecessidade do esforço individual, ou combata as legítimas prerrogativas da personalidade humana.

Os artigos seguintes, ou seja, 21,22 e 23 relacionavam-se aos critérios da linguagem, sua clareza, ortografia. Caso as obras não estivessem de acordo com esses requisitos eram reprovadas o que implicaria na apreensão do material.

Com relação ao texto da lei, com teor extremamente autoritário Oliveira e Guimarães (1984, p.35, 36) escrevem:

A ênfase exagerada nos aspectos morais, cívicos e políticos presentes no Decreto Lei 1006, pode sugerir duas situações: a primeira, a crença na existência de uma produção de literatura didática inadequada ao propósito de formação de um certo espírito de nacionalidade. A segunda, o estímulo que certamente provocou para produção de obras que consultassem as conveniências políticas e pedagógicas que o governo vinha nesse momento valorizando.

O Ministro da Educação e da Saúde, nessa época, Gustavo Capanema, de acordo com Oliveira e Guimarães (1984) para consolidar uma boa imagem em seu Ministério buscou compor a comissão por intelectuais e políticos de renome, além do preparo para a avaliação dos livros que correspondessem a esses critérios mencionados na lei. Algumas dessas personalidades trabalhavam inclusive no Colégio Pedro II, colégio de referência na época.

Soares e Rocha (2003, p. 96) afirmam que entre as pessoas da CNLD estavam “Carlos Drummond de Andrade, seu chefe de Gabinete; Mário de Andrade, que ocupou um cargo no Instituto Nacional do Livro (INL); Abgar Renault, seu amigo desde os tempos de Minas Gerais e que veio a ser um dos presidentes da CNLD; Alceu Amoroso Lima e outros”. Os autores também constatarem que foi o próprio ministro quem cuidou das escolhas.

Alguns desses intelectuais que fizeram parte da CNLD eram escritores modernistas e também possuíam uma relação política estreita com o Estado, o que permitiu a garantia de cargos e influência. Conforme Miceli (1979, p.26)

Embora quase todos os escritores modernistas sejam originários de antigas famílias dirigentes, eles se distinguem entre si não tanto pelo volume de capital econômico ou escolar mas pela proximidade relativa de suas famílias em relação à fração intelectual e política da classe dominante e, por conseguinte, pelo grau de conservação ou de dilapidação de seu capital de relações sociais.

O Estado para manter sua hegemonia coopta intelectuais para garantir um sentido de neutralidade. Esses intelectuais trazem consigo certa aura que inibe qualquer crítica sobre as ações que são tomadas no interior da comissão. Vale ressaltar que esses intelectuais “escolhidos” pelo próprio ministro conforme Gramsci (1988, p.4)

Tem uma função essencial no modo de produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político.

No quadro abaixo há a relação dos intelectuais que compunham essa Comissão.

Quadro 03 – Membros da Comissão Nacional do Livro Didático em 1940

| Membros | Nomeação |
|--|-----------------|
| Abgar Renault | 14 – 08 – 1939 |
| Adalberto Menezes de Oliveira | 26 – 07 – 1940 |
| Alonso de Oliveira | 14 – 08 – 1939 |
| Alvaro Ferdinando de Sousa da Silveira | 14 – 08 – 1939 |
| Antonio Carneiro Leão | 14 – 08 – 1939 |
| Armando Pinna | 14 – 08 – 1939 |
| Cândido Firmino de Melo Leitão | 23 – 07 – 1940 |
| Carlos Delgado de Carvalho | 14 – 08 – 1939 |
| Euclides de Medeiros Guimarães Roxo | 14 – 08 – 1939 |
| Hahnemann Guimarães | 26 – 07 – 1940 |
| João Batista Pecegueiro do Amaral | 26 – 07 – 1940 |
| Jonathas Archanjo da Silveira Serrano | 14 – 08 – 1939 |
| José de Melo Moraes | 26 – 07 – 1940 |
| Leonel Franca | 14 – 08 – 1939 |
| Maria Junqueira Schmidt | 14 – 08 – 1939 |
| Rodolpho Fuchs | 14 – 08 – 1939 |
| Waldemar Pereira Cota | 14 – 08 - 1939 |

Fonte: Soares e Rocha (2003, p.94)

Conforme Soares e Rocha (2005) os livros analisados deveriam ter os motivos para autorização ou não e os membros da comissão também poderiam recorrer a outros especialistas. Além do poder de indicar modificações a serem feitas no livro, após analisado por outros que não pertencessem a Comissão, deveria novamente ser submetido a análise para receberem a autorização para seu uso (Art. 13). Soares e Rocha (2005, p. 95):

Nota-se, pelos vários documentos do arquivo de Gustavo Capanema e por suas diversas anotações, que o ministro cuidou pessoalmente da escolha dos membros da Comissão Nacional do Livro Didático. Além de serem “pessoas de notório preparo pedagógico e reconhecido valor moral”, como na versão oficial, Capanema cuidou para que, além de obedecer a esse quesito, as pessoas escolhidas para ocupar um lugar na CNLD representassem setores importantes da sociedade, em particular, os militares, a Igreja, o próprio Getúlio, além de seus amigos particulares.

Os livros que fossem aprovados teriam registro do Ministério, sendo que depois da avaliação feita pela comissão, os livros seriam publicados no diário oficial da União. De acordo com Soares e Rocha (2005, p. 89) “depois da avaliação feita pela CNLD, o Ministério da Educação e Saúde faria publicar, no Diário Oficial da União, a lista dos livros autorizados,

a partir do mês de janeiro de cada ano. A lista seria publicada em ordem alfabética dos autores”.

Conforme Freitag (1987) o controle que a Comissão tinha sobre o livro estava na mesma proporção do controle do Ministro sobre ela, sendo que será somente em 1945 que surgiram algumas vozes criticando a legitimidade dessa Comissão no final da gestão do Ministro da Educação Gustavo Capanema.

Bomény (1984) reitera essa constatação ao afirmar ainda que a Comissão do livro Didático teve muito mais uma função ideológica que propriamente didática. De acordo com Vieira e Farias (2007, p. 87):

O projeto empreendedor de Vargas é viabilizado por estratégias resultantes das alianças políticas que vão se firmando. Primeiro, como o apoio do movimento oposicionista, assume o governo provisório. Depois, é eleito presidente da República pelo Congresso (1934). Esta fase inicial (1930-1937) é marcada pela instabilidade política gerada por conflitos de interesses das várias facções radicais na ordem social.

Desta forma, nota-se o papel da comissão neste contexto, para servir como estratégia de controle, via política pública, tendo o livro didático como um instrumento para essa finalidade.

Alguns trabalhos que tratam da questão do livro didático sob a ótica desse potencial ideológico são Nossela (1979), Oliveira e Guimarães (1984), Bonazzi e Eco (1980). Esses autores debatem a respeito da formação crítica dos alunos, especialmente como consumidores desses livros, bem como o caráter manipulador e ideológico que os livros didáticos exercem.

Apple (1995) ao enfatizar sobre os produtos da cultura, neste caso os livros didáticos, menciona que eles fazem parte de um processo social mais amplo, pois ao usar determinado objeto, também estamos nos envolvendo em uma relação social anônima com os editores e outros profissionais que trabalharam para que aquele determinado livro torne-se um livro didático, com um significado mais específico dentro do processo de ensino aprendizagem.

No trabalho de Filgueiras (2008, p.9) podemos também evidenciar outros problemas relativos a questões do livro didático, sendo um deles com relação as avaliações:

Alguns dos membros da CNLD eram autores de livros didáticos, como era o caso de Carlos Delgado de Carvalho, Jonathas Serrano e Cândido F. de Mello Leitão. Eram educadores e participavam intensamente dos debates sobre a política educacional do país. Pelo fato de membros da CNLD serem autores de manuais escolares, diversos questionamentos foram levantados sobre a idoneidade do processo de avaliação. De acordo com documentos encontrados, existiam dúvidas sobre a avaliação, que poderia ter privilegiado a aprovação de determinados livros didáticos em detrimento de outros, somente por uma questão de reserva de mercado. A ação movida pelo professor Potsch contra a CNLD, na pessoa de Mello Leitão, gerou intensas

discussões e reviravoltas. Inicialmente o parecer da perícia foi favorável à CNLD, contudo, após recurso, novo parecer foi favorável ao professor Potech.

O decreto que surgirá posteriormente irá consolidar o anterior e que conforme Freitag et al. (1987), delibera sobre três grande blocos, relativas ao processo de autorização e uso do livro didático, ao problema da atualização e substituição deles e algumas precauções relativas a sua especulação comercial.

Esse problema vai ao encontro da perspectiva do uso dos aparatos do Estado para benefícios particulares, alheios aos interesses de uma educação de melhor qualidade e democrática.

Cumpr também destacar que conforme Oliveira e Guimarães (1984, p.37) ao escrever sobre o papel político da regulamentação legal do livro didático:

A política do livro didático esteve inserida num contexto maior de política educacional que teve no Estado Novo um período de efervescência. Pelo menos dois projetos de alta significação deram ao projeto do livro didático uma importância destacada: o da nacionalização do ensino e o do movimento de Juventude Brasileira⁸, ambos tendo adquirido no período um caráter de prioridade, cada qual em seu nível.

Com a política de nacionalização que surgia, havia uma proposta de reformulação do ensino primário. A questão da presença de estrangeiros ameaçava esse ideário de nação, o que exigira uma postura do governo neste sentido.

Ao verificar a quantidade de decretos nessa época concordamos com Oliveira e Guimarães (1984) quando enfatizam que o Estado Novo é rico em legislações, embora não sejam tão significativas do ponto de vista de melhoria da qualidade do ensino.

O Decreto lei nº 1.177 de 29 de março de 1939 irá contemplar a ampliação dos membros do CNLD para 17 pessoas, pois essa medida conforme Oliveira e Guimarães (1984) vinha ao encontro ao fato de que a partir do dia 1º de janeiro de 1940, o uso dos livros didáticos estaria dependente da autorização do Ministro Gustavo Capanema. Esse decreto relativo as questões da CNLD visto a problemática com relação a quantidade de livros para avaliação, até mesmo a decisão da contratação de examinadores para cumprir o volume de obras. Assim sendo, surge no Ministério algumas propostas para um processo mais simplificado de funcionamento da comissão.

⁸ De acordo com Oliveira (1984) a Juventude Brasileira foi criada em 1938 tendo originalmente a marca de uma organização de acordo com os moldes facistas No desenvolver do seu projeto inicial, por inúmeras pressões especialmente advindas do Exército Brasileiro foi perdendo esse caráter passando a constituir-se num movimento de caráter cívico.

Atentas a esse cenário algumas editoras adaptam-se para prosseguirem com seus objetivos comerciais ou religiosos. É o caso da Editora FTD que nessa época passa a chamar-se Nova Coleção FTD – Deus, Pátria e Família, assim, de acordo com o documento “História da Educação no Brasil – Editora FTD,” escrito por Sebastião Ferrarini, a Coleção está mais à vontade para imprimir em todos os seus livros o seu lema: Deus, Pátria, Família. Paulatinamente esta editora vai estabelecendo-se no setor sendo como se verá adiante uma das maiores vendedoras de livro para o Estado.

De acordo com Freitag (1986, p. 52, 53) ao escrever sobre o papel do Estado com relação a política educacional nessa época:

A política educacional do Estado Novo não se limita à simples legislação e sua implantação. Essa política visa, acima de tudo, transformar o sistema educacional em um instrumento mais eficaz de manipulação das classes subalternas.

A época de 1938 a 1945 vai caracterizar-se, portanto, como inócua com relação a uma política que contribua efetivamente com a melhoria do ensino no que diz respeito ao material didático. Quais seriam os motivos da multiplicidade de decretos bastante relacionados somente a CNLD, nessa época?

2.2 Fim do Estado Novo e as implicações na política do livro didático

No ano de 1945 com o fim do Estado Novo, a reabertura política e a saída de Gustavo Capanema do Ministério da Educação, dois decretos-lei sobre o livro didático foram sancionados, o decreto-lei n° 8.222, de 26 de novembro de 1945, que modificava o processo de autorização de livros didáticos e o decreto lei n° 8.460, que reestruturava a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático.

Por meio desses decretos é possível argumentar que o início desse período ainda será marcado por questões reativas a CNLD e a sua autorização. Conforme Oliveira e Guimarães (1984, p. 46) escrevem:

Se o momento posterior à década de 40 é rico em avaliações rigorosas a respeito do efetivo desempenho da CNLD, principalmente pelas propostas de descentralização da política educacional é ainda pobre com relação a medidas concretas, de soluções de um tema considerado problemático pela maioria esmagadora de políticos, órgãos e entidades responsáveis pelo processo educacional.

De acordo com Holfling (2000, p.163) a partir do Decreto nº 8.460 foi redimensionada as funções da Comissão Nacional do Livro Didático, centralizando na esfera federal, o poder de legislar sobre o livro didático.

Consolidou-se, pois, a legislação sobre a matéria. O Estado passou, então, a assumir o controle sobre o processo de adoção de livro em todos os estabelecimentos de ensino no território nacional. Gradativamente, tais funções foram se descentralizando, com a criação, em alguns Estados, de Comissões Estaduais do Livro Didático.

Permanece, portanto, o controle das obras didáticas pelo Estado, monopólio de editoras na produção dos livros o que reflete em poucos avanços relacionados ao desenvolvimento de uma educação de qualidade e democrática.

Algumas editoras aproveitando esse momento político empreendem ações para ampliação de seus ideais. No caso da editora FTD, quando encerra um contrato com uma empresa francesa em 1933, investe na parceria com a Tipografia Siqueira. Conforme consta na obra “História da Educação no Brasil: editora FTD” de Sebastião Ferrarini, essa empresa seria um bom empreendimento, uma vez que torna-se sinônimo de qualidade, responsabilidade e bons preços, o que indica lucro certo. Conforme Campos (2010) os católicos elaboram estratégias para articular e mobilizar seus representantes nos órgãos públicos.

Permanece a centralização da política do livro didático no que se refere administração e gestão da política, na qual o Estado atua como centralizador na coordenação e execução de todas as ações referentes a política, como o gestor. Nesse sentido, a centralização situa-se num aspecto macro da política conforme Batista (2001). Por outro lado, não ocorre a descentralização entendida enquanto processo decisório no interior das escolas. Mas permanece um conceito atrelado à compreensão de um mecanismo no espaço de execução da política do livro didático, que não permite a autonomia do professor nos níveis locais.

Importante também mencionar que a questão do salário educação que atualmente é utilizado também para a política do livro didático nasceu nos anos da década de 1930. De acordo com Cunha (1999, p. 43):

Salário-educação foi o nome que teve, no Brasil, a forma de contribuição das empresas para com a escolarização de seus empregados e os filhos destes, prática, aliás utilizada em muitos países. Em 1955, 23 dos 55 países participantes da Conferência Internacional de Instrução Pública, em Genebra, adotavam formas de participação das empresas no financiamento do ensino proporcional ao montante dos investimentos das empresas ou dos salários pagos por elas aos seus empregados. Em termos legais, essa idéia vingou, no Brasil, pela primeira vez, na Constituição de 1934, que obrigava as empresas industriais e agrícolas situadas fora dos “centros

escolares” a proporcionarem ensino primário gratuito, desde que, tendo mais de 50 empregados, houvesse dentre eles e seus filhos, pelo menos dez analfabetos. O golpe de 1937 outorgou outra constituição, com outras prioridades, e aquele dispositivo foi esquecido.

Nos anos de 1950, o que persistirá como problema, especialmente às famílias menos providas financeiramente será o valor do livro didático. Conforme Oliveira e Guimarães (1984, p.47)

Há, porém, um fenômeno comum a todos esses anos que, em certo sentido, confere às próprias controvérsias uma certa uniformidade: a concordância indiscriminada sobre a existência de um problema que reclama solução e o consenso entre os parlamentares a respeito do que caracterizam como “situação abusiva” dos altos custos a que chegaram os livros para o orçamento precário e limitado da maioria das famílias brasileiras.

A problemática com relação ao valor do livro passará a fazer parte da pauta das discussões da política. Neste caso, debate-se o tempo de uso do livro. Conforme Cury (2009, p. 123), em 1952, Anísio Teixeira, então Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), criou a Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino (CALDEME), como mecanismo para superar as deficiências de qualificação dos professores do ensino secundário. Esse intelectual incentivava a criação das: Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar (CILEME) e Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino (CALDEME).

Para participar da CALDEME, foram convidados especialistas de diversas áreas conforme as suas competências. Munakata (2004, p. 515) cita Mário de Souza Lima como responsável pela área de língua portuguesa, afirmando que houve descaminhos da produção desses manuais dessa área além de tratar a política de produção dos materiais por instâncias governamentais.

A CILEME responsável pelo levantamento das deficiências no processo de ensino e a CALDEME teria a incumbência de elaborar livros didáticos, guias e manuais de ensino para professores e diretores das escolas, para suprir as deficiências identificadas nos inquéritos da CILEME. Em 1956 a CALDEME foi transformada em Campanha Nacional de Material Escolar instituída pelo Decreto nº. 38.556 de 12 de janeiro de 1956.

No artigo 3º parágrafo 1º desse decreto encontra-se a redação de que o material que fosse produzido pela Campanha, não seria fornecido gratuitamente, mas poderia ser vendido. Da mesma forma, posteriormente na década de 1960 com a Lei 4024/61 que tratava das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, não explicitou nada sobre a gratuidade do material

didático. Com relação ao artigo 94, do parágrafo 5º, Vieira e Farias (2007, p. 116) constatam que na verdade houve retrocesso com relação à eliminação do princípio da gratuidade do ensino oficial.

A questão do alto custo do livro didático é um fator que tem destaque, nesse período, sendo que tal fator terá repercussão política nos debates posteriores, como a efetivação dos convênios entre o governo brasileiro e a USAID principalmente relacionado ao financiamento do material didático aos alunos.

2.3 Convênios MEC/ USAID e a criação da COLTED

Os anos de 1960 terão ainda alguns impasses sobre a política do livro didático, tanto relacionado a questão da especulação comercial como na proposta de projetos governamentais como os acordos.

Em 1966 há um acordo entre o MEC e a Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), o qual trata a criação da Comissão do livro técnico e Livro Didático (COLTED), por meio do decreto nº 59.355 com o propósito de coordenar as ações referentes à produção, edição e distribuição do livro didático. Conforme Krafzik (2006) o embrião do acordo entre o MEC, O SNEL (Sindicato Nacional dos Editores de Livros) e ao USAID foi a XXII Conferência Internacional de Instrução Pública realizada em Genebra em 1959, que reconhece a importância da elaboração, escolha e utilização do livro texto.

Foi um período em que o Estado brasileiro consolida relação política com os Estados Unidos. Houve desta forma, um grande impulso a chamada cooperação internacional através da assinatura de convênios entre o Brasil e organismos internacionais. Nesse período há aceleração da produção de livros, além de estratégias do governo junto as Secretárias de Educação, para que determinados livros entrassem nas listas do MEC. Conforme o FNDE o acordo MEC/USAID permitiu a aquisição de 51 milhões de livros. Em relação a este acordo também houve diversas críticas por parte de professores brasileiros, pois ao MEC e ao SNEL cabiam apenas responsabilidades de execução e aos órgãos técnicos da USAID todo o controle.

De acordo com Oliveira e Guimarães (1984, p.52-53) a ênfase no decreto 58.653 consistia em aspectos instrumentais de aplicação dos recursos advindos da “colaboração com a Aliança para o Progresso”. Era pragmático, o qual tratava da definição da aplicação dos recursos; do controle dessas aplicações; bem como do estabelecimento da agência bancária responsável pelas questões financeiras e de pessoas qualificadas para gestão do processo. Já o

decreto nº 59.355 retira a menção à Aliança para o Progresso e modifica de “Conselho” para “Comissão” do livro Técnico e do Livro Didático. Ao escrever sobre a questão da orientação da política do livro didático e a aquisição de livros escolares, a partir da COLTED, Oliveira e Guimarães (1984, p. 54) afirmam:

A própria estratégia de funcionamento do programa bem ilustra a sua extensão, como também a extensão do apoio financeiro recebido para tal. É pela portaria nº 69 de 13 de março de 1967 que o regime da COLTED é aprovado e o capítulo referente à produção e aquisição de material didático passa a ser fundamental à compreensão da mecânica de funcionamento do programa. O capítulo V atribuída à Direção Executiva da COLTED a responsabilidade de coordenação de todos os trabalhos relacionados com a produção e aquisição do material didático. O diretor executivo encaminharia aos órgãos próprios do MEC, responsáveis pela seleção, as listas de livros técnicos e didáticos já publicados ou em fase de produção, já preparadas por entidades especializadas. Deveria ainda receber dos órgãos próprios do MEC as solicitações para a publicação de livros novos e providenciar a seleção das editoras que deveriam lançá-los ou, quando necessário, dos autores que deveriam escrevê-los. Os títulos aprovados seriam adquiridos pela COLTED para distribuição às bibliotecas, de, no mínimo, um exemplar para cada unidade.

Neste aspecto era fundamental às editoras a sua participação em tal convênio, sendo que todo o trabalho de redefinição em sua linha de produção para atender às exigências do programa seria irrelevante frente à compensação garantida com o sucesso da negociação com o autor acima.

Conforme Vieira e Farias (2007, p.121) “os tempos inaugurados com a ditadura representam uma estratégia de ajuste entre o modelo político que, com Jango, busca inspiração em teses socialistas, e o modelo econômico, de base capitalista. Além desses autores Cunha (1999) e Romanelli (1989) discutem o fato de que as grandes reformas constituem o principal fato na educação durante o regime militar.

Há um grande apoio dos Estados Unidos ao regime com a oferta de suporte financeiros para projetos e programas, sendo que no período de 1968 até 1973 o chamado “milagre econômico” representara para área educacional uma inflexão na política existente.

De acordo com Krafzik (2006, p.72) havia um Plano de Aplicação, em que faziam parte alguns projetos, entre esses a utilização dos livros pelos professores e alunos, a seleção, avaliação e distribuição dos títulos. Para viabilizar esse projeto:

Foi realizado um diagnóstico junto aos professores primários em todo território nacional sobre as preferências dos docentes, sobre o livro didático para uso em classe. Foram distribuídos cerca de 8.940 questionários, dos quais foram apurados 6.992, o que representou 75% do total. A partir dos dados apurados, foi elaborado pela própria COLTED, um levantamento dos títulos apontados segundo a preferência dos professores.

Mas, conforme a pesquisa da autora os resultados não foram positivos, pois percebeu-se que os professores não estavam preparados para escolha do livro didáticos. As escolhas dos professores baseavam-se em catálogos de publicações antigos, não consideravam critérios de qualidade ou de atualização e muitas das obras sugeridas não eram editadas há mais de 20 anos.

Para o Estado torna-se imprescindível desta forma, a constituição de um sistema de avaliação por meio de uma Comissão para que fosse possível legitimar a idéia de que era necessário qualificar os professores, melhorar a qualidade dos livros e ainda que os livros didáticos fossem acompanhados dos Manuais para o professor. De acordo com Krafzik (2006, p. 101)

Em pouco tempo, logo na primeira etapa do Programa, foram sentidas mudanças na recepção da distribuição e da comercialização do livro. Os professores e alunos mostraram-se surpresos com a novidade. Na indústria editorial, o comportamento não foi diferente, editores, livreiros e autores não podiam acreditar no ritmo acelerado da implantação.

Na década de 1970 foi lançado pelo Ministério da Educação e Cultura e pelo COLTED (1970, p. 11) o livro intitulado Utilização do Livro Didático. Nesse período o Brasil passa pelo período da ditadura no governo Médici.

Convencido o Governo Brasileiro da importância do livro e, em especial, do livro didático, como instrumento básico para melhorar o rendimento escolar, que é fundamento de uma verdadeira integração nacional, tornou-se imperativo que esse livro alcançasse os alunos em todo território brasileiro e possuísse características que, por seu conteúdo e apresentação atendessem “ao desenvolvimento físico e social.

A COLTED ainda faz um relato dos aspectos que um bom livro didático devia apresentar. Aspectos tais como possuir uma capa de papel durável para resistir ao manuseio e com ilustrações atraentes para despertar a curiosidade do aluno. Declara ainda que as imagens no conteúdo em si do livro, deveriam estar relacionado com o texto, refletir a realidade, esclarecer idéias e reforçar informações.

Em 1971 a COLTED foi transferida para o Instituto Nacional do Livro, tanto o pessoal, o acervo, como os recursos financeiros alocados à ela por meio do decreto nº 68.728 de 9 de junho. Assim, com a extinção da COLTED e o término do convênio MEC/USAID, o INL passou a desenvolver o chamado Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF), assumindo as atribuições de caráter administrativo e de gerenciamento dos recursos financeiros.

Conforme Oliveira e Guimarães (1984) o período de 1971 até 1976 foi o de maior ressonância de atividades vividas pelo INL, onde parte significativa desse período esteve à frente do Ministério da Educação Jarbas Passarinho.

Dentre os projetos e atividades desenvolvidas, a coedição de livros didáticos foi a mais significativa. Esse projeto nasceu das atribuições mais gerais do INL (Instituto Nacional do Livro), de desenvolvimento do Programa Nacional do Livro Didático. O INL definia estratégias e diretrizes de ação do MEC na questão de contratos, convênios entre outros com entidades públicas e particulares e com os profissionais ligados ao livro didático. De acordo com Oliveira e Guimarães (1984, p. 85), o sistema de coedição consistia basicamente em dois aspectos, a saber:

Com o aumento da tiragem e do mercado, os custos de edição são sensivelmente reduzidos; o Governo participa diretamente dos custos da produção da obra editada. O argumento fundamental para justificar essa forma de participação estatal é o barateamento do preço do livro, garantido pelas tiragens elevadas. Por outro lado, a co-edição representa na prática da produção editorial a entrada de recursos (capital de giro) para o funcionamento das empresas. Costuma-se dizer no meio editorial, que o que se perde com um preço de capa reduzido, ganha-se em recursos que acabam por garantir a produção.

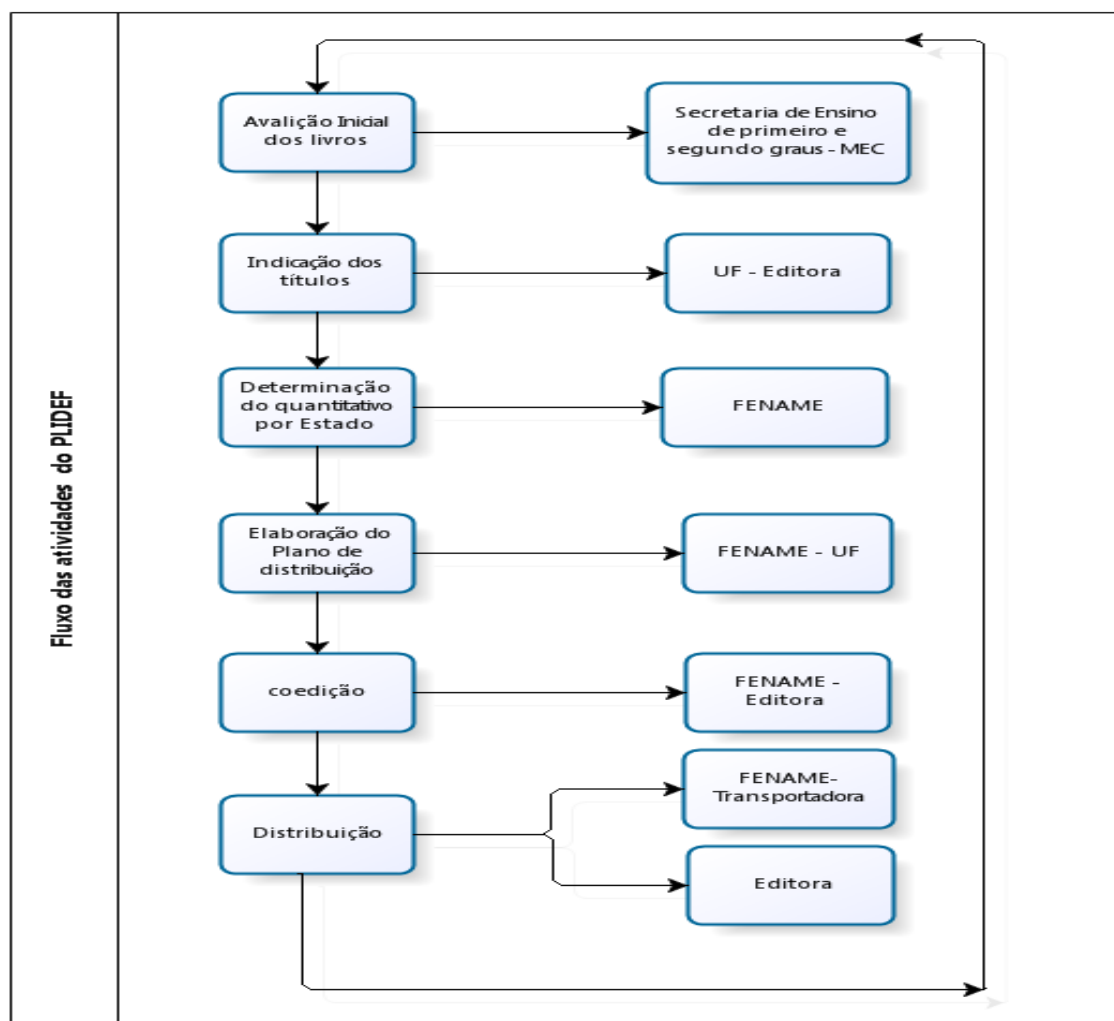
Em 1976, o INL foi extinto e a FENAME tornou-se responsável pela execução do PLIDEF. Por meio do decreto nº 77.107, de 4/2/76 o governo iniciou a compra dos livros com recursos do FNDE e com as contribuições dos estados. Podemos dizer que esse aspecto relaciona-se a questão da descentralização da gestão da política.

Com relação as responsabilidades da FENAME acerca da distribuição e gestão de recursos relacionados ao livro didático, distribuía determinado número de livros aos alunos mais carentes das escolas públicas de 1º grau, sendo que caberia aos estados uma contrapartida financeira. Ao explicar como era o funcionamento da FENAME escreve Oliveira e Guimarães (1984 p.84):

Definida a contrapartida dos estados, a FENAME estabelece a quantidade de livros que deverá caber a cada unidade federada. Segundo informações da própria FENAME, algumas variáveis são consideradas para que se estabeleça o cálculo das cotas estaduais de livros: o número de alunos matriculados nas escolas, a renda per capita, a contra partida mínima do Estado e a sua despesa efetiva com Educação.

Após a determinação do quantitativo cada estado podia solicitar no máximo 60 títulos e cada título selecionado devia ter um número mínimo de 7.000 pedidos por estado e 20.00 em todo país. A cada 30 livros recebidos para distribuição aos alunos havia um Manual do Professor. Abaixo a um quadro com o esquema de funcionamento do PLIDEF.

Quadro 04 – Fluxo de atividades do PLIDEF



Fonte: Oliveira (1984, p.87)

Baseado no levantamento dos títulos e livros solicitados em cada Estado, a FENAME dava início a distribuição, com vistas a atingir uma tiragem maior com menor preço. Após esse procedimento a editora teria um prazo de uma a dois meses para entrega da encomenda para FENAME. Conforme Oliveira e Guimarães (1984) após a lista feita pelo MEC dos livros didáticos ela era enviada aos Estados para a escolha dos títulos. Depois as editoras eram avisadas que suas obras seriam analisadas. Iniciava-se assim a corrida comercial das editoras para que suas obras fossem escolhidas.

De acordo com Holfling (1993) em 17 de abril de 1983 foi criada a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), pelo decreto nº 7.091, absorveu os programas que eram de responsabilidade do FENAME, portanto, neste momento assume o PLID (Programa do Livro

Didático) que desenvolveu-se a partir dos Programas PDIDEF, PLIDEM , PLIDES e o PLIDESU.

Conforme ainda a autora, os documentos oficiais referentes a FAE enfatizaram o caráter social no sentido de redução das desigualdades no país. No entanto, a partir dos dados sobre os gastos da FAE no ano de 1983 apresentados por Holfling (1993) constata-se que o menor montante foi destinado ao Programa Nacional do Livro, sendo apenas 3,9%, pois 77% foi para o Programa Nacional de Alimentação Escolar, 9% no Programa de Módulos escolares e 5,5% a bolsas de estudo e o restante foi distribuído entre os outros Programas. Embora tenha sido um valor menor, houve certo montante destinado ao Programa do Livro Didático, o que pode ser considerado certo avanço.

Houve críticas a essa centralização da política assistencialista do governo e, conforme Freitag et.al. (1993) dentre as denúncias estavam a não distribuição dos livros didáticos nos prazos estabelecidos, a pressão política das editoras e o autoritarismo na escolha dos livros.

Neste sentido é importante perceber a forte presença das editoras, na questão das decisões e definições da política pública para o livro didático, que compromete a natureza da conceituação da política de corte social conforme tratado por Holfling (2000).

Em 1984, há a criação do Comitê de Consultoria para a área didático- pedagógica, composto de pesquisadores e políticos, que conforme Freitag et al (1987) restringiu-se a sugestões, discutidas com o primeiro presidente da FAE, onde tais discussões acabaram sendo parcialmente integradas à legislação posterior, que buscará corrigir algumas irregularidades e a descentralização administrativa do Programa Nacional do Livro, sugerindo que a escolha do livro fosse feita pelo professor.

Nessa ocasião o grupo de trabalho encarregado do exame dos problemas relativos aos livros didáticos questiona sobre a participação dos professores na escolha dos livros didáticos e a ampliação do Programa, com a inclusão das demais séries do ensino fundamental, antecedendo uma legislação com um cunho mais democrático que virá na seqüência, além do fim do sistema de coedição, passando o MEC a ser comprador dos livros elaborados pelas editoras.

2.4 Decreto Lei nº 91.542/85 e a suposta autonomia dos professores

Com a promulgação do decreto lei nº 91.542 de 1985 é estabelecido a suposta garantia de autonomia do professor para a escolha do livro didático, o que não ocorria nos decretos lei anteriores.

Conforme Vieira e Farias (2007) com José Sarney, inicia-se a transição para o retorno a um Estado democrático, sendo que em 1990, assumirá o poder o 1º presidente eleito pelo voto direto, Fernando Collor de Mello.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) decretado no ano de 1985, caracterizará pela abrangência tanto as séries iniciais como as séries finais do Ensino Fundamental e será o início do processo de implementação de outros programas de distribuição de livro didático a outros níveis de ensino ainda não contemplados, como PNLA (Programa Nacional do livro didático para Alfabetização de Jovens e Adultos) e PLEM, (Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio) além do Programa do PNLD em Libras e Braille.

Nos anos de 1980 continuaram diversas discussões em torno das instituições responsáveis pelos programas do livro didático. É o caso da FAE e da FENAME. Quando da criação da FAE no ano de 1983, que substituiu a FENAME e agrega outros programas de Assistência do governo, Freitag (1993) critica a centralização da política ao denunciar a não distribuição dos livros didáticos nos prazos estabelecidos, a pressão política das editoras e o autoritarismo na escolha dos livros. Mesmo com um caráter de atendimento universal de livros didáticos nos anos de 1980 houve problemas no aspecto da distribuição e da qualidade do material. Um dos autores que tratam dessa questão é Cunha (1999). Deste modo, mesmo com um teor inovador no novo decreto ainda há percalços com relação a sua efetivação tal como aparece descrita.

Conforme Batista (2001) o MEC, tende a atuar como um mediador entre os professores e a produção editorial, como um intermediário entre uma determinada demanda (a dos docentes) e uma determinada oferta de livros didáticos (aquela definida pelo campo editorial). Tal posição segundo o autor destinou ao Ministério e ao PNLD um papel pouco expressivo na definição dos padrões de qualidade do livro escolar e enfatizou a indução a uma oferta e a uma demanda de livros articuladas com as políticas públicas para a educação.

Se por um lado há uma centralização da política do livro didático relacionado ao planejamento, compra e distribuição, pode-se afirmar o fato de que a escolha dos livros didáticos ocasionou de certo modo a descentralização da política.

O decreto nº 91.542, de 19/8/85, que veio substituir o PLIDEF instituiu algumas alterações significativas, especialmente no que diz respeito: a garantia do critério de escolha

do livro pelos professores; a reutilização do livro por outros alunos em anos posteriores, tendo como consequência a eliminação do livro descartável; o aperfeiçoamento das especificações técnicas para sua produção, visando maior durabilidade e possibilitando a implantação de bancos de livros didáticos; a extensão da oferta aos alunos de todas as séries do ensino fundamental das escolas públicas e comunitárias; a aquisição com recursos do governo federal, com o fim da participação financeira dos estados e da distribuição gratuita de livros didáticos às escolas públicas.

A política do livro didático após a promulgação do decreto nº 91.542 entre os anos de 1986 a 1989 também sofre influências de outros programas governamentais. Conforme Cunha (1999), foi em 1986 por meio da lei nº 7.486 de 6 de junho que surge o I Plano Nacional do Desenvolvimento da Nova República, que na área educacional resumia-se em oito programas: Programa Educação para Todos, Programa Melhoria do Ensino de 2º Grau, Programa Ensino Supletivo, Programa de Educação Especial, Programa Nova Universidade, Programa Desporto e Cidadania, Programa Novas Tecnologias Educacionais e finalmente o Programa Descentralização e Participação.

Ao relacionar o decreto nº 91.542 com esses programas, nota-se na política do livro didático os propósitos da universalização e melhoria do ensino de 1º grau, contidas num dos programas citados acima, no caso o Programa Educação para Todos. Cunha (1999, p.269) comenta sobre esse Programa ao explicitar que ele:

Compreendia um conjunto de ações de governo voltados para universalização do ingresso e a permanência da criança dos 7 aos 14 anos na escola de 1º grau. Para tanto, seria ampliada a rede pública, reformulados os currículos, qualificados os professores, aumentada a distribuição de merenda e de livros didáticos, bem como ampliada “a concessão de bolsas de estudos, como resultado do compromisso assumido pelo governo com os alunos economicamente menos favorecidos, em caráter complementar à oferta da rede pública.

Apesar de conter apenas nove artigos o decreto nº 91.542 foi um marco relevante para a Política do livro didático no Brasil, uma vez que representou certo avanço no processo de democratização no que refere-se a distribuição de material didático aos alunos e a escolha do material pelo professor. Nos artigos 1ª e 2ª reza que:

Fica instituído o Programa Nacional do Livro Didático, com a finalidade de distribuir livros escolares aos estudantes matriculados nas escolas públicas de 1º Grau. O Programa Nacional do Livro Didático será desenvolvido com a participação dos professores do ensino de 1º Grau, mediante análise e indicação dos títulos dos livros a serem adotados. A seleção far-se-á escola, série e componente curricular, devendo atender às peculiaridades regionais do País. Os professores procederão a permanentes avaliações dos livros adotados, de modo a aprimorar o processo de seleção.

Após ser sancionado esse decreto tem-se um pedido do Conselho Nacional de Educação em 1989, para a discussão ampla sobre valorização do livro didático. O parecer nº 552/89 traz referências sobre algumas pesquisas acadêmicas feitas até aquele momento, objetivando validar sua justificativa.

Algumas das questões apresentadas nesse parecer serão retomadas e consideradas posteriormente como é o caso das avaliações do livro didático nos anos de 1990, com isso o Estado novamente garante a imagem da preocupação com o fator da qualidade do material didático e imprime uma nova marca de democrático uma vez que garante via Programa do livro a possibilidade de escolha pelo professor.

Em 1993, o MEC responsabiliza-se, além da questão da qualidade dos livros, também com capacitação dos professores para avaliação e seleção desse material. Uma vez com a responsabilidade de escolha dos livros foi compreendido que os professores necessitavam de atenção com relação a sua formação tanto para escolha qualificada do material quanto para seu uso.

Esse aspecto vai ao encontro da perspectiva das inúmeras denúncias com relação a falta de qualidade dos livros didáticos. Novamente o Estado coopta intelectuais para realização dessa tarefa.

O Ministério da Educação institui uma comissão de especialistas para avaliar a qualidade dos livros mais solicitados e estabelecer critérios para avaliação das novas aquisições.

De acordo com Souza (1999, p.63)

Pela política “bem-intencionada” da censura positiva, estabelece-se uma forma ideológica (de aparente naturalidade) de destituição da autoridade do professor, de sua condição de sujeito capaz de produzir sentidos, de interpretar. Observa-se, assim, a perpetuação dos “lugares” no cenário educacional com papéis bem demarcados. O governo diagnostica um problema no sistema educacional, convoca especialistas para opinar e apresentar soluções. Os especialistas concluem que se deve formar bem o professor e avaliar o livro didático, limpando-o de suas impurezas ou abolindo-o, se necessário. Assim, encontrar um bom livro didático pode assegurar a boa formação do professor e do aluno. Observa-se o reforço da concepção do livro didático enquanto fonte primeira de verdade, do saber transmitido na escola, além do reducionismo de uma concepção de ensino, da prática pedagógica, numa correspondência direta entre livro didático e professor-aluno.

Será a partir de 1995 que o MEC irá desenvolver e executar algumas outras ações que vão ao encontro da melhoria da execução do PNLD e conseqüentemente da qualidade do livro didático, pois, mesmo que sempre tenha envolvido grandes cifras com gastos para o livro

didático e tenham existido discussões sobre sua qualidade as ações sempre pareciam inócuas. Essa nova mentalidade vem aliada a questão da Reforma do Estado dos anos de 1990.

Desta forma, para manter a proposta daquela configuração de Estado democrático descentralizador a partir do decreto nº 91.542/85 o MEC articulou a participação das equipes de intelectuais pesquisadores para avaliação do livro didático. Giddens (2001, p.87) afirma que esse tipo de Estado tem como base a “descentralização, a dupla democratização, a renovação da esfera pública por meio da transparência, a eficiência administrativa, mecanismos de democracia direta e o governo como administrador de risco”.

No momento em que foi estabelecida a proposta de avaliação dos livros didáticos com a participação de equipes universitárias, o contexto da Política era de influencia dos organismos internacionais. Vieira e Albuquerque (2001) afirmam que o debate sobre as políticas internacionais comporta várias aproximações com as políticas educacionais do Brasil que sempre possuiu a tradição de recorrer a recursos externos para resolução de seus problemas.

Essa postura imprime no Estado um caráter de compromisso com a qualidade do livro didático e supostamente da educação. Afirmam seu *status* democrático e descentralizador.

Com relação as avaliações a primeira relacionada aos livros de 5ª a 8ª séries que o MEC empreendeu foi em 1999 e a segunda em 2002, onde teve lugar o processo de descentralização e institucionalização da avaliação. Assim, a Secretaria de Ensino Fundamental do MEC revê seu papel de centralizadora ao invés de reguladora e passa a convocar por meio de convênios instituições universitárias para avaliação dos livros. No caso da disciplina de língua portuguesa ficou responsável a UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) que teve como coordenador o professor Antonio Augusto Batista e como supervisora a professora Roxane Rojo. Abaixo os anos de avaliação das obras bem como o quantitativo de aprovadas e não aprovadas.

Quadro 05 - Anos de avaliação de livros didáticos de 5ª a 8ª séries (1999-2008)

| Ano | Obras | Aprovados | Excluídos | Tipo |
|------|-------|--------------|--------------|----------|
| 1999 | 438 | 218 (49,77%) | 220 (50,23%) | Livros |
| 2002 | 104 | 65 (62,50%) | 39 (34,50%) | Coleções |
| 2005 | 129 | 92 (71%) | 37 (29%) | Coleções |
| 2008 | 144 | 91 (63%) | 53 (37%) | Coleções |

Fonte: FNDE

Os dados reafirmam a postura do Estado ao empreender a participação dos intelectuais na avaliação dos livros didáticos. O Estado postula a ideia do rigor nas avaliações e a preocupação com a qualidade do ensino. Ao mesmo tempo que o Estado legitima a sua hegemonia ele é parte dela. Carnoy (1988, p.12) afirma que “na formação de um consenso para o desenvolvimento capitalista, a responsabilidade decisiva dessa função legitimadora cabe aos intelectuais, tanto dentro quanto fora do Estado”.

Ainda com relação ao contexto dos anos de 1990 que marca a questão da qualidade dos livros didáticos Batista (2001, p.12) afirma:

Em primeiro lugar, em 1993, por meio do Plano Decenal de Educação para Todos, assume, como diretrizes, ao lado do aprimoramento da distribuição e das características físicas do livro didático adquirido, capacitar adequadamente o professor para avaliar e selecionar o manual a ser utilizado e melhorar a qualidade desse livro, por intermédio da definição de uma nova política do livro no Brasil. Também em 1993, em segundo lugar, o Ministério forma uma comissão de especialistas encarregada de duas principais tarefas: avaliar a qualidade dos livros mais solicitados ao Ministério e estabelecer critérios gerais para a avaliação das novas aquisições. Os resultados do trabalho dessa comissão, publicados em 1994, evidenciam as principais inadequações editoriais, conceituais e metodológicas dos livros didáticos e estabelecem os requisitos mínimos que deve preencher um manual escolar de boa qualidade. Apesar dessas conclusões, foram restritas suas conseqüências diretas no PNLD.

A tese principal das Reformas dos anos de 1990 era a de que a crise está no Estado. Conforme Peroni et. al (2009) essa argumentação encontra-se no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), elaborado pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado. Camini (2001) também enfatiza que a Reforma da Educação deve-se especialmente a disseminação do Neoliberalismo, bem como o apoio que esse teve de muitos de seus entusiastas, tendo como bandeira a suposta “modernização pelo mercado”.

Nessa época o Brasil sob a égide do governo Fernando Henrique Cardoso, participa da Conferência de Educação para Todos em Jomtien na Tailândia, em março de 1990, que resultou na assinatura da Declaração Mundial de Educação para todos.

Conforme Pinto (2002) na Conferência de Educação para Todos, nota-se a participação de órgãos internacionais como a UNESCO, UNICEF e BM, os quais patrocinam a priorização sistemática do Ensino Fundamental em detrimento dos demais níveis de ensino e a relativização do dever do Estado com a educação, com uma justificativa que ela é compromisso de todos.

Essa declaração estabelecia como meta principal a universalização, além do acesso à educação básica a todas às crianças, jovens e adultos, assegurando a equidade na distribuição dos recursos e um padrão mínimo de qualidade. Assim, para atingir esses objetivos, os países

participantes elaborariam planos decenais de educação. Desta forma, o Brasil realizou em 1993 a “Semana Nacional de Educação para Todos” o que resultou no “Compromisso Nacional de Educação para Todos”.

De acordo com Pinto (2002) houve um aproveitamento do governo FHC, conseguida no Congresso Nacional, para aprovação de leis, pois foram sancionados decretos com forte impacto para educação como o caso das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, o FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), além do Plano Nacional de Educação.

Em uma discussão sobre a política do livro didático dos anos de 1990, Batista e Costa Val (2004, pp. 9-10) afirmam que:

As políticas públicas desenvolvidas a partir da segunda metade de 1990 geraram, ao que tudo indica, fortes repercussões na produção, na escolha e na utilização de livros didáticos. No caso dos livros didáticos foi reformulado o PNLD e, dentre outras medidas, instituiu um processo de avaliação prévia de livros a serem escolhidos por professores e adquiridos pelo Programa.

Ao buscar aprimorar o PNLD, o MEC sugere reformulações, fornecendo subsídios para sua melhoria da política. Foi constituído um grupo de trabalho coordenado pela SEF, e participaram técnicos do FNDE, além dos coordenadores da avaliação dos livros didático das diversas áreas de ensino. Esse trabalho foi baseado em dados do Programa seja em suas dimensões pedagógicas, editoriais e políticas e resultou em um documento preliminar.

Conforme o MEC, primeiramente, essa versão do documento foi debatida e reestruturada, sendo também enviada aos profissionais da educação, representadas por 124 professores universitários, 54 técnicos e dirigentes de secretarias estaduais e municipais de educação e por 6 associações educacionais, entre elas o CONSED e a UNDIME. Conforme o texto do documento, ele foi enviado a 184 educadores e instituições de pesquisa, sendo que apenas 50 enviaram sugestões ao MEC.

O Seminário de discussão dessas questões, portanto, reuniu-se no ano de 2000, sendo apenas dois dias para discussões relacionadas ao PNLD. O documento menciona que quer impulsionar o debate sobre a qualidade da escola, principalmente sobre o livro didático, o conjunto de processos envolvidos na avaliação, escolha e compra desses materiais pedagógicos. Trata-se das “Recomendações para uma política pública de livros didáticos”, publicada em 2001 pelo MEC e SEF, com a coordenação de Antonio Augusto Gomes Batista.

Em 2001 o PNLD começa atender de maneira gradativa alunos com necessidades especiais atendendo inicialmente os deficientes visuais do ensino regular, são os livros

didáticos em Braille, esse programa é realizado em parceria com a Secretaria de Educação Especial (SEESP) do Ministério da Educação. Conforme o FNDE, a primeira ação para atender aos objetivos do programa foi a transcrição, em 1999, de vinte títulos de livros didáticos, que foram distribuídos, em meio magnético, a todos os Centros de Apoio Pedagógico para o atendimento às Pessoas com Deficiência Visual – (CAPs do País).

A partir de 2004, com a Resolução nº 40, de 24/8/2004, ficou instituído o atendimento também aos estudantes portadores de necessidades especiais das escolas de educação especial públicas, comunitárias e filantrópicas, definidas no censo escolar, com livros didáticos de língua portuguesa, matemática, ciências, história, geografia e dicionários.

Esse programa de distribuição de livros didáticos com essas características também tem a mesma plataforma de execução do PNLD relacionado a escolha, onde o Estado tem três formas para realização desse processo.

A primeira é enviar os livros mais escolhidos na unidade escolar, depois, caso não seja possível o MEC envia os mais escolhidos pelo Estado ou Município e por último o próprio MEC escolhe e envia os livros que já produzidos.

Baseados na escolha dos professores, o FNDE estabelece parcerias com o Instituto Benjamin Constat (IBC) e com a Fundação Dorina Nowill para cegos (FDNC), que ficam responsáveis pela transcrição em Braille e pela impressão dos livros. Depois os títulos escolhidos pelos professores são avaliados com vistas à transcrição para o sistema Braille. O livro é adaptado e transcrito, que pode ser manual ou pelo software Braille Fácil (Programa de informática desenvolvido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, em parceria com o IBC).

Após a transcrição, são realizadas duas revisões no material final executado por profissionais cegos capacitados pelo IBC e pela FDNC, para que os exemplares possam ser impressos. O MEC realizou em 2005 o primeiro curso de revisor Braille, que envolveu 52 professores dos CAPs e Núcleos de Produção Braille. Abaixo, há o quadro com a quantidade de alunos e escolas beneficiadas pelo PNLD de 2002 a 2008.

Quadro 06- Quantidade de alunos e escolas beneficiadas pelo PNLD – (2002 – 2008)

| PNLD | Ano | Alunos | Escolas | Livros | Dicionários |
|------|------|------------|---------|-------------|-------------------------|
| 2008 | 2007 | 31.140.144 | 139.839 | 110.241.724 | |
| 2005 | 2004 | 30.837.947 | 149.968 | 111.189.126 | |
| 2002 | 2001 | 31.942.076 | 162.394 | 110.555.046 | 10.140.546 ⁹ |

Fonte: FNDE

⁹ Levando em conta a escolha do livro didático pelo professor com a utilização do GLD foi o único PNLD que disponibilizou dicionários aos alunos.

O PNLA (Programa Nacional do Livro para Alfabetização de jovens e adultos) criado pela Resolução nº 18, de 24 de abril de 2007, visa à alfabetização e à escolarização de pessoas com idade de 15 anos ou mais. Entidades aliadas são os estados, Distrito Federal, municípios, entidades da sociedade civil organizada e instituições de ensino superior que estabelecem parceria com o Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC), na execução das ações do Programa Brasil Alfabetizado.

Conforme o FNDE os objetivos do programa são: cumprir o Plano Nacional de Educação o qual determina a erradicação do analfabetismo e o progressivo atendimento a jovens e adultos no primeiro segmento de Educação de Jovens e Adultos até 2011, além de promover ações de inclusão social, oferecendo oportunidades educacionais aos jovens e adultos a partir dos 15 anos que não tiveram acesso ou permanência na educação básica; e estabelecer um programa nacional de fornecimento de livro didático adequado ao público da alfabetização de jovens e adultos como um recurso básico, no processo de ensino e aprendizagem.

A proposta do Estado é que a partir do ano de 2011, esse Programa será incorporado a um novo programa, o chamado Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA), que foi criado Resolução nº 51, de 16 de setembro de 2009. Visa distribuir obras didáticas para todas as escolas públicas e entidades parceiras do programa Brasil Alfabetizado com as turmas do 1º ao 9º anos do ensino fundamental de jovens e adultos.

Embora esse Programa seja mais novo do ponto de vista histórico, possui algumas características semelhantes ao processo de seu funcionamento com atribuições específicas para cada ente do Estado como o próprio FNDE, as Secretárias de Educação Continuada e Diversidade, bem como as entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado.

Com relação ao PNLEM sua implantação ocorreu em 2004, pela Resolução nº 38 do FNDE e prevê a universalização de livros didáticos para os alunos do Ensino Médio das escolas públicas de todo o país. Conforme o FNDE a princípio atendeu 1,3 milhão de alunos da 1ª série do Ensino Médio de 5.392 escolas das regiões Norte e Nordeste, que receberam, até o início de 2005, 2,7 milhões de livros das disciplinas de português e de matemática. Já em 2005, as demais séries e regiões do território brasileiro também foram atendidas com livros de português e matemática. Em 2006, foram adquiridos 7,2 milhões de volumes, para serem utilizados em 2007, por 6,9 milhões de alunos, ficando 300 mil exemplares para compor a reserva técnica. Em 2007, foi feita a escolha dos livros didáticos de história e de

química, usados em 2008, ano em que foram incluídas as disciplinas de geografia e física para serem utilizadas em 2009, completando, assim, a universalização do atendimento do ensino médio.

O PNLD e o PNLEM têm, basicamente, a mesma forma de execução, que vai desde a inscrição das editoras até a distribuição nas escolas dos livros escolhidos pelos professores.

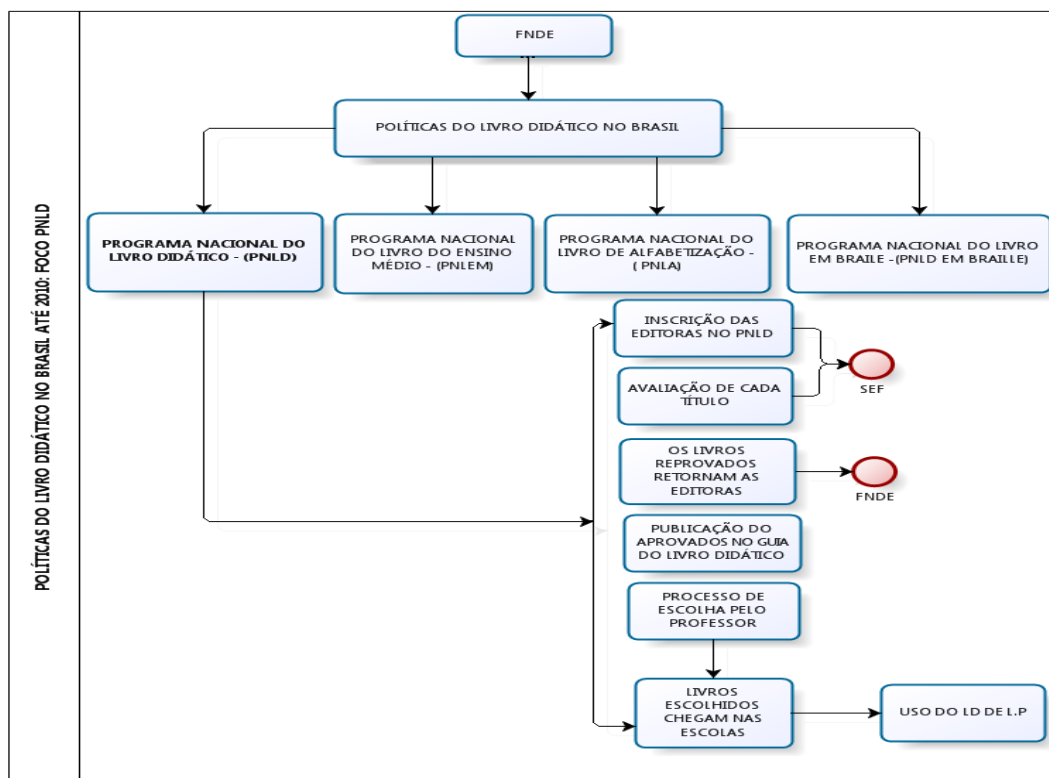
No ano da conclusão de seu mandato o presidente Luis Inácio Lula da Silva sanciona a última legislação, até o momento, referente ao livro didático. Trata-se do Decreto Lei nº 7.084 publicado no dia 27 de janeiro de 2010, o qual dispõe sobre os programas do material didático. Traz elementos que podem ser melhores pesquisados, não cabendo aos limites de objetivos da presente pesquisa.

2.5 PNLD e o processo de escolha do livro didático de língua portuguesa

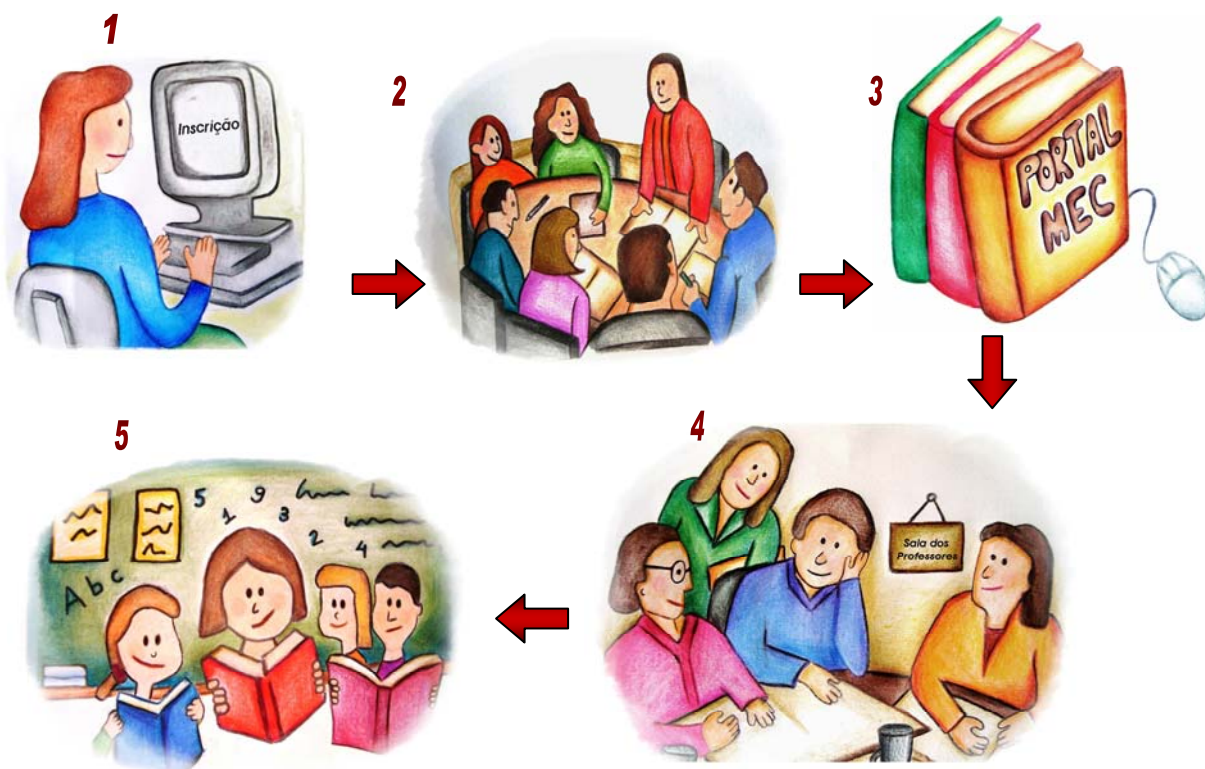
O livro didático assume um papel de apoio no processo de ensino aprendizagem, em que os sujeitos mais envolvidos são os alunos e professores, e como dever do Estado na medida em que esse cumpre com a legislação ao disponibilizá-lo de modo gratuito às escolas públicas de todo país.

De acordo com o PNLD, para que seja feito o processo de escolha do livro a ser adotado nas escolas, o MEC disponibiliza um documento que norteia esse processo. Trata-se do Guia do Livro Didático, documento com orientações do modo de cada escola proceder no momento da escolha do livro didático. O Guia é um documento elaborado após a avaliação e aprovação dos livros feita por uma equipe do MEC, desta forma, os livros aprovados passam a compor esse documento distribuído gratuitamente via online e na forma impressa às escolas. Os programas do livro didático, como o PNLD e o PNLEM, possuem uma dinâmica semelhante com relação a sua execução. Nos dois programas há um processo que envolve etapas e também estão ancoradas em aspectos legais. Nos quadros a seguir há o esquema de funcionamento das políticas do livro didático e o modo de execução do PNLD desde a inscrição das editoras para avaliação de suas obras, respectivamente.

Quadro 07 – Políticas do livro didático no Brasil: em foco o PNLD.



Quadro 08 - Execução do processo de avaliação e adoção do livro didático.



Fonte: Professora Fabiana Bakun

A primeira etapa é definida pela inscrição das editoras. Nesta etapa o Estado representado pelo FNDE, assume a função de agenciador de compras. Ocorre a publicação do edital do PNLD no diário oficial e no *site* do FNDE estabelecendo as regras para inscrição do livro didático. Nesse edital constam todas as informações relativas aos requisitos para seleção do livro didático bem como os prazos.

A segunda etapa é constituída pela triagem e/ou avaliação do material apresentado pelas editoras em função do edital. Para dar conta da tarefa o Estado estabelece parcerias com universidades públicas e privadas para que técnicos e especialistas elaborem pareceres sobre as coleções de livros que foram inscritos no Programa conforme já debatido anteriormente. As coleções de livros de língua portuguesa tem sido avaliadas por pesquisadores e técnicos da Universidade Federal de Minas Gerais que desenvolveram pesquisas na área de leitura e escrita por meio do CEALE.

Em geral os profissionais¹⁰ que participam dessa avaliação são os mesmos, tendo alguma variação em cada edição do PNLD. O Estado também conta com o Instituto de Pesquisas tecnológicas do Estado de São Paulo para análise da parte técnica e física do livro. Depois as coleções são encaminhadas à Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC), para os técnicos responsáveis pela avaliação pedagógica. Neste momento, a Secretária indica especialistas para elaborarem as resenhas das obras que constam no Guia do Livro Didático em que também consta um roteiro para escolha do livro que funciona com etapas definidas com prazos e regras.

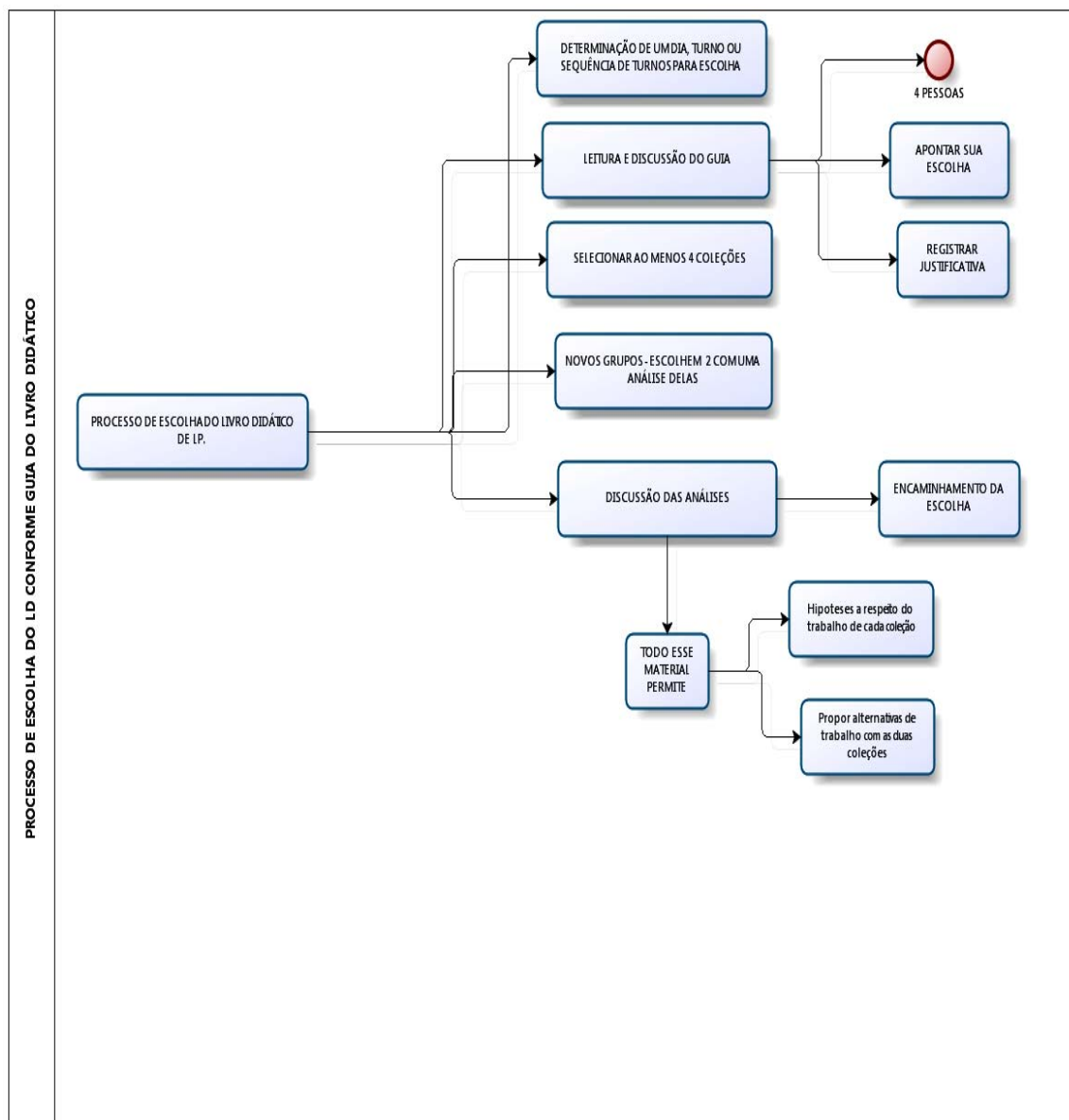
A terceira etapa é representada pela disponibilização do GLD no portal do MEC e também em formato impresso para ser consultado pelas escolas e professores.

A quarta etapa é representada pelo processo de escolha do livro didático realizada na escola. Trata-se do ponto culminante para escola, onde são escolhidas a princípio 2 opções de livros. Finalmente após escolha, compra pelo MEC e distribuição os livros chegam até as escolas para serem utilizados pelos professores e alunos.

Deve ocorrer segundo orientação do Guia do livro didático conforme quadro abaixo:

¹⁰ Avaliadores PNLD (2011): Ana Maria Costa de Araújo Lima, Andrea Cattermol Izar Santos, Andrea Lourdes Ribeiro, Aurelina Ariadne Domingues Almeida, Camila Dalla Pozza Pereira, Carla Viana Coscarelli, Claudia Mara de Sousa, Claudiomiro Vieira da Silva, Clécio Bunzen dos Santos Júnior, Cristina dos Santos Carvalho, Cristina Teixeira Vieira de Melo, Daniela Manini, Edleise Mendes Oliveira Santos, Edmilson Luiz Rafael, Elisângela Santana dos Santos, Eloísa Helena Rodrigues Guimarães, Else Martins Santos, Evangelina Maria Brito de Faria, Fernanda Costa Garcia, Francisco Eduardo Vieira da Silva, Heitor Gribl, Heloisa Rocha de Alkimim, Irenilza Oliveira e Oliveira, Jan Edson Rodrigues Leite, Janice Helena Silva de Resende Chaves Marinho, Juliana Soledade Barbosa Coelho, Kátia Sayuri Fujisawa, Lúcia Maria Freire Beltrão, Lúcia Fernanda Pinheiro Barros, Lúcia Helena Junqueira Maciel Bizotto, Luciana Mariz, Ludmila Scarano Coimbra, Márcia Andréa Almeida de Oliveira, Márcia Rodrigues de Souza Mendonça, Márcio Ricardo Coelho Muniz, Maria Aparecida Araújo e Silva, Maria Aparecida da Mata, Maria Augusta Gonçalves de Macedo Reinaldo, Maria Auxiliadora Bezerra, Maria Flor de Maio Barbosa Benfca, Maria Irané Costa Morais Antunes, Maria Laura Petitinga Silva, Maria Lúcia Souza Castro, Marianne Carvalho Bezerra Cavalcante, Saltina Maria de Azevedo Mello Gomes, Sandoval Nonato Gomes Santos, Sílvio Ribeiro da Silva, Simone de Jesus Padilha, Sinéia Maia Teles Silveira, Suréia Spinola Barigchum, Tatiana Simões e Luna, Vanir Consuelo Guimarães.

Quadro 09- Processo de escolha do livro didático



Fonte: FNDE

Após a publicação do GLD, cada escola deve tê-lo para ser utilizado como ferramenta na escolha do livro didático. Portanto, esse documento é uma ferramenta que o Estado adota para consolidar uma imagem de democracia frente ao processo de adoção do material didático nas escolas públicas.

Esse processo de escolha do livro didático deve caracterizar-se na visão do Estado como democrático, onde favoreça a autonomia do professor e o envolvimento comprometido da equipe pedagógica. O FNDE possui alguns sistemas de informação para facilitar a execução da política do livro. O Sistema de controle de material didático o SIMAD e o Sistema de Controle de Remanejamento e Reserva Técnica (SISCORT).

O SIMAD funciona tanto para escolas municipais, estaduais e federais; editoras, secretarias de educação e usuários internos do FNDE pertencentes à Coordenação do Livro. Os principais objetivos deste sistema são tanto o controle da inscrição de material didático pelas editoras, como da escolha do material didático realizada pelas escolas e a monitoria da escolha do material didático em todo o Brasil.

Cada estabelecimento de ensino recebe uma senha do FNDE para que possa acessar o sistema e proceder a escolha do livro didático. O sistema *online* apresenta duas opções para escolas, de recebimento ou não dos livros didáticos.

Mesmo que a escola assinale a opção de recebimento dos livros, mas não preencha as telas seguintes do sistema, receberá as coleções mais escolhidas do município ou do Estado.

A escola após realizar o processo de escolha do livro, registra via internet a 1ª e a 2ª opções do livro escolhido. Geralmente esse registro é feito não pelo professor nem pelo diretor, mas pelos pedagogos (as) ou secretários das escolas. Feita a escolha dos livros a relação passa a ser estabelecida entre o Estado e editoras por meio de negociação dos valores das coleções. Conforme o MEC a aquisição é realizada por inexigibilidade de licitação, prevista na Lei 8.666/93, tendo em vista que as escolhas dos livros são efetivadas pelos professores.

Após a conclusão da negociação, o FNDE firma o contrato e também informa os quantitativos e as localidades de entrega para as editoras sob supervisão dos técnicos do FNDE.

Em seguida há a distribuição de todo numerário de coleções feita diretamente pelas editoras às escolas, por meio de um contrato entre o FNDE e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Essa etapa do PNLD conta com o acompanhamento de técnicos do FNDE e das Secretarias Estaduais de Educação.

Como última etapa do processo há o recebimento das coleções pelas escolas, que conforme o FNDE ocorre entre os meses de outubro e o início do ano letivo.

No capítulo seguinte, baseados nos dados empíricos coletados, faremos uma discussão focalizado no modo como ocorre o processo de escolha e uso do livro didático de língua portuguesa nas escolas públicas.

CAPÍTULO 3

O PROCESSO DE ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO: DISCURSO DE PROFESSORES E PEDAGOGAS

Como procedimento para o tratamento dos dados empíricos, obtidos através de entrevistas com as pedagogas e os professores de língua portuguesa, utilizamos o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Esse procedimento foi inspirado nos trabalhos de Lefreve (2000) e Lefreve e Lefreve (2005).

Na organização do material empírico (tratamento dos dados) primeiramente agrupamos os discursos individuais (DI), dos pedagogos e professores, por sua similitude, em um discurso único, a partir da ideia central que emergia das respostas desses sujeitos. Nesse discurso único conservou-se a essência das falas dos entrevistados e a denominamos de Discurso do Sujeito Coletivo (DSC).

Após a elaboração e organização do Discurso do Sujeito Coletivo, emergiram categorias descritivas sobre o processo de escolha do didático que estão organizadas do eixo: processo de escolha do livro didático. A partir dessas categorias descritivas estabeleceu-se uma discussão sobre: o cotidiano da escola e o uso do livro didático; a questão da política pública do livro didático; as práticas de leitura a partir do livro didático; o monopólio das editoras; a forma como o guia do livro didático orienta as escolhas dos professores e pedagogas; as formas de realização do processo de escolha as dificuldades de sua realização.

O Discurso do Sujeito Coletivo conforme Lefreve e Lefreve, (2000, 2005) é uma proposta de organização e tabulação de dados qualitativos de natureza verbal, obtidos de depoimentos, entrevistas e questionários. Conforme os autores há muitas experiências já acumuladas com o uso da metodologia do DSC e há um crescente aperfeiçoamento da técnica e de suas inúmeras aplicações.

As ideias centrais descrevem em cada resposta e também em seu conjunto sentidos semelhantes e/ou complementares conforme as escolhas do pesquisador. De acordo com Lefreve (2000, 2005) o Discurso do Sujeito Coletivo é uma proposta explícita de reconstituição de um ser ou entidade empírica coletiva, opinante na forma de um sujeito de discurso emitido na primeira pessoa do singular. Desta forma, optamos por manter nas falas dos sujeitos a primeira pessoa do singular, embora essa represente uma entidade empírica coletiva. Essas falas estão em *itálico*. As categorias descritivas estão em **negrito**.

Em seguida apresentaremos a discussão sobre os aspectos acima mencionados.

3.1 Processo de escolha do livro didático

A organização do discurso dos sujeitos evidenciou que há posicionamentos divergentes com relação as **formas de organização do processo de escolha do livro didático**, há aqueles em que o processo ocorre de forma individual, fragmentada como quando alguns professores dizem que o processo *“tem acontecido sempre da mesma forma: sem reunião prévia com professores da área, cada professor faz sua avaliação e anota numa ficha que fica exposta na sala dos professores”*. Mas, também há posicionamentos que evidenciam um processo mais democrático, *“acredito que este processo vem sendo mudado para melhor, já que temos tido mais tempo para a escolha e o material tem sido disponibilizado nas escolas, tanto na internet, quanto pelas editoras para ser visto e analisado pelos professores*.

Esses depoimentos trazem em seu conteúdo o fato de que em algumas escolas mesmo considerando as várias dificuldades de ordem estruturais ou pedagógicas, o processo de escolha vem sendo realizado de modo democrático e tem melhorado a cada nova escolha, o que não indica efetivamente sintonia com o que menciona o Guia sobre a escolha, pois de acordo com o Guia (2010 p.37) *“assim muito embora os livros didáticos de língua portuguesa sejam oficialmente avaliados pelo PNLD segundo critérios públicos e oficiais de ordem teórica, didático-pedagógicas e técnica bastante precisos; essa análise não será só invalida como demanda uma outra: a das equipes docentes de cada escola”*.

O Guia oferece uma série de **critérios os quais considera importantes no processo da escolha do livro**. A *“falta de tempo”* ou a dificuldade que escola tem em organizar o seu trabalho interno impede que a escolha seja realizada através de um processo de discussão, assim os professores se manifestam, *“há quatro anos atrás fizemos a escolha do livro didático de língua portuguesa e não nos foi disponibilizado tempo algum para análise e escolha dos livros, em nenhuma das escolas em que leciono”*. Outro discurso evidencia a precariedade da forma como foi realizado o processo de escolha do livro: *“No último processo de escolha, que ocorreu no mês de julho, foi disponibilizado um tempo. Primeiramente os professores da disciplina de língua portuguesa reuniram-se para decidir qual livro escolher. Levamos em torno de 30 minutos, depois das palestras, para fazer a escolha”*.

O tempo referido pelos professores pode ser entendido como um fator da vida cotidiana. Pelo DSC essa característica pode ser caracterizada como um fator do cotidiano que aparece tanto no aspecto microssocial, ou seja, das relações estabelecidas entre os

professores e os fatores de ordem interna da escola; como no aspecto macrossociais, ou aqueles entre escola e o Estado representado pelo Núcleo Regional de Educação.

Independentemente do lugar que ocupamos na sociedade temos uma vida cotidiana. Heller (1989, p.17) busca situar o conceito de vida cotidiana no conjunto das relações do ser humano com a sociedade afirma:

A vida cotidiana é a vida de *todo* homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja o seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico. Ninguém consegue identificar-se com sua atividade humano-genérica a ponto de poder desligar-se inteiramente da cotidianidade. E, ao contrário, não há nenhum homem, por mais 'insubstancial' que seja, que viva tão-somente na cotidianidade, embora essa o absorva preponderantemente.

Nessas atividades cotidianas de uma instituição escolar caracteriza-se pela heterogeneidade das diferentes atividades que os professores, coordenadores e diretores assumem relacionados aos aspectos burocráticos, que muitas vezes exigem a obediência a prazos e atendimentos a demandas dos escalões superiores. Isso interfere sobremaneira na disposição dos professores para participarem das reuniões promovidas fora da escola “*se o professor quiser ir à reunião ofertada pelas editoras, irá fora de seu horário de aula*”.

Desta forma, a participação dos profissionais da educação em atividades oferecidas pelas editoras é tida como critério no processo de escolha do livro didático, embora haja entraves de ordem administrativa para essa participação.

Conforme alguns professores “*na escola, não é disponibilizado um tempo específico para análise dos livros didáticos. Realizamos isso durante a hora atividade.*” Aparece neste discurso uma dissociação da hora atividade com a escolha do livro didático. Hora atividade como momento para outros afazeres atrelados a um trabalho pedagógico que exclui o processo de escolha do livro didático.

Uma das ênfases constatada no DSC refere-se a liberdade de escolha do livro, “*sempre foi uma escolha livre*”, e a participação do NREPG apenas como motivador do processo, “*o Núcleo Regional de Educação nos dá algumas diretrizes, o último processo, quando havia a menção de estrelas nos livros didático a sugestão era para que escolhêssemos os melhores*”.

Não há elementos nesta pesquisa para afirmação se no processo de escolha dos livros didáticos no Núcleo Regional de Ponta Grossa, quando estes recebiam a menção de estrelas, os livros escolhidos pelos professores correspondiam aos melhores conceituados pelos avaliadores, pois conforme pesquisas de Batista e Costa Val (2004), houve descompasso entre os livros melhores avaliados e aqueles escolhidos pelos professores.

De modo tênue aparece nos discursos o papel desempenhado pelo Núcleo Regional de Educação no processo de escolha do livro didático. Como braço do Estado na execução da Política do livro didático esse órgão apresenta-se distanciado do cotidiano das escolas. Durante a coleta de dados houve dificuldades de entrevistas com o Núcleo Regional de Educação (NRE). Soubemos que houve um grupo de estudos relacionados ao livro didático que envolveu muitos professores, no entanto, embora alguns entrevistados tenham participado desse grupo de estudos em nenhum momento essas questões apareceram no discurso dos professores.

Um dos discursos dos sujeitos afirma que *“em alguns PNLD, o NREPG ofereceu formação continuada aos professores para auxiliar no processo de escolha. Embora muitas vezes não tenha nenhuma atuação”*. A atuação do NRE efetiva-se desta forma, apenas como cumpridora de fatores de ordem burocrática, quando isso ocorre. Verificamos nos discursos dos professores e pedagogos que esse processo está cada vez mais descentralizado.

Sobre esses aspectos relacionados a melhoria do PNLD, Costa Val et al. (2004, p. 112) aponta alguns aspectos:

A primeira direção aponta para mudanças necessárias no gerenciamento do Programa com vista a viabilizar um processo mais adequado, mais legítimo, que possibilite aos professores escolher, livre e deliberadamente, os livros que vão usar. Nessas mudanças se incluem o incremento e a ampliação de programas abrangentes e consistentes de qualificação e formação continuada de professores, além da solidificação de projetos pedagógicos e de processo de gestão escolar. A segunda direção aponta no sentido da permanência de um leque amplo de escolhas, de modo a se garantir a disponibilização ao professorado de livros que, mantendo-se num patamar recomendável com relação à correção conceitual e à formação democrática dos alunos, possam adequar-se às convicções, aos saberes e ao estilo de trabalho de múltiplos perfis profissionais.

De fato, é necessário que sejam feitas mudanças de ordem burocrática ao Programa, uma vez que, devido as demandas de ordem administrativa como prazos, preenchimento de formulários e excesso de atividades vivenciadas por professores e pedagogas há um rompimento da relação dialógica entre o Estado e os profissionais da educação.

Tais mudanças incluiriam a efetivação de um programa de formação continuada aos profissionais da educação, melhoria das condições de trabalho, um aparato desburocratizado que permita uma aproximação do Estado com as escolas com vistas as constante melhoria da política.

Outro aspecto a considerar no processo de escolha do livro didático é o papel desempenhado pelo NREPG, junto às escolas. Conforme o discurso das pedagogas *“o NREPG atua na divulgação e estímulo das escolas para que procedam ao processo de*

escolha do livro didático. Ele envia por e.mail notificações para que a equipe pedagógica esteja atenta a questão dos prazos definidos pelo FNDE, referente ao registro da escolha”.

O papel do Núcleo Regional como braço do Estado, aparece fragilizado do ponto de vista participativo ao desenvolvimento de uma política pública democrática. Aparentemente descentralizada essa postura apresenta sérios problemas inerentes a garantia de qualidade educacional. A aproximação do conceito de democratização com a descentralização foi uma idéia incorporada no reformismo dos anos de 1990 e que conforme Nogueira (2005,p.56) “para adquirir coerência, tal idéia de descentralização trouxe consigo uma específica recuperação das idéias de participação, cidadania e sociedade civil”.

Portanto, o NREPG assume um papel de orientação burocrática para prazos e preenchimentos de formulários.

Para o suprimento ou remanejamento de livros o PNLD disponibiliza o SISCORT. Mas o DSC dos sujeitos evidenciou que esta problemática é resolvida por meio de telefonemas realizados em escolas próximas, ou ainda ele é realizado na própria instituição de ensino, “às vezes ocorre uma pequena diferença no número dos livros enviados. Quando há essa divergência, ou quando os alunos perdem o livro, fazemos remanejamento na própria escola, não utilizamos o site, porque é mais fácil o contato com outras escolas via telefone para resolvermos isso.”

Portanto, os mecanismos elaborados pelo Estado para agilidade no processo de escolha do livro didático não são usados, pela crença da complexidade ou pela demora que ele causaria ao processo educacional. Conforme o FNDE são destinados para reserva técnica 3% de livros a mais do número total de alunos cadastrados no censo escolar do ano anterior. Quando da falta ou sobra desses livros a orientação do FNDE é para que as pedagogas procedam a utilização desse sistema. O Estado na operacionalização do SISCORT prevê agilidade e eficiência ao PNLD, para conferir modernização ao programa, mas o cotidiano escolar imprime uma dinâmica diferenciada em que a utilização desse sistema para reserva de livros didáticos é totalmente obsoleta. Nessa perspectiva Apple (1995, p, 37) afirma que:

Uma vez que as escolas são aparatos do Estado, deveríamos esperar que estivessem sob intensa pressão para agir de certas formas, especialmente em épocas de crises tanto fiscais quanto ideológicas. Mesmo tendo dito isto, entretanto não significa que as pessoas nelas empregadas sejam seguidoras passivas das políticas estabelecidas de cima.

Há um esforço das pedagogas para reunir os professores por área do conhecimento para proceder a escolha do livro didático, embora isso raramente aconteça. Em alguns

momentos o GLD aparece como legítimo instrumental para a iniciativa do processo de escolha do livro, “*o que está me deixando preocupada no momento é que o Guia ainda não chegou*”.

No discurso dos professores há relatos das práticas realizadas com relação ao problema da falta de livros didáticos ou quando os alunos não o levam às aulas “*em outra escola que trabalho, deixamos 15 livros na escola, como reserva para eventuais problemas, como no caso do aluno não trazer o livro. Acredito que se adotássemos esse procedimento em todas as escolas não aconteceria tantos problemas com relação ao livro didático e sua utilização.*”

A Secretaria de Educação enfatiza a importância do livro didático como uma ferramenta de apoio ao trabalho docente e sugere a utilização das chamadas horas atividades concentradas para realização do processo de escolha, bem como observação as Diretrizes Curriculares das respectivas áreas para isso. No entanto, conforme os discursos, o tempo é insuficiente levando em consideração as orientações oferecidas pelo GLD. Isso gera fragilidade com relação a um planejamento pedagógico democrático e de qualidade.

Juntamente com a questão do tempo apontado pelos professores como um dos fatores de dificuldade da escolha do livro didático há outros como a rotatividade de professores nas escolas. Conforme o discurso dos sujeitos “*devido a grande rotatividade de professores nas escolas o processo de escolha do livro didático fica prejudicado, pois quando há muita mudança desses professores não há comprometimento.*

O problema da rotatividade dos professores é decorrente das aposentadorias, licenças por diversos motivos, atestados, mudanças de escola por motivos pessoais, além de fatores ligados a contratações de profissionais temporários pelo regime do Processo Seletivo Seriado (PSS). Essa contratação temporária de professores vem causando alguns problemas que vão além da rotatividade. A contratação de profissionais com pouca ou sem nenhuma experiência, além da formação precária ou de área divergente daquela escolhida é um dos outros aspectos presentes.

Tais constatações corroboram para a justificativa de que o processo de escolha do livro didático é complexo e exige o envolvimento de outros aparatos do sistema de ensino como o Estado, os representantes legais desse nas secretarias, nos Núcleos Regionais de Educação ou Gerencias educacionais e nas escolas bem como os profissionais que trabalham diretamente com o livro nas escolas.

Algumas pedagogas ao comentarem sobre as **dificuldades no processo de escolha do livro** apontam que “*conforme minha experiência como vem ocorrendo o processo de escolha*

não é o ideal. Uma das razões é porque o quadro de professores não trabalham somente conosco, que possui muitos anos conosco na escola. Outro aspecto é que muitos desses professores pegam licença e assim outros acabam entrando, esse processo que ocorre na escola pública eu considero ruim, pois não temos uma continuidade no trabalho.

Convém salientar que um processo de escolha adequado não está relacionado somente com a rotatividade de professores ou ao tempo de experiência, mas depende de outros elementos que derivam de múltiplos fatores. Para organização do processo de escolha do livro o Guia do Livro Didático de Língua Portuguesa (2010, p.37) enfatiza que se inicie com a “determinação de um dia, um turno ou uma seqüência de turnos alternados, ao longo de um determinado período do calendário escolar.” Mesmo considerando esses aspectos constata-se nas escolas pesquisadas o distanciamento dessas orientações com o que verdadeiramente ocorre.

Por meio do DSC é possível verificar ainda no processo de escolha o **monopólio das editoras**, *“há também os interesses políticos e econômicos por detrás da política do livro didático, infelizmente as grandes editoras tem o monopólio com relação ao livro didático”*. Na corrida para escolha dos seus produtos, as editoras, após terem suas obras aprovadas, iniciam a busca por espaços no mercado consumidor, neste caso, os professores de cada disciplina do currículo básico, lotados nas escolas públicas do Brasil. Embora não seja permitida certas formas de propaganda, de seus produtos, as editoras já consolidadas como parcerias das escolas e professores, adentram os estabelecimentos direta ou indiretamente em cada nova edição do PNLD.

De fato esse é um dos aspectos que garante que algumas editoras tenham destaque em venda de livros didáticos ao Estado. Abaixo há um quadro com os valores gastos pelo Estado no PNLD 2011.

Quadro 10 – Valores negociados no PNLD 2011.

| Editora | Tiragem Total | Títulos adquiridos | Valor por exemplar | Total |
|----------|---------------|--------------------|--------------------|----------------|
| MODERNA | 27.466.376 | 222 | 5,88 | 161.366.197,83 |
| FTD | 26.028.717 | 288 | 6,26 | 162.933.319,18 |
| ÁTICA | 25.728.190 | 306 | 5,76 | 148.288.428,80 |
| SARAIVA | 21.085.672 | 254 | 6,66 | 140.390.289,36 |
| SCIPIONE | 19.555.764 | 252 | 6,15 | 120.230.592,21 |
| POSITIVO | 3.736.902 | 114 | 7,28 | 27.187.572,29 |
| SM | 3.612.642 | 46 | 7,85 | 28.367.191,80 |

| | | | | |
|---------------------|-------------|-------|-------|----------------|
| ESCALA | 2.830.595 | 74 | 9,32 | 26.393.247,01 |
| DO BRASIL | 1.890.855 | 88 | 9,37 | 17.715.145,37 |
| AJS | 1.222.250 | 8 | 8,19 | 10.011.524,51 |
| IBEP | 731.261 | 60 | 12,35 | 9.027.821,46 |
| BASE | 507.718 | 38 | 9,50 | 4.822.912,98 |
| NOVA GERAÇÃO | 506.417 | 6 | 29,84 | 15.112.199,38 |
| NACIONAL | 458.951 | 38 | 7,60 | 3.489.460,69 |
| COMPANHIA DA ESCOLA | 92.786 | 2 | 25,10 | 2.328.906,02 |
| CASA PUBLICADORA | 68.909 | 8 | 13,90 | 958.147,23 |
| SARANDI | 67.642 | 10 | 14,15 | 956.997,45 |
| DIMENSÃO | 66.815 | 24 | 8,15 | 544.583,97 |
| FAPI | 8.862 | 2 | 10,20 | 90.432,12 |
| AYMARÁ | 1.878 | 6 | 25,72 | 48.296,49 |
| Total | 135.669.202 | 1.846 | 6,49 | 880.263.266,15 |

Fonte: FNDE

Ao levar em consideração os valores gastos pelo Estado com as várias edições do PNLD, percebe-se a hegemonia de alguns grupos editoriais ao ocuparem os primeiros lugares em vendas de livros didáticos ao Estado. Uma das razões para o crescimento das grandes editoras conforme Gatti Junior (2005) foi o grande desenvolvimento editorial entre os anos de 1970 e 1990. Na mesma perspectiva Holfling (1993, 2000) argumenta da estreita relação entre o Estado e os grandes grupos editoriais na arena de decisões da política pública e a acentuada participação de certas empresas. A seguir mais um quadro que demonstra os gastos do Estado com o PNLD, bem como as empresas parceiras no ano de 1994.

Quadro 11 – Valores negociados pelo Estado no ano de 1994

| Editora | Livros adquiridos | Valor R\$ |
|----------|-------------------|---------------|
| FTD | 18.020.358 | 37.842.751,80 |
| SCIPIONE | 11.737.983 | 23.430.404,98 |
| ÁTICA | 8.146.974 | 18.086.282,28 |
| SARAIVA | 6.512.669 | 14.392.998,49 |
| BRASIL | 5.690.469 | 9.559.987,92 |
| NACIONAL | 3.086.487 | 6.049.496,88 |

Fonte: Holfling (2000, p.166)

Quando comparamos os dados do PNLD em 1994 e 2011, percebe-se que a maioria dos recursos públicos definidos à aquisição de livros foram destinadas sempre às mesmas empresas.

A intenção das editoras ao promoverem eventos na escola ou fora, com a oferta gratuita de coleções ou outros brindes, caracteriza o interesse para que o professor opte pela coleção daquela determinada editora. *“As editoras vêm à escola e deixam alguns catálogos e também convidam os professores para participar de eventos promovidos por elas. Se o professor quiser ir à reunião ofertada pelas editoras, irá fora de seu horário de aula. Na*

reunião recebemos de presente algumas coleções de livros didáticos”. Em cada evento promovido pelas editoras, constantemente há o cadastramento ou a renovação deste, para que uma vez que os professores que não participem das palestras possam receber as coleções em suas próprias residências, *“na reunião recebemos de presente algumas coleções de livros didáticos”*.

Uma vez garantida a legitimidade da relação entre o Estado e as editoras via aprovação de suas obras, o passo seguinte das empresas editorais é angariar maior número de professores que optem pelos seus produtos.

Cerri e Ferreira (2007) ao comentarem sobre o monopólio das editoras afirmam que:

Por outro lado, nesta década, a presença do capital estrangeiro e a oligopolização do mercado fizeram com que esse quadro experimentasse o recrudescimento da concentração do número de editoras que atendem o PNLD; isso é ainda mais significativo pelo fato de os grupos econômicos (como é o caso do grupo Abril ou do grupo Positivo) serem proprietários de mais que uma editora. Todas elas estão preparadas para atender ao máximo os critérios de avaliação exigidos em cada área do Programa.

Apple (1995) ao analisar o perfil dos editores de livros didáticos dos Estados Unidos enfatiza que as relações que se estabeleceram foram mais acentuadas com a demanda do mercado. Isso verifica-se pelos números apresentados por algumas editoras, relacionado a demanda do comercial do livro didático, conforme verifica-se na figura abaixo com dados da editora Ática do ano de 2005. Também convém mencionar que ao contrário da afirmação de Gatti Júnior (2005) que escreve que não importa a ideologia contida no livro, mas sim sua aceitação no mercado, historicamente editoras católicas também agregaram valores de ordem religiosa para legitimar seus interesses ou para garantir espaços no campo político.

Quadro 12 – A Editora Ática em números no ano de 2005



Fonte: Editora Ática

Esse aspecto com relação a legitimidade que as editoras obtiveram ao longo de anos junto ao Estado refere-se também as relações políticas entre intelectuais que prestaram “serviços” ao país, fragilizado pela qualidade do material didático.

Ao tratar sobre os documentos utilizados para o processo de escolha alguns discursos evidenciaram a preferência pela utilização do próprio livro didático em detrimento de outros materiais como exemplo, o Guia do livro didático *“com certeza, é melhor analisar o próprio livro, pois pode ocorrer incoerência entre o que diz o guia e o que traz o livro didático. O manuseio do próprio livro permite verificar a qualidade do material do qual ele é feito. Folheá-lo possibilita verificar se ele condiz ou não com as propostas pedagógicas estabelecidas na escola. A resenha do Guia apresenta apenas fragmentos dos livros. Não mostra amplamente a complexidade da coleção, apresenta a obra superficialmente, a aparência. Por isso, acredito que sempre é melhor ter o objeto livro para fazer uma análise mais aprofundada e uma escolha mais acertada. Este ano, para a escolha do livro didático não tivemos, na nossa escola, acesso ao Guia. Mas, como tivemos acesso a outros materiais, isso foi suficiente para a escolha. Prefiro analisar o próprio livro. É mais rico”*.

O modo como os professores se apropriam e lêem o **Guia do livro Didático** é plural. Os professores enquanto atores e usuários de uma forma de cultura letrada conforme Chartier (2002) tecem significados sobre esse material a partir de sua recepção em relação a própria política do livro didático.

No discurso dos professores sobre a apropriação e uso do Guia do livro didático a opção mais satisfatória para realização do processo de escolha do livro é o próprio material, mas que ambos poderiam coexistir adequadamente uma vez que o texto do Guia só existe com a presença do professor leitor que lhe dá significado. O próprio nome Guia do Livro Didático pode chegar aos professores com uma tonalidade que o descaracterize enquanto sujeito crítico que ultrapassa o cotidiano e chega ao não cotidiano Heller (1989), pois se imprime como uma receita. O Guia ao se configurar como “modo de fazer” não combinaria com o papel do professor crítico e reflexivo.

Constata-se em alguns discursos descrédito por parte dos professores ao Estado consubstanciado no GLD, *“o que realmente é levado em conta no momento da escolha são as análises das obras mesmo, pois no Guia as resenhas não demonstram a realidade dos livros”*.

Ao comentar sobre a questão da utilização dos GLD pelos professores Batista e Costa Val (2004) demonstra a fragilidade com relação a disponibilidade do Guia a todos os professores, mas que também podemos mencionar da fragilidade de sua utilização.

Diferentemente do que fora praticado em algumas edições anteriores do PNLD, onde o Guia era disponibilizado apenas na forma impressa, atualmente conta também com a versão *online*. Percebe-se apropriação dos sujeitos sobre essa prática, conforme verifica-se em seus discursos *“ele é enviado para as escolas e disponibilizado por internet. Embora os Guias estejam online às vezes na forma impressa chegam, muito próximo ao momento de registrarmos as escolhas, no entanto estamos a menos de uma semana para entregar os pedidos das escolhas e ainda não recebemos o Guia do MEC.”*

O modo de manuseio do Guia também variam. Conforme um dos discursos dos sujeitos *“os professores recebem o Guia para utilizarem na escolha do livro didático. Há professores que levam o Guia para casa quando há em número suficiente para fazermos isso, caso contrário permanecem na escola a disposição dos professores”*.

Desta forma, evidenciou-se que os sujeitos apropriam-se do Guia do livro didático a partir das condições em que é realizado o processo de escolha nas escolas. Alguns sujeitos utilizam o Guia de modo particular sem consulta a outros professores da área. Outros ainda, fazem uso do Guia de modo coletivo, especialmente com outros professores da área de língua portuguesa ou em reuniões promovidas pelas escolas sob a coordenação das pedagogas. É possível também verificar, que alguns professores não o utilizam e a justificativa para isso encontra-se no descrédito do documento, na opção de não utilização, ou ainda pela falta de informação que existe sobre esse material de apoio disponibilizado pelo Estado. Em alguns discursos a opção dos professores por analisar os próprios livros

Ao analisar os próprios livros os professores acreditam que é possível verificar se ele corresponde ou não com o Plano Político Pedagógico da escola e com a realidade do aluno. Embora há afirmações unânimes com relação a importância da consulta ao livro didático, as escolas não dispõe de todas as coleções que aparecem no GLD (2010).

No processo de escolha do livro didático anterior em algumas escolas, os professores afirmam que as próprias editoras enviaram material para subsidiá-los. O material foi enviado com aproximadamente 1 mês de antecedência. Essa afirmação do discurso sugere que as editoras estão em sintonia com o Estado no desenvolvimento da política pública ao contrário de algumas escolas ou professores.

No PNLD 2011 o prazo para escolha do livro didático foi de 21 de junho a 4 de julho de 2010 conforme o FNDE, sendo que neste intervalo de tempo as escolas teriam que enviar

para o FNDE via sistema as duas opções de escolhas para os itens de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia e com um acréscimo para o PNLD 2011 que é a Língua Estrangeira (Inglês ou Espanhol).

As bibliotecas de modo geral dispõem de algum exemplar dos livros escolhidos no processo anterior que foram disponibilizadas pelas editoras seja através de visitas a própria escola ou enviadas pelo correio.

No PNLD 2008, o Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa, preparou uma carta com recomendações sobre o processo de escolha do livro didático e o enviou às escolas. No documento havia ênfase da importância do processo de escolha do livro. O roteiro proposto conforme carta enviada pela equipe de Língua Portuguesa do NREPG, mencionava os passos para serem seguidos pelos professores na escolha do livro. Assistir o DVD “Hora da atividade” de 53 minutos, leitura do Guia do PNLD 2008, inclusive a carta indicava o link para o Guia do Livro Didático e que os professores considerassem as resenhas das 12 obras selecionadas pelo MEC, bem como os princípios das Diretrizes Curriculares de Língua Portuguesa; realizassem uma pré-seleção dos livros analisados com observação dos encaminhamentos metodológicos da área de Língua Portuguesa.

Ao final da carta havia a recomendação para atenção a Lei nº 10.639/03 que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, bem como os conteúdos relacionados à Lei nº 9.597/99 que trata da Política Nacional de Educação Ambiental. Tal procedimento não fora verificado nas escolas pesquisadas referente ao PNLD 2011.

Ao contrário do atual processo de escolha do livro didático, no PNLD anterior o NREPG atuou de modo diferenciado, como verificado por meio das orientações enviadas às escolas.

Ao mencionar sobre os **critérios que utilizavam para escolha do livro didático**, os sujeitos afirmam que é importante: *“análise criteriosa, não apenas aparente do livro didático verificando a qualidade dos conteúdos, seleção de textos, de preferência curtos, pois temos um tempo reduzido de aulas, linguagem, ilustrações, tomando cuidado também na poluição visual, a distribuição adequada dos conteúdos e propostas de trabalho em toda obra, a clientela, se estão de acordo com as DCEs e os Parâmetros Curriculares”*.

No discurso dos sujeitos a opção por *textos curtos* nos livros didáticos, caracteriza a preocupação dos professores com o cumprimento de prazos. Esse fator de ordem burocrática acaba por imprimir ao ensino de língua materna o aligeiramento do estudo dos textos. Pela própria característica do livro didático atual que é elaborado sob medida, com o objetivo de apoio, não possibilita ao Estado aprovar obras que eventualmente apresentem gêneros textuais

mais longos. Por ser um produto sob encomenda o livro didático vem caracterizado conforme as exigências propostas nos editais do PNLD.

De acordo com o posicionamento verificado no DSC há alguns problemas ainda verificados nos livros didáticos, como a não apresentação de textos ou atividades de acordo com as expectativas dos professores. Com relação ao formato é considerado inadequado com relação ao peso e a quantidade de conteúdos, *“os livros são pesados em duplo sentido, pois poderia ser mais objetivo, conciso, menos complexo”*, além da má distribuição deles ao longo da obra.

Sobre as práticas de usos do livro didático no DSC aparece a importância da preparação das aulas para além do livro e das adaptações feitas quando esses não são suficientes ou não estão em conformidade com os escolhidos, *“não pode ser o único instrumento de trabalho do professor, nem seguidos a risca, buscamos também outras fontes”*.

Pelo DSC dos professores é possível verificar que não há um livro didático ideal, mas enfatizam da necessidade dele em sala de aula. O livro didático desta forma, apresenta-se como complexo e polissêmico. Conforme Saveli (2007) o livro didático às vezes é o único material didático para uso em sala de aula, desta forma os professores afirmam sobre a utilização do livro didático, *“a utilização é boa pelo fato de muitas vezes, não termos outras opções de uso de material didático”*.

Nas adaptações de uso do livro didático feito pelos professores em suas práticas cotidianas de ensino para atender aos objetivos a serem atingidos na disciplina de língua portuguesa, conforme Cícero Gabriel (2009) tornam-se distorcidas e simplificadas o que desfavorece um trabalho adequado conforme as propostas de atividades do livro didático. O autor aponta os motivos para sustentar tais afirmações que estão segundo o autor relacionadas a formação específica de professores na área de língua portuguesa, falta de atualização desses profissionais, a carga excessiva de trabalho, além da ausência de uma prática sistemática de planejamento e dificuldades na realização das atividades escritas.

Ainda discute-se, conforme visto no primeiro capítulo deste trabalho, na análise do comportamento das produções em torno do livro didático, os diversos modos de usos e seus conceitos. Autores como Marcuschi (2004) entre outros encaram o livro didático enquanto suporte, uma brochura de papel ou não, com certo formato, que reúne textos e imagens de diversos tipos. Bunzen (2005) o encara enquanto gênero do discurso com a presença de um conjunto de textos que são de outras áreas da vida social, mas admite também o livro

enquanto um discurso do autor, inserido num projeto didático do autor com a finalidade de atingir um certo professorado e alunado.

São posições que devem ser consideradas, mas o livro didático deve ser encarado enquanto um objeto educacional complexo que envolve um projeto mais amplo, comercial Apple (1995), como político, que pode adquirir diferentes significados a partir de diferentes apropriações Chartier (2002) e que está condicionado a demandas de ordem econômica, política e cultural.

De acordo com o DSC os professores mostram-se flexíveis com relação a utilização de outros materiais além do livro didático e citam a importância do tradicional giz e quadro, “*se não houvesse o livro didático utilizaríamos outros recursos como jornais, outros livros como os paradidáticos, revistas, pen drive, pesquisas pessoais na internet, multimídia, textos xerografados que trabalhem com conceitos gramaticais em sintonia com as Diretrizes, o planejamento anual e diário da disciplina.*”

Uma vez que tais livros foram aprovados pelas equipes de avaliadores do MEC a partir de inúmeros critérios e passam a compor o Guia do livro didático é necessário debater o papel dos professores nesse processo de escolher livros já escolhidos. Os professores passam a atuar como agentes para legitimação da ação estatal tendo como intermediário as editoras que assumem neste ínterim uma postura de grupos de intelectuais com um projeto formativo e comercial.

No capítulo sobre as discussões das produções em torno do livro didático, Simone de Jesus Padilha (2005), ao refletir sobre a formação do aluno leitor literário, verifica nos livros didáticos o tratamento dispensado a alguns gêneros textuais como os poemas. Ao tomar como base os documentos do Projeto Integrado de Pesquisa, “O livro didático de Língua Portuguesa no ensino fundamental: Produção, perfil e circulação, CNPq/IEL-UNICAMP/CEALE-UFMG, e coleções de língua portuguesa enfatiza que as coleções não favorecem a formação do leitor literário, pois não assumem os gêneros poéticos como objetos de ensino, não os usam nas atividades de leitura e privilegiam apenas seus aspectos formais ou a subjetividade do aluno-leitor.

Desta forma, mesmo que ofereça textos curtos, como os poemas, os livros não necessariamente contribuem para efetivar um processo ensino aprendizagem com qualidade.

Com relação às práticas de leitura efetivadas ou não pelos professores não devem ser atreladas apenas ao uso ou não do livro didático. Conforme Saveli (2007) as atividades dos professores que envolvem práticas de leitura na sala de aula ou aquelas solicitadas para serem

realizadas fora do espaço escolar, em sua maioria estão assentadas em práticas pedagógicas que o discurso acadêmico considera ultrapassadas.

Assim, um dos aspectos fundamentais no desenvolvimento de práticas de leitura com a utilização do livro didático relaciona-se fundamentalmente no modo como o professor se apropria e faz uso do material Chartier (2002). Mesmo que o livro ainda tenha melhorado nos aspectos de qualidade de atividades de práticas de leitura, ainda permanece uma prática estruturalista, pois às vezes há uma ênfase exagerada nos materiais didáticos e ao processo de escolha e não ao uso “*os livros podem ser de grande valia para a leitura, se bem escolhidos e analisados*”.

Saveli (2007, p.108) afirma que as **práticas de leitura** na escola encontram-se em uma concepção estruturalista, onde há “muita soletração e pouca leitura” e que uma das razões é provocada pela “importância que se dá aos manuais didáticos”. Ler é uma atividade complexa em que o livro didático pode auxiliar na medida em os professores possam ultrapassar o cotidiano na concepção de Heller (1989). No discurso sobre práticas de leitura em alguns momentos aparece o papel do professor.

Da mesma forma Silva (1995, p.15) ao escrever sobre a questão da leitura como descoberta dos porquês da vida e que ultrapasse uma visão tradicional afirma:

E tudo isso deve estar ancorado numa concepção de leitura que não a veja como simples resposta passiva e mecânica, bem à moda behaviorista, mas, a passos largos, considere-a enquanto um processo dinamizador da produção de sentidos por um grupo de pessoas, enquanto transação ou interação entre leitor e diferentes tipos de texto. A passos largos é preciso que se saiba traduzir essa concepção da leitura em programas significativos de ensino, que resultem na transformação, na emancipação, na libertação dos leitores.

Com relação a recepção do livro didático pelos alunos no DSC dos professores aparece a preocupação com o excesso de textos “*o excesso de textos e as propostas de dinâmicas que constam no livro didático estão fora da realidade dos alunos de nossa escola, descontextualizadas. Isso torna o livro didático prolixo e cansativo*”.

Tal discurso vai ao encontro da perspectiva da pesquisa de Ângela Maria Damaceno Reis Alves (2006) que identifica o uso intensivo do livro didático nas atividades de leitura e reflexão lingüística de modo precário, bem como o não uso nas atividades de linguagem oral. A pesquisadora Hérica Karina Cavalcanti de Lima (2009) enfatiza o fato dos professores escolherem ou não o livro didático não interfere na forma significativa ou não do uso que fazem dele.

Um dos dados trazidos pelo DSC dos professores dista daquilo que apresenta o Guia com relação ao nível de aprendizado dos alunos das 5ª séries ou 6º anos. No discurso aparece: “*Nem todos os alunos chegam na 5ª série alfabetizados e por isso não sabem utilizar o livro*”. O Guia do Livro Didático (2010, p.19) há a seguinte afirmação:

Primeiramente, espera-se que o aluno ingressante nesse segmento já tenha cumprido satisfatoriamente uma primeira e decisiva etapa de seu processo de letramento e alfabetização, tendo inclusive, se apropriado de algumas práticas mais complexas e menos cotidianas (relacionadas a esferas públicas de uso da linguagem), seja de leitura e escrita, seja de compreensão e produção de textos orais. Essas práticas apresentam padrões lingüísticos e textuais que, por sua vez, demandam novos tipos de reflexão sobre o funcionamento e as propriedades da linguagem em uso, assim como a sistematização dos conhecimentos lingüísticos correlatos mais relevantes. Portanto, cabe ao ensino de língua materna, nesse nível de ensino-aprendizagem, aprofundar o processo de inserção qualificada do aluno na cultura da escrita.

A partir do DSC dos professores verifica-se que no PNLD 2008 em algumas escolas o tempo foi maior para realização do processo de escolha do livro didático comparado ao processo de escolha realizado em 2010, embora não se pode afirmar que foi mais qualificado.

No Guia do livro didático do PNLD 2008 havia sugestão de consulta do próprio livro, mas o MEC não disponibilizou esses livros, deste modo, a sugestão foi de que a própria escola solicitasse às editoras exemplares; ou consultasse aos livros os que já estavam circulando na escola; ou ainda recorresse às escolas em que tais coleções estivessem em circulação. No entanto, o edital do PNLD 2008, p.8, afirma que “os professores, em consenso, com base na análise das resenhas dos títulos contidos no Guia, escolherão as coleções a serem utilizadas em sala de aula de acordo com a proposta pedagógica da escola”.

Deste modo, verifica-se dois fenômenos nessa situação. Um deles é que mesmo solicitando a consulta aos livros que constam no Guia o MEC não os disponibiliza. Deste modo, o papel do Estado como neutro nas escolhas dos livros pelos professores aparece fragilizado, pois abre brechas para que os grupos editoriais, adentrem as escolas e executem o chamado *lobby*. O outro é que nos editais do PNLD há orientação para que não haja propagandas das editoras nas escolas, mas mesmo assim as empresas realizam seu papel de vendedoras.

Das limitações com relação a coleta de dados na construção do DSC verificou-se que alguns dos entrevistados possuíam pouco tempo de atuação como professores, alguns até mesmo nunca participaram do processo de escolha do livro didático. Aliado a esses fatores também percebemos que durante a graduação seja na área de Pedagogia ou Letras, não houve um debate sobre a Política do livro didático, sendo que alguns profissionais recusaram-se a participarem da pesquisa justificando desconhecimento do PNLD.

Conforme a estrutura atual do PNLD, em certas circunstâncias há descontinuidade de um projeto ensino aprendizagem das disciplinas atendidas pela política. Se um aluno iniciou o ano de 2010 com uma determinada coleção dentro de um esquema curricular, correu o risco de no ano de 2011, ser surpreendido por um novo encaminhamento metodológico, caso seja outro livro escolhido pelos professores. Mesmo problema pode ocorrer caso o aluno seja repetente.

Conforme verificado no discurso dos professores o livro didático não é utilizado na íntegra, pela justificativa da falta de tempo, ou número de aulas insuficiente. Assim nos questionamos se o formato do livro didático apresentado pelo PNLD atual está em conformidade com a estrutura educacional em que ele é usado.

Embora apareça problemas relacionados aos conteúdos do livro didático “*a linguagem do livro didático é inacessível ao aluno, especialmente pela realidade da série ou ano em que eles se encontram*”, conforme o Guia ao serem aprovados os livros atendem a tais aspectos conforme é possível verificar no próprio documento que relaciona os critérios comuns e traçam comentários explicitando cada critério que servirão como justificativa para a aprovação ou não de um determinado livro didático de acordo com o quadro abaixo:

Quadro 13 – Critérios comuns e os comentários apresentados pelo GLD 2010

| Critérios Comuns | Comentários |
|--|---|
| Respeito à legislação, às diretrizes e às normas oficiais relativas ao ensino fundamental. | Seriam reprovadas as obras que não obedecerem a Constituição da República Federativa do Brasil; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 10.639/2003 (inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro brasileira), nº 11.274/2006 (dispõe sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade) nº 11.525/2007 (trata da inclusão de conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes no currículo do ensino fundamental) e nº 11.645/2008 (Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena) Lei nº 8.069/1996 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e Diretrizes Curriculares Nacionais para o EF. |
| Observância de princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio | Reprovadas as obras que veicularem estereótipos e preconceitos de condição social, regional, étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, de idade ou de linguagem, assim como qualquer outra forma de discriminação ou de violação de direitos; fizerem doutrinação religiosa ou política, desrespeitando o caráter laico e autônomo do ensino público; utilizarem o material escolar como veículo de publicidade ou de difusão de marcas, produtos ou serviços |

| | |
|---|---|
| social republicano. | comerciais. |
| Coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica assumida pela coleção, no que diz respeito à proposta didático-pedagógica explicitada e aos objetivos visados | Seriam excluídas as obras que não atenderem aos seguintes requisitos: explicitar, no manual do professor, os pressupostos teórico-metodológicos; apresentar coerência entre essa fundamentação e o conjunto de textos, atividades, exercícios etc. que configuram o livro do aluno; por isso mesmo, no caso de uma coleção recorrer a mais de um modelo teórico-metodológico, deve indicar claramente a articulação entre eles; organizar-se tanto do ponto de vista dos volumes que as compõem quanto das unidades estruturadoras de cada um de seus volumes de forma a garantir a progressão do processo de ensino-aprendizagem; favorecer o desenvolvimento de capacidades básicas do pensamento autônomo e crítico, no que diz respeito aos objetos de ensino-aprendizagem propostos; contribuir para a apreensão das relações que se estabelecem entre os objetos de ensino-aprendizagem propostos e suas funções socioculturais. |
| Correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos | Excluídas as coleções que: apresentarem de modo equivocado ou desatualizado conceitos, informações e procedimentos propostos como objetos de ensino-aprendizagem; utilizarem de modo equivocado ou desatualizado esses mesmos conceitos e informações, em exercícios, atividades, ilustrações ou imagens. |
| Observância das características e finalidades específicas do manual do professor e adequação da coleção à linha pedagógica nele apresentada. | Seriam excluídas as coleções cujos Manuais não se caracterizarem por: explicitar os objetivos da proposta didático-pedagógica efetivada pela coleção e os pressupostos teórico-metodológicos por ela assumidos; descrever a organização geral da coleção, tanto no conjunto dos volumes quanto na estruturação interna de cada um deles; relacionar a proposta didático-pedagógica da coleção aos principais documentos públicos nacionais que orientam o EF, no que diz respeito ao componente curricular em questão; discutir o uso adequado dos livros, inclusive no que se refere às estratégias e recursos de ensino a serem empregados; indicar as possibilidades de trabalho interdisciplinar na escola, a partir do componente curricular abordado na coleção; discutir diferentes formas, possibilidades, recursos e instrumentos de avaliação que o professor poderá utilizar ao longo do processo de ensino-aprendizagem; propiciar a reflexão sobre a prática docente, favorecendo sua análise por parte do professor e sua interação com os demais profissionais da escola; apresentar textos de aprofundamento e propostas de atividades complementares às do livro do aluno. |
| Adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico aos objetivos didático-pedagógicos da coleção. | Seriam reprovadas as obras que: organização clara, coerente e funcional, do ponto de vista da proposta didático-pedagógica; legibilidade gráfica adequada para o nível de escolaridade visado, do ponto de vista do desenho e do tamanho das letras; do espaçamento entre letras, palavras e linhas; do formato, dimensões e disposição dos textos na página; impressão em preto do texto principal; títulos e subtítulos claramente hierarquizados por meio de recursos gráficos compatíveis; isenção de erros de revisão e/ou impressão; referências bibliográficas, indicação de leituras complementares e facultativamente, glossário; sumário que reflita claramente a |

| | |
|---|--|
| | organização dos conteúdos e atividades propostos, além de permitir a rápida localização das informações; impressão que não prejudique a legibilidade no verso da página. |
| Com relação as ilustrações das coleções | Devem: ser adequadas às finalidades para as quais foram elaboradas; quando o objetivo for informar, ser claras, precisas e de fácil compreensão; reproduzir adequadamente a diversidade étnica da população brasileira, a pluralidade social e cultural do país; no caso de ilustrações de caráter científico, indicar a proporção dos objetos ou seres representados; estar acompanhadas dos respectivos créditos e da clara identificação dos locais de custódia (local onde estão acervos cuja imagem está sendo utilizada na publicação) trazer títulos, fontes e datas, no caso de gráficos e tabelas; no caso de mapas e imagens similares, apresentar legendas em conformidade com as convenções cartográficas. |

Fonte: Guia do Livro Didático de Língua Portuguesa – PNLD (2011)

Embora algumas escolas possuam um processo de registro interno sobre o processo de escolha do livro em outras esse registro é precário. Conforme o discurso das pedagogas esse registro possibilita melhor acompanhamento e conscientização sobre o uso do livro didático, além de constituir um arquivo para escola, *“os alunos e pais assinam o termo de compromisso para utilização e cuidado do livro didático. Temos uma lista para controle dos livros didático que os alunos recebem. Cada professor tem uma lista dessa no seu livro de chamada para auxiliar no controle. Os livros recebem um número e um carimbo nosso. Mesmo que seja um livro novo ou velho tem o mesmo controle. Quando damos o livro didático ao aluno ele assina, no momento do recebimento e da entrega, mesmo que a criança seja transferida para outra escola, pois eles perdem muito o livro. Até chegarmos a esse processo para o cuidado com o livro foi um processo demorado, que não deu-se da noite para o dia*

Por meio do DSC das pedagogas verifica-se que na maioria das escolas pesquisadas não há registros sistemáticos do processo de escolha do livro didático, salvo os documentos impressos na ocasião da escolha, por exemplo, para o PNLD 2011, onde o sistema após o registro das primeiras e segundas opções do livro permite que seja impresso o comprovante. Há o nome da entidade que escolheu os livros através de um código e a data da escolha. Há arquivos em algumas escolas das correspondências enviadas do MEC ou do NREPG para comunicar e ou orientar sobre o processo de escolha.

A partir desses instrumentais de registro algumas escolas organizam um processo de escolha do livro didático com formas de cobrança de devolução dos livros “antigos” para recebimento dos novos, *“quem não devolver o livro não recebe o livro novo. Cobramos*

bastante. Nesse processo conseguimos resgatar uns 100 livros que estão praticamente perdidos”.

Embora em algumas escolas tenha se efetivado registros e formas de organização do processo de escolha do livro didático de modo permanente, tal procedimento tem contribuído pouco nos aspectos mais amplos de qualidade do ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado brasileiro catalisou antes mesmo da 1ª lei do livro didático, intelectuais e grupos de diferentes matizes ideológicas para garantir a legitimidade da ação estatal.

Nosso trabalho demonstrou que o livro didático desempenhou e continua a desempenhar um papel decisivo nos embates políticos estabelecidos entre o Estado e a sociedade civil à medida que atende a interesses de ordem econômica, social, política e religiosa de determinados grupos editoriais.

Ao acompanharmos a trajetória histórica do livro didático na agenda do Estado, verificamos que a política do livro didático deve constituir-se em uma política pública de Estado e não de Governo. Foi ainda possível verificar o descompasso entre a política pública e as formas de realização do processo de escolha do livro didático de língua portuguesa nas escolas públicas. Há uma desarticulação do Estado na efetivação de políticas educativas no Brasil, especialmente aquelas que se referem a livros.

A partir do Decreto Lei nº 91.542, com vistas a garantir a escolha do livro democraticamente, o Estado disponibilizou para isso uma variedade de livros categorizados conforme sua qualidade pedagógica, definida por um elenco de técnicos renomados. Ao verificar o descompasso entre as obras melhores avaliadas e a escolha dos professores, o MEC buscou intelectuais, com produções acadêmicas sobre o livro didático para elaborar estratégias para resolver essa problemática. Como solução para garantia da visão de Estado democrático foi elaborado o Guia do livro didático. Nele estão listados livros avaliados pelos intelectuais, para que os professores escolham um dentre todos aqueles considerados apropriados para o uso.

No entanto, nosso estudo verificou que o Guia é um documento ignorado pelos professores quando da escolha do livro didático no interior da escola. Os professores se apóiam em critérios outros para fazer a escolha do livro a ser adotado na disciplina de língua portuguesa. Um desses critérios é se o livro contempla os conteúdos a serem trabalhados na série, outros são a prevalência de conteúdos gramaticais e textos mais curtos. Outro aspecto importante é que não há na agenda da escola espaço para discussão sobre o livro didático e /ou análise do mesmo. A escolha é solitária ou realizada por um pequeno grupo de professores. Vale ressaltar que isso só pode ser feito fora do horário das aulas. Portanto, há uma desarticulação entre o que o Estado considera necessário para uma boa escolha do livro didático e as práticas definidas pela escola. Falta, ainda, os professores conhecerem melhor as

políticas públicas de distribuição de livros como o PNLD, Programa Nacional da Biblioteca Escolar (PNBE) e PNLL (Programa Nacional do Livro e da Leitura).

A pesquisa constatou que o livro didático tornou-se um produto sob medida ao adequar-se aos critérios do Estado legitimando-se nas escolas públicas como apoio aos professores e que apesar de alguns avanços torna-se necessário retomar algumas problemáticas do PNLD verificadas a partir das pesquisas e que não estão sendo consideradas pelo Estado nas várias edições desse Programa.

O Guia do livro Didático com pouca credibilidade pelos professores apresenta-se com múltiplas formas de usos e configura-se como um instrumental receituário no processo de escolha do livro didático à medida que oferece resenhas dos livros classificados pelos editais do PNLD. Não é utilizado o roteiro para análise e escolha de livros didáticos de Português, sugerida pelo guia e que nas palavras do próprio documento não só invalida como outra demanda, aquela realizada pelos profissionais nas escolas públicas. Cabe, portanto, ao Estado, rever o modo como apresenta o Guia do Livro Didático, uma vez que se verifica o seu desuso de acordo com o recomendado.

Mesmo que ocorresse um processo de escolha do livro tal como sugere o documento (GLD) é provável que esses debates circulariam apenas no âmbito das escolas, uma vez que o Estado não estabelece canais de comunicação que contribuam efetivamente para a melhoria do processo de escolha do livro via autonomia dos professores.

Dois fatores devem ser levados em consideração no desenvolvimento da Política Pública do Livro Didático. Um refere-se aos livros dos PNLDs anteriores, que estão obsoletos, sendo que muitos estão jogados no lixo, sem destino certo e vistos com preconceito, apenas ocupando espaços das estantes das bibliotecas escolares. Outro, refere-se às tecnologias de disponibilização de livro *online*, que precisa ser melhor discutido e avaliado pelo Estado.

Os resultados desta pesquisa nos permitem, ainda, identificarmos a existência de formas de organização para o desenvolvimento dos processos de escolha do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que derivam das condições concretas da escola e, nesse sentido, se mostram distanciadas das expectativas apresentadas pelo Ministério da Educação (MEC) como já apontadas por Batista (2001) que ainda não foram sanadas.

No ano de 1985, conforme Batista (2001), com a criação do PNLD, após a definição das principais diretrizes que vem orientado as relações do Estado com o livro escolar, a centralização das ações de planejamento, compra e distribuição; utilização exclusiva de recursos federais, atuação restrita à compra de livros, sem participação no campo da produção

editorial, deixada a cargo da iniciativa privada, escolha do livro pela comunidade escolar, distribuição gratuita do livro a alunos e docentes. Mesmo assim, no que se refere a escolha do livro pela comunidade escolar necessita uma revisão no modo como vem configurando-se. É necessário que haja uma nova retomada na política do livro didático, a iniciar-se pelos documentos e pesquisas já elaborados, para que sejam empreendidas ações para melhoria do Programa.

Desde a publicação das recomendações para o PNLD, feitas em 2001, ainda permanece a cristalização da concepção de livro didático que tem como principal função estruturar o trabalho pedagógico. Tal concepção está no bojo dos editais do PNLD, onde as editoras atuam para adequarem-se a essa demanda provocada pelo Estado. Assim, é importante que seja construindo uma nova concepção de livro didático baseado em toda complexidade que esse demanda, levando em consideração outros aspectos da escola e do trabalho dos professores.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, A. J. **Avaliação educacional**: regulação e emancipação. São Paulo: Cortez, 2000.
- APPLE, Michel W. **Trabalho docente e textos**: economia política das relações de classe e de gênero em educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- AZEVEDO, Janete. **A educação como política pública**. 2.ed. São Paulo: Autores Associados, 2001.
- AZZI, Riolando. **História da educação católica no Brasil. Contribuição dos Irmãos Maristas**. Vol. 3. São Paulo: Secretariado Interprovincial Marista, 1999.
- BATISTA, Antônio Augusto Gomes; VAL, Maria da Graça Costa (Orgs.). **Livros de Alfabetização e de Português**: os professores e suas escolhas. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2004.
- _____. e VAL, Maria da Graça Costa. Livros didáticos, controle do currículo, professores: uma introdução. In: **Livros de Alfabetização e de Português**: os professores e suas escolhas. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2004.
- _____. **Recomendações para uma política do livro didático**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.
- _____. e ROJO, Roxane. Livros escolares no Brasil: a produção científica. In COSTA VAL, M. G. E MARCUSCHI, B. (Orgs.). **Livros didáticos de Língua Portuguesa: Letramento e cidadania**. BH: Autêntica/CEALE, 2005, p. 13-46.
- BITTENCOURT, Circe. Autores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). **Educação e pesquisa – Revista da Faculdade de Educação da USP**. São Paulo, Universidade de São Paulo, v. 30, n.3 set./dez. 2004.
- BOMÉNY, M.H.B. O livro didático no contexto da política da política educacional. In: OLIVEIRA, João Batista A. et al. **A política do livro didático**. São Paulo, Summus, 1984.
- BONAZZI, Marisa e ECO, Umberto. **Mentiras que parecem verdades**. São Paulo: Summus, 1980.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4.ed. São Paulo: São Paulo, 1990.168p. (Série Legislação Brasileira).
- _____. Decreto nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 5 de jan. 1939. Disponível em:< <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 6 jun.2011.
- _____. Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930. Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. **Diário Oficial**

da União, Rio de Janeiro, 14 de nov. de 1930. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/d19402.pdf>>. Acesso em: 6 jun.2011.

_____. Decreto nº 7.084, de 27 de janeiro de 2010. Dispõe sobre os materiais didáticos e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 27 de jan. de 2010. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/821233/decreto-7084-10>>. Acesso em: 6 jun.2011.

_____. Decreto nº 8.222, de 26 de novembro de 1945. Dá nova redação aos arts. 2º e 3º do Decreto-Lei nº 1417, de 13 de jul. de 1939. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 26 de nov. de 1945. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8222-26-novembro-1945-416341-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 6 jun. 2011.

_____. Decreto nº 8.460, de 26 de dezembro de 1945. Consolida a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 28 de dez. de 1945. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8460-26-dezembro-1945-416379-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 6 jun. 2011.

_____. Decreto nº 68.728, de 9 de junho de 1971. Provê sobre a política do livro técnico e do livro didático e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 de jun. de 1971. Disponível em:<<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68728-9-junho-1971-410492-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 6 jun. 2011.

_____. Decreto nº 7.091, de 18 de abril de 1983. Altera a denominação da Fundação Nacional de Material Escolar, a que se refere a Lei nº 5.327, de 2 de outubro de 1967, amplia suas finalidades e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 de abr. de 1983. Disponível em:<http://www.fiscolex.com.br/doc_90184_LEI_N_7_091_18_ABRIL_1983.aspx>. Acesso em: 6 jun. 2011.

_____. Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985. Institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 de ago. de 1985. Disponível em:<http://www.abrelivros.org.br/abrelivros/01/index.php?option=com_content&view=article&id=39:decreto-no-91542-de-190885&catid=20:legislacao&Itemid=31>. Acesso em: 6 jun. 2011.

_____. Ministério da Educação. **Resolução nº 18 de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização de jovens e adultos – PNLA 2008. Disponível em:<<http://www.fnede.gov.br/index.php/pnld-legislacao>>. Acesso em 6 jun. 2011.

_____. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**: promulgada em 16 de julho de 1934. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm>. Acesso em 6 jun. 2011.

BUNZEN, Clecio. Construção de um objeto de investigação complexo: o livro didático de língua portuguesa. In.: **Estudos Linguísticos XXXIV**. Campinas, SP: 557-562, 2005.

CAMINI, L. et al. **Educação pública de qualidade social: conquistas e desafios**. Petrópolis: Vozes, 2001.

CAMPOS, Névio de. **Intelectuais e igreja católica no Paraná: 1926-1938**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

CARNOY, Martin. **Educação, Economia e Estado – base e superestrutura: relações e mediações**. São Paulo: Cortez, 1984.

_____. **Estado e teoria política**. 2.ed. Campinas: Papirus, 1988.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. Aspectos políticos e econômicos da circulação do livro didático de História e suas implicações curriculares. In: **Educação e Sociedade, Campinas**, v.23, n.1-2, p.33-48, 2004.

CERRI, Luis Fernando; FERREIRA, Angela Ribeiro. Notas sobre as demandas sociais de representação e os livros didáticos de história. In: OLIVEIRA, Margarida Dias; STAMATTO, Maria Inês (Orgs.). **O livro didático de história: políticas educacionais, pesquisas e ensino**. Natal: Editora da UFRN, 2007.

CHARLOT, Bernard. A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.11, n.31, abr.2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782006000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 de ago. de 2009.

CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas da leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

_____. **Os desafios da Escrita**. São Paulo: UBESPI, 2002.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo. V. 30, n. 3, p. 549-566, dez., 2004.

CORACINI, M. J. **Interpretação, autoria e legitimação do livro didático: língua materna e língua estrangeira**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

COSTA VAL et al. Padrões de escolhas de livros e seus condicionantes: um estudo exploratório. In: **Livros de Alfabetização e de Português: os professores e suas escolhas**. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2004.

CUNHA, Luiz Antonio. **Educação, Estado e democracia no Brasil**. 3ed. Rio de Janeiro (Niterói): Cortez/Editora da Universidade Federal Fluminense, 1999.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O livro didático como assistência ao estudante. In: **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v.9, n.26, p.119-130, jan/abr. 2009.

_____. **Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. 2 ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.

DIONISIO, Angela Paiva e BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). **O livro didático de português: múltiplos olhares**. 3.ed. Rio de Janeiro, RJ: Lucerna. 2005

FERNANDES, José Ricardo Oriá. O livro didático e a pedagogia do cidadão: o papel do instituto histórico e geográfico brasileiro no ensino de história. **Revista de História**. SAECULUM, João Pessoa. Ju/dez.2005.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. **Os processos de avaliação de livros didáticos na Comissão Nacional do livro didático**. Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, violência e Exclusão. ANPUH/SP. 08 a 12 de setembro de 2008. CD-ROM.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3 ed. ARTMED. Porto Alegre, 2009.

FREITAG, Barbara. Et al. **O livro didático em questão**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. **O estado da arte do livro didático no Brasil**. Brasília: INPEP, 1987.

_____. **Escola, Estado e Sociedade**. 6 ed. São Paulo: Moraes, 1986.

GAMBOA, Silvio Sanchez. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. Chapecó: Argus, 2007.

GATTI JUNIOR, Décio. Estado e editoras privadas no Brasil: o papel e o perfil dos editores de livros didáticos (1970-1990). In: **Cad. Cedes**, Campinas, vol.25, n.67, p.365-377, set./dez.2005. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 20/03/2010.

GIDDENS, A. **A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HOFLING, Eloisa de Mattos. Notas para a discussão quanto à implementação de programas de governo: em foco o Programa Nacional do Livro Didático. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v.21, n.70, abr.2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302000000100009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 08 de ago. de 2009.

_____. **A FAE e a execução da política educacional: 1983-1988**. Campinas, 1993. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas Faculdade de Educação.

LEFEVRE, Fernando. **O discurso do sujeito coletivo: uma nova abordagem em pesquisa qualitativa**. Rio Grande do Sul. EDUCS, 2000.

LEFEVRE, Fernando e LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. **O discurso do sujeito coletivo: uma nova abordagem em pesquisa qualitativa (desdobramentos)**. Rio Grande do Sul. EDUCS, 2005.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros e suporte: a identidade de gênero no livro didático. Apresentação no II Simpósio de Estudos dos Gêneros Textuais (SIGET) União da Vitória, Paraná, 2004.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à Brasileira**. Companhia das Letras. São Paulo, 2001.

_____. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil**. São Paulo: Difel, 1979.

MOYSÉS, L.M.M. **O cotidiano do livro didático na escola**: as características do livro didático e os alunos. Brasília, INEP, 1985.

MUNAKATA, Kazumi. Dois manuais de história par professores: histórias de sua produção. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.3, p.513-529, set./dez. 2004.

NOSSELA, Maria de Lourdes Chagas Deiró. **A ideologia subjacente aos textos didáticos**. Ed.Corte e Moraes. São Paulo, 1979.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Um estado para sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática. Ed. Cortez. São Paulo, 2005.

NUNES-MACEDO, Maria do Socorro Alencar et al. A constituição das interações em sala de aula e o uso do livro didático: análise de uma prática de letramento no primeiro ciclo. In: **Revista Brasileira Educação**, Abr 2004, n.25, p.18-29.

OLIVEIRA, João Batista Araújo e GUIMARÃES, Sonia Dantas Pinto. **A política do livro didático**. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Summus Editorial, 1984.

OLIVEIRA, Sara. Texto visual, estereótipos de gênero e o livro didático de língua estrangeira. In: **Trabalho linguist. Apl.**, Jun 2008, vol.47, no.1, p.91-117. ISSN 0103-1813.

PERONI, Vera Maria Vidal et al. Estado e terceiro setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira. In: **Educação e Sociedade, Campinas**, v.30, n.108, p.761-778, 2009.

PFROMM NETTO, Samuel et.al. **O livro na educação**. São Paulo: FTD, 1974.

PINTO, José Marcelino de Rezende. Financiamento da educação no Brasil: um balanço do governo FHC (1995-2002). In: **Educação e Sociedade, Campinas**, v.23, n.80, p.1-18, set. 2002.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 11 ed. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: 1989.

SAVELI, Esméria. Por uma pedagogia da leitura: reflexões sobre a formação do leitor. In: CORREA, Djane Antonucci Correa; SALEH, Pascoalina Bailon de Oliveira (Orgs.). **Práticas de letramento no ensino**: leitura, escrita e discurso. São Paulo: Parábola Editorial; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

SILVA, Ezequiel Teodoro. **A produção da leitura na escola**: pesquisas x propostas. São Paulo: Editora Ática, 1995

SCAFF, Elisângela Alves da Silva. Guia de Livros Didáticos e sua (in)utilização no Brasil e no Estado do Mato Grosso do SUL. **Revista de Educação Pública** (do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso), n.15, jun./dez. 2000. Disponível em www.aceso.com.br em janeiro de 2009.

SCHEFFER, Ana Maria Moraes et al. Cartilhas: das cartas ao livro de alfabetização. Campinas, 2007. Disponível em: <www.alb.com.br/anais16/sem10pdf/sm10ss20_40.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2008.

SOARES, Flávia e ROCHA, José Lourenço da. As políticas de avaliação do livro didático na Era Vargas: a comissão nacional do livro didático. In: **Zetetike – Cempen – Fe – Unicamp**, Campinas, v. 13, n.24, p.81-111, dez. 2005. Disponível em: <http://www.fe.unicamp.br/revista/index.php/zetetike/article/viewFile/669/592>. Acesso em 14 de fevereiro de 2010.

SOUZA, D. Livro Didático: arma pedagógica? In: CORACINI, M. (Org.). **Interpretação, autoria e legitimação do Livro Didático**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Ática, 1987.

VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino. **Política educacional no Brasil: introdução histórica**. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

_____ e ALBUQUERQUE, M.G. M. **Política e planejamento educacional**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

ANEXO 1

AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Sou mestrando do Programa de Pós – Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), sob a orientação da professora doutora Esméria de Lourdes Saveli. Necessito da permissão da escola para desenvolvimento de minha pesquisa que tem como objeto de estudo “O PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) e o processo de escolha do livro didático de Língua Portuguesa”. Sendo assim, uma das estratégias para coleta de dados será a entrevista gravada. Assumo a responsabilidade de que as informações obtidas não serão identificadas no trabalho, protegendo assim a identidade dos grupos, da escola bem como dos profissionais informantes.

Agradeço gentilmente a colaboração, coloco-me a disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Ponta Grossa, de de 2010.

Pesquisador: Luciano de Oliveira

AUTORIZAÇÃO

Autorizo o pesquisador Luciano de Oliveira a utilizar os dados dessa entrevista para a pesquisa e também em sua dissertação, desde que tais informações não exponham a escola, os alunos e os profissionais informantes.

Ponta Grossa, de de 2010.

Professor(a):_____.

Assinatura

ANEXO 2

Respostas dos professores e pedagogas às entrevistas

01) Como foi realizado o último processo de escolha do LD de LP em sua escola? E quanto tempo foi disponibilizado para esse processo e quais os documentos que foram utilizados para esse processo?

Professor A – Realizamos a última escolha na semana passada, entre 28/6 e 02/7 e tivemos para isto, aproximadamente um mês. Acredito que este processo vem sendo mudado para melhor, já que temos tido mais tempo para a escolha e o material tem sido disponibilizado nas escolas, tanto na internet, quanto o material para ser visto e analisado. Livros de ótima qualidade têm sido enviados pelas editoras

Professor B – Foi em julho de 2007, não me recordo com precisão, mas foi um tempo muito curto. O processo foi estabelecido de acordo com as DCEs e com os Parâmetros Curriculares. Está sendo da mesma forma, só que com um tempo ainda menor e sem reunião prévia com professores da área, cada professor faz sua avaliação e anota numa ficha que fica exposta na sala dos professores.

Professor C – Há quatro anos atrás fizemos a escolha e não nos foi disponibilizado tempo algum para análise e escolha dos livros, em nenhuma das escolas em que leciono. Nós professores de LP, analisamos particularmente os livros e demos nossas sugestões, inclusive não gostei da escolha, pois não foi uma de minhas sugestões e a professora, ou melhor, uma das professoras que optou pela coleção, atua em séries diferentes da minha. Atualmente está sendo do mesmo modo: se o professor quiser ir à reunião ofertada pelas editoras, irá fora de seu horário de aula e continuamos analisando-os por conta própria durante as horas atividades.

Professor D – No mês de novembro de 2008, os livros foram escolhidos pelos professores que atuam na área de Língua portuguesa.

Professor E – Em outubro de 2007. Uma semana apenas. Apenas uma ficha para indicar três opções de coleções.

02) O que dá a um livro o seu caráter de qualidade didático pedagógico?

Professor A – Sua experiência com o que é pedido na LDB; a relação que estabelece com outras disciplinas, por exemplo: artes, História, Ciências; abordar temas atuais e metodologia atual e variada.

Professor B – Textos que sejam capazes de fazer o aluno refletir e mudar de opiniões. Exercícios que o levem à fixação e também à reflexão.

Professor C – Diversidade textual, gramática conceitual e aplicada de forma objetiva, riqueza de detalhes de imagens. Tudo isso de forma simples, sem complexidade, direta e com propostas de produção de textos, incluindo um roteiro e ficha de auto-avaliação.

Professor D- Sua organização e contextualização. Uma ação pedagógica contemporânea de ensino aprendizagem de linguagem. Um livro didático que leve o aluno a observar, perceber e descobrir o mundo, refletir sobre ele e interagir com seu semelhante por meio de uso funcional da linguagem.

03) Em sua opinião, é melhor analisar o próprio Livro Didático ou o Guia do Livro Didático?

Professor A – A relação que estabelece com outras disciplinas, por exemplo: artes, História, Ciências; abordar temas atuais e metodologia atual e variada.

Professor B – Textos que sejam capazes de fazer o aluno refletir e mudar de opiniões. Exercícios que o levem à fixação e também à reflexão.

Professor C – Uma ação pedagógica contemporânea de ensino aprendizagem de linguagem. Um LD que leve o aluno a observar, perceber e descobrir o mundo, refletir sobre ele e interagir com seu semelhante por meio de uso funcional da linguagem.

04) O Livro didático contribui para a melhoria da qualidade do ensino?

Professor A – O ensino não depende só da escolha de bons livros, mas do bom uso deles.

Professor B – Acredito que não, pois nem sempre trabalhamos com as nossas escolhas e há muitas divergências entre os professores de língua portuguesa.

05) Como é o uso do livro didático, tanto por você enquanto professor como pelo seu aluno?

Professor A – Acho importante que o aluno tenha o livro, para que possa trabalhar também fora da escola ler, estudar, pesquisar, etc. Em sala de aula serve como apoio, principalmente pelos textos para serem lidos e as sugestões de produção textual.

Professor B – Ultimamente são raros os erros. Todo livro didático tem um custo e portanto, deve ser usado da melhor maneira possível, eu tento explorá-lo o máximo, mas quando há necessidade de complemento sobre algum assunto, uso o quadro e a TV multimídia.

Professor C- Além da leitura de livros paradidáticos para outras atividades, uso-o quase diariamente e ele é o meu auxiliar, pois preparo as minhas aulas de acordo com o livro, inclusive o planejamento está em conformidade com o livro, mas aproveito as questões abordadas (incluindo os textos) para fazermos atividades diversificadas, por exemplo: um jornalzinho falado, classificados de leitura).

Professor D- Faço um paralelo. Ensino os conteúdos e uso o livro como reforço. Se a coleção trabalha os quatro eixos: oralidade, leitura, produção de texto e análise lingüística.

06) Caso não houvesse o livro didático como você encaminharia suas aulas?

Professor A – Seguindo o Planejamento anual da disciplina, organizando um planejamento diário com base em livros, internet e conhecimento próprio.

Professor B – Muitas vezes já trabalhei sem livro, é um pouco mais difícil, porque temos que usar folhas avulsas e o quadro, é um tanto cansativo para nós e para os alunos.

Professor C – Seria muita leitura de livros paradidáticos, alguns textos xerografados e conceitos gramaticais, com atividades, no quadro-negro, jornais, e multimídia.

Professor D – Faria pesquisas, procuraria outras formas de trabalhar. O professor deve preparar sua aula, além do livro.

07) Como é a recepção do livro didático por parte dos alunos?

Professor A – A maior queixa dos alunos, com relação ao livro didático é sobre o peso que cada livro tem ao ser carregado na mala.

Professor B – Eles gostam do livro, porém não gostam de trazê-lo, porque pesa, faz volume na mochila e porque precisam fazer as tarefas que são enviadas para casa.

Professor C – As queixas vão, desde a “grossura” e peso do livro (às vezes os alunos carregam cinco livros, cadernos, etc., conforme o dia) e concordo com isso, pois realmente são volumosos e pesados, sendo que não aproveitamos o livro integralmente, inclusive os próprios alunos observam isso e nos questionam: porque não usamos o livro todo. Normalmente concordo: os livros mais concisos e melhor aproveitados seria o ideal, pois nunca trabalhamos com a integralidade, principalmente com 4 aulas semanais.

Professor D – Os alunos têm o livro como material de apoio.

08) Em sua opinião os livros didáticos contribuem para o interesse e a prática de Leitura?

Professor A – Os livros podem ser de grande valia para a leitura, se bem escolhido e analisado quanto aos seus textos. A partir da leitura de bons textos pode surgir o interesse pela leitura de bons livros.

Professor B – Acredito que sim, porque sempre há um texto de interesse deles, há maior interesse pela leitura de outros textos e livros referentes ao assunto em questão.

Professor C – O interesse pela leitura só ocorre quando há bons textos: não muito longos e que façam o aluno “viajar” naquela leitura. Todos pensam assim! A diversidade é importante, mas os livros atuais pecam nisso; a quantidade de textos tem superado a qualidade.

Professor D – Eles não vêem o livro didático como material de leitura, mas como material de atividades. Para incentivar o interesse pela leitura seria uma leitura mais prazerosa.

Professor E – Ótimo, pois, às vezes é o único material que temos.

09) Quais as dificuldades encontradas na utilização do LD?

Professor A – No processo de escolha não há dificuldades, o problema é quando a escola não recebe a 1ª opção por ela escolhida. Na utilização, as dificuldades podem ser sanadas diante de algumas adaptações que podem ser feitas de acordo com cada turma ou conteúdo.

Professor B – Não vejo nenhuma dificuldade, nem no uso, nem na escolha, só acho que deveríamos ter mais tempo para que escolhamos com mais calma.

Professor C – Na utilização não vejo dificuldade, a não ser pelo excesso de textos, o que o torna prolixo, cansativo. Dessa forma, muitas vezes não faço questão de enriquecer mais as aulas, porque não consigo dar conta nem daquilo que o livro traz. Quanto à escolha, precisamos de mais tempo.

Professor D – Quando faltam livros para os alunos, linguagem difícil para série onde se encontram.

10) Quais são os maiores problemas relacionados ao Programa Nacional do Livro Didático nesta escola?

Professor A – A contagem de alunos para o envio de livros é feita com o número de alunos da última escolha, isto é, 3 anos atrás. As vezes faltam livros, pois o número de alunos mudou.

Professor B – As diferentes escolhas entre as escolas, pois o aluno muda de escola e a adaptação àquilo que está sendo trabalhado é mais complicado. Há também a falta de livros, pois aumentam-se as turmas, inclusive o número de alunos e faltam livros.

Professor C – Número insuficiente de livros, nem sempre quem escolhe é quem vai utilizar.

11) Quando não recebem o mesmo livro que foi escolhido como é o trabalho com esse material?

Professor A – Procuramos trabalhar dentro do que oferece o livro que temos em mãos, fazendo adaptações. Quando faltam livros, trabalhamos em grupos ou emprestamos livros de outras séries.

Professor B – Às vezes vem um número menor de livros, porque há anos que o número de excedem as expectativas, então trabalhamos com algumas turmas com livros novos e outras com livros velhos.

Professor C – “Engolimos” o que veio e tentamos nos adaptar. Nas duas escolas em que leciono faltam livros, então dividimos com outras turmas, mas desse modo não podemos dar tarefas pelo livro, etc.

Professor D – Dá para fazer um paralelo entre o livro que foi escolhido e o que foi recebido.

12) Após a mudança que houve com relação ao PNLD, pois hoje os próprios professores escolhem os livros didático, você acha que a qualidade do ensino de Língua Portuguesa melhorou?

Professor A – Com certeza proporcionou uma melhor qualidade do ensino.

Professor B – O ensino não depende só da escolha de bons livros, mas do bom uso deles.

Professor C – Acredito que não, pois nem sempre trabalhamos com as nossas escolhas e há muitas divergências entre os professores de língua portuguesa.

Professor D – Melhorou.

Professor E – Um pouco difícil, pois algumas adaptações de conteúdos devem ser feitas.

13) Gostaria de registrar algo mais sobre o processo de escolha do LDLP?

Professor A – Esse processo deveria acontecer de 2 em 2 anos, pois no 3º ano de uso do livro já encontra-se em condições precárias.

Professor B – Como já mencionei, gostaria que o livro didático fosse mais simplificado, pois as editoras “enchem” demais o livro, não usamos boa parte porque não há tempo suficiente para trabalhá-lo, inclusive, precisamos deixar de lado muitos assuntos, aproveitando somente aquilo que é mais necessário.

Professor C – Devido a mudanças de professores a escolha fica prejudicada.

Professor D – Não, pois não é o livro didático que vai melhorar a qualidade do ensino e sim um conjunto de fatores.

Respostas das pedagogas às entrevistas

01) Como foi realizado o último processo de escolha do LD de LP em sua escola?

Pedagoga A - Sempre foi uma escolha livre. Este ano ainda não sabemos, pois ainda não recebemos os guias do livro didático. O processo anterior não poderia ser escolhido duas obras da mesma editora. O Núcleo Regional de Educação nos dá algumas diretrizes, o último processo, quando havia a menção de estrelas nos livros didáticos sugerido era para que escolhêssemos os melhores. Os professores já sabem como é o processo porque alguns já

receberam em casa as coleções de algumas editoras. Algumas dessas editoras nos convidaram para palestras como exemplo a editora Positivo. Os professores da mesma disciplina que fazem a escolha, nos momentos de hora atividade, nós somente coordenamos o processo na escola. Para decisão final sobre qual livro os professores irão escolher vamos nos reunir por área, antes do dia 4/7, pois a escolha deve ser bem feita. A quantidade de livros a serem enviadas é baseada no censo escolar. Às vezes ocorre uma pequena diferença no número dos livros enviados. Quando há essa divergência, ou quando os alunos perdem o livro, fazemos remanejamento na própria escola, não utilizamos o site, porque é mais fácil o contato com outras escolas via telefone para resolvermos isso. Os alunos reclamam do peso do livro, pois às vezes eles precisam trazer consigo cinco livros. Ano que vem ainda teremos mais um livro na disciplina de língua inglesa.

Pedagoga B - Conforme minha experiência como vem ocorrendo o processo de escolha não é o ideal. Uma das razões é porque os quadros de professores não trabalham somente conosco. Outro aspecto é que muitos desses professores pegam licença e assim outros acabam entrando, esse processo que ocorre na escola pública eu considero ruim, pois não temos uma continuidade no trabalho. Como o processo de escolha do livro funciona com muita responsabilidade. O tempo disponibilizado para escolha não é o ideal. A gente procura na hora atividade organizar com o professor o processo de escolha, contando com o apoio da editora que trazem os livros para análise. Na realidade a editora não pode vir trazer este material para divulgação

Pedagoga C - Pra minha experiência não é o ideal, por que nós não temos um quadro de professores que fica conosco, que tenha muitos anos na escola, tenha tendência no trabalho eu vejo assim que a dificuldade é o fato de ter um quadro definido por que muitas vezes pega licença entra outros esse processo na escola pública eu considero muito ruim por que a gente não tem uma continuidade do trabalho, o processo de escolha do livro funciona com muita responsabilidade então como a gente procura organizar na escola não existe um tempo ideal, a carga horária é bem fechada a gente procura na hora atividade sentar com o professor contando com o apoio da editora, porque eles trazem o material pra análise. Na realidade a editora não pode trazer na escola o livro nem divulgar o material. Quem escreve o livro tem uma proposta de trabalho então seria muito mais coerente se a gente tivesse esses momentos assim com todas as editoras que estão no mercado. As escolas até oportunizam umas palestras, mas naquela palestra naquele horário não são todos os professores que podem estar presentes então não fica um trabalho assim completo. Quando um professor faz, cada um interpreta de uma maneira então eu não concordo que seja correta essa maneira, então a gente procurou fazer na hora atividade, procura entre as áreas fazer uma análise de o que ele achou do livro de acordo com nosso processo de acordo com a escola, tem outro ponto também, o material vem pronto pra análise tem o guia, mas, por exemplo, foi reprovado pra aquela editora o livro de português e matemática e de geografia e história que são outras editoras então tem que analisar o que vem pra gente que não tem uma variedade muito grande.

Pedagoga D – É por área, a gente procura reunir e os professores. Recebemos vídeos pra análise. A editora faz cadastro com os dados dos professores, pois eles não podem estar na escola. Então deixam o material pra análise, algumas deixaram e alguns estão recebendo em casa então os professores recebem o material e aí o longo desse período eles vão analisando o material e gente ta sempre pedindo que na hora atividade assim que é possível eles se reúnam, mas perto da escolha ou numa reunião pedagógica ou a gente cria o momento por que a escolha é feita sempre em conjunto a gente vai senta com cada área vai faz uma conversar e

um registro. Os professores entregam as suas opções à equipe pedagógica, por ordem de preferência.

02) Quanto tempo foi disponibilizado para esse processo? Quais os documentos que foram utilizados para esse processo?

Pedagoga A – Temos uma pasta, onde são guardados os formulários relativos ao processo de escolha dos anos anteriores além do GLD. O MEC nos envia uma correspondência sobre o processo de escolha. Se o MEC não nos envia nós imprimimos os documentos da internet. Nos processos anteriores havia formulários impressos, hoje é apenas pelo site.

03) O fato dos próprios professores escolherem os livros contribui para que a proposta do PPP (Plano Político Pedagógico) da escola seja contemplada? Esses livros vêm ao encontro das necessidades educacionais dessa escola?

Pedagoga A – Com certeza, eu acho que essa escolha é fundamental. O professor sabe qual a proposta da escola, então ele vai procurar a coleção que venha a atender as nossas necessidades, os nossos objetivos. Esse aspecto é importante e ele acontece. O livro é um material de apoio pedagógico bom, mas ele não é ideal e com certeza serve como uma boa ferramenta de trabalho para o professor.

Pedagoga B – A durabilidade do livro é de 3 anos conforme a resolução 30/2006. Conforme o art. 4º há a descrição sobre a responsabilidade do cuidado com o livro. Como é feito o acompanhamento do uso do Livro didático na escola? O processo de conscientização do cuidado no uso? Os pais ajudam nesse cuidado?

Pedagoga C - Os alunos e pais assinam o termo de compromisso para utilização e cuidado do livro didático. Temos uma lista para controle dos livros didático que os alunos recebem. Cada professor tem uma lista dessa no seu livro de chamada para auxiliar no controle. Os livros recebem um número e um carimbo nosso. Mesmo que seja um livro novo ou velho tem o mesmo controle. Quando damos o livro didático ao aluno ele assina, no momento do recebimento e da entrega, mesmo que a criança seja transferida para outra escola, pois eles perdem muito o livro. Até chegarmos a esse processo para o cuidado com o livro foi um processo demorado, que não se deu da noite para o dia. Temos um espaço reservado para deixar esses livros até o final de ano. Depois os livros velhos são doados, pois não podem ser vendidos.

04) Quais as principais relações entre o Programa Nacional do Livro Didático e o Plano Político Pedagógico da escola?

Pedagoga A – A aprendizagem organizada, enfatizando a elaboração do conhecimento crítico.

É dos Programas do governo bem estruturado. Sempre veio o livro que escolhemos. O livro é bom. Acho que é demais até. A gente vê que o aluno não valoriza. Se os alunos tivessem que comprar o livro muitos não poderiam comprar. Quem não devolver o livro não recebe o livro novo. Cobramos bastante. Esse processo conseguimos resgatar uns 100 livros que estão

praticamente perdidos. Muito importante a colaboração do professor. Os livros sempre chegam antes das aulas. A escolha sempre foi sendo melhorada. Damos muita autonomia do professor nesse processo.

05) Quais são os maiores problemas relacionados ao Programa do Livro Didático nesta escola?

Pedagoga A – É um momento muito importante; os professores aproveitam o momento para análise conjunta.

Pedagoga B – Aqui ele funciona bem. O que está me deixando preocupada, porque o Guia ainda não chegou (16/6). Os professores utilizam o Guia e o livro. Não concordo com a doação. Acho que deveria ter uma contribuição por parte do aluno. É um projeto bom, é necessária uma maior conscientização com relação a esse aspecto.

06) Qual sua opinião sobre o livro didático na atualidade?

Pedagoga A – Um recurso muito rico que o professor tem em mãos, porém não deve ser o único.

Pedagoga B – Vejo o livro como um complemento do trabalho do professor. Ele não deve ser seguido do começo ao fim. Não pode ser um só. O professor vai pontuando o livro e coloca outras opiniões. Não pode ser uma bíblia. Vai tirar o essencial o que vai contribuir para um bom trabalho.

Pedagoga C – Eu acho que ele deixa muitas divisões, como coordenadora eu achei muito interessante aquela palestra sobre a responsabilidade da escola, a reunião foi para os pedagogos e ela comentou assim que uma exigência do plano é como se fosse uma editora que pode permitir repercussão do livro com propaganda de nenhuma empresa de nenhuma marca não pode, mas é aprovado então são falhas que existe no processo, eu vejo assim, que é meio complicado que é uma coisa difícil, mas mesmo assim a escola pública precisa é um mal necessário, por isso que eu vejo assim, por exemplo, a nossa proposta é bastante leitura interpretação de textos porque não é uma obrigatoriedade da língua portuguesa trabalha com leitura e interpretação tem muitas matérias que trabalham muito com questionário e não faz o aluno ter aquela crítica na atualidade não se permite mas isso essa é uma questão que eu vejo que na atualidade não podia estar acontecendo, precisa ter mais coisas da atualidade.

07) Quais os critérios que você acha que os professores levam em conta na hora de escolher o livro didático?

Pedagoga A – A gente percebe que é pelos conteúdos. Comparam o que está no currículo e no livro. Este ano deve estar nas diretrizes. As diretrizes foi na segunda gestão do Requião, era pelos parâmetros. As Diretrizes parecem que estão mais dentro da nossa prática. Porque as diretrizes foram democráticas. Os eixos que deve seguir. Os livros devem ajudar nesse sentido.

Pedagoga B – Eu vejo que o professor analisa muito a questão das atividades, a atividade que esta proposta ali, vai ser realmente clara para o aluno entender o conteúdo na questão do português, por exemplo, as professoras analisam os textos, como que esta sendo, as atividades em seguidas, se esta bem clara as atividades a escrita do livro a gente tem professores muito bons aqui, a gente observa que na grande maioria eles analisam assim as atividades o

conteúdo que está passando se está de acordo com nossa proposta existe uma escolha consciente. Eu vejo que ultimamente os alunos não lêem muito por causa da facilidade e ainda o livro didático dará a ele o que ele não tem em mãos e que o professor o faça trabalhar ir buscar o conhecimento ali.

08) Como é a utilização do Guia do Livro Didático pelo professor?

Pedagoga A – Os professores recebem o Guia para utilizarem na escolha do livro didático.

Pedagoga B – O guia é enviado para as escolas e disponibilizado por internet e fica a disposição dos professores para análise. Embora os Guias sejam disponibilizados via internet às vezes na forma impressa chegam, muito próximo ao momento de registrarmos as escolhas. Quando a escola é pequena chega um Guia apenas, mas o que realmente é levado em conta no momento da escolha são as obras mesmo, pois no Guia as resenhas não demonstram a realidade dos livros.

Pedagoga C – Há professores que levam o Guia para casa quando há em número suficiente para fazermos isso, caso contrário os Guias ficam na escola a disposição dos professores.

09) O guia é enviado para a escola e disponibilizado para análise dos professores?

Pedagoga A – Estamos a menos de uma semana para entregar os pedidos das escolhas e ainda não recebemos o Guia do MEC.

Pedagoga B – Foi um guia para cada escola, analisamos, porém o que pesou realmente foi verificar analisar cada coleção.

Pedagoga C- Não é um Guia para cada professor. Apenas alguns que ficam na escola para consulta dos professores. São poucos exemplares para escola. Também consultamos internet.

10) Como é a atuação do NREPG no processo de escolha do livro didático de língua portuguesa?

Pedagoga A – O NREPG atua na divulgação e estímulo das escolas para que procedam ao processo de escolha do livro didático.

Pedagoga B – Ele envia por e-mail notificações para que a equipe pedagógica esteja atenta a questão dos prazos definidos pelo FNDE, referente ao registro da escolha. Em alguns PNLD, o NREPG ofereceu formação continuada aos professores para auxiliar no processo de escolha do LD. Embora algumas vezes não há nenhuma atuação.

Pedagoga C – Fazendo a divulgação e estimulando os professores a participarem da escolha.

Pedagoga D – Sem participação. Houve uma época que deram apoio através de formação continuada.

ANEXO 3

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO DOS PROFISSIONAIS

ENTREVISTADOS

1- Processo de escolha do livro didático – O que dizem os professores?

a) Formas de realização do processo de escolha do livro didático

Tem acontecido sempre da mesma forma: sem reunião prévia com professores da área, cada professor faz sua avaliação e anota numa ficha que fica exposta em sua sala. As editoras vêm às escolas e deixam alguns catálogos e também convidam os professores para participarem de eventos promovidos por elas. Se o professor quiser ir à reunião ofertada pelas editoras, irá fora de seu horário de aula. Na reunião recebemos de presente algumas coleções de livros didáticos. Na escola, não é disponibilizado um tempo específico para análise dos livros didáticos. Realizamos isso durante a hora atividade. Esse ano tivemos em torno de um mês para escolher o livro. No entanto, acredito que este processo vem sendo mudado para melhor, já que temos tido mais tempo para a escolha e o material tem sido disponibilizado nas escolas, tanto na internet, quanto pelas editoras para ser visto e analisado pelos professores. Há livros de ótima qualidade, que tem sido enviados pelas editoras para as escolas. Há quatro anos atrás fizemos a escolha do livro didático de língua portuguesa e não nos foi disponibilizado tempo algum para análise e escolha dos livros, em nenhuma das escolas em que leciono. Nós, professores de LP analisamos individualmente os livros e demos nossas sugestões, inclusive não gostei da escolha, pois não foi uma de minhas sugestões e a professora, ou melhor, uma das professoras que optou pela coleção, atua em séries diferentes da minha. No último processo de escolha, que ocorreu no mês de julho, foi disponibilizado um tempo. Primeiramente, os professores da disciplina de língua portuguesa reuniram-se para decidir qual livro escolher. Levamos em torno de 30 minutos, depois das palestras, para fazer a escolha. Os documentos usados foram: coleções de livros didáticos de língua portuguesa e o Guia.

b) Fatores que contribuem para o processo de escolha

O processo de escolha do livro didático feita pelo professor auxilia bastante, pois ele não é imposto e temos várias possibilidades de escolha, embora o ensino não dependa única e exclusivamente da escolha de bons livros, mas também do bom uso que os professores fazem deles. Embora os próprios professores escolham os livros didáticos, nem sempre são esses livros que nos chegam. Podemos dizer que a qualidade do ensino melhorou, mas não foi devido ao livro didático.

c) utilização do GLD

Com certeza, é melhor analisar o próprio livro, pois pode ocorrer incoerência entre o que diz o guia e o que traz o livro didático. O manuseio do próprio livro permite verificar a qualidade do material do qual ele é feito. Folheá-lo possibilita verificar se ele condiz ou não com as propostas pedagógicas estabelecidas na escola. A resenha do Guia apresenta apenas fragmentos dos livros. Não mostra amplamente a complexidade da coleção, apresenta a obra superficialmente, a aparência. Por isso, acredito que sempre é melhor ter o objeto livro para fazer uma análise mais aprofundada e uma escolha mais acertada. Este ano, para a escolha

do livro didático não tivemos, na nossa escola, acesso ao Guia. Mas, como tivemos acesso a outros materiais, isso foi suficiente para a escolha. Prefiro analisar o próprio livro. É mais rico!

d) critérios para escolha do livro didático

Análise criteriosa, não apenas aparente do livro didático verificando a qualidade dos conteúdos, seleção de textos, de preferência curtos, pois temos um tempo reduzido de aulas, linguagem, ilustrações, tomando cuidado também na poluição visual, a distribuição adequada dos conteúdos e propostas de trabalho em toda obra, a clientela, se estão de acordo com as DCEs e os Parâmetros Curriculares.

e) Dificuldades encontradas no processo de escolha do livro didático

Devido a grande rotatividade de professores nas escolas o processo de escolha do livro didático fica prejudicado, pois, quando há muita mudança desses professores e não há comprometimento. Acredito que há muitos autores bons, mas infelizmente as grandes editoras tem o monopólio com relação ao livro didático. Percebe-se que os autores desconhecem a realidade das escolas as quais os professores trabalham, para que possam elaborar os livros de acordo com as características locais, embora na verdade seja difícil, pois cada região e até mesmo cada escola, possuem características próprias e elaborar livros que contemplem todas essas diversidades torna-se impossível. Acredito que o livro didático é um recurso essencial ao professor, principalmente pela questão da precariedade dos recursos que a escola pública possui. Exemplo disso é a disciplina de língua inglesa em que os professores somente tem disponível o quadro. Gostaria que o livro didático fosse mais simplificado, pois as editoras colocam conteúdos em excesso nele, não usamos boa parte porque não há tempo suficiente para trabalhá-lo, inclusive, precisamos deixar de lado muitos assuntos, aproveitando somente aquilo que necessário e essencial às aulas. Outro aspecto é que processo de escolha do livro didático deveria acontecer de 2 em 2 anos, pois da forma como está sendo realizado o PNLD, os livros no terceiro ano de uso encontram-se deterioradas. A dificuldade refere-se ao número insuficiente de livros didático para todos os alunos. A distribuição de livros é feita baseada na contagem de alunos do censo escolar do ano anterior e geralmente o número de alunos é maior no ano seguinte, pois aumentam as turmas. A contagem de alunos feitas para o envio de livros é de acordo com o número de alunos da última escolha, isto é, 3 anos atrás. Com relação aos livros didáticos escolhidos, nem sempre quem os escolhe é quem realmente os utiliza. Há também os interesses políticos e econômicos por detrás da política do livro didático. Outra problemática refere-se a escolha, pois como cada escola realiza um processo de escolha de livro, quando os alunos transitam de escolas na região, isso gera dificuldade com relação ao processo de ensino aprendizagem que vinha sendo feito na escola anterior, pois cada livro tem uma dinâmica de trabalho diferenciada. Às vezes acontece de nos enviarem a 2ª opção escolhida pela escola, consideramos isso um inconveniente o que não nos agrada. Acho que seria melhor a escolha ser feita por toda a rede, ou seja, pelo Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa, pois desta forma esse tipo de problema seria evitado e ajudaria muito no processo de ensino aprendizagem. Nem todos os alunos chegam na 5ª série alfabetizados e por isso não sabem utilizar o livro.

2– Usos do livro didático - O que dizem os professores?

a) Conceitos acerca do livro didático

Há livros para todos os gostos e a escolha depende das necessidades de cada escola. Nós, os escolhemos dentro dessa perspectiva. Geralmente, o livro didático é elaborado cuidando desses detalhes das escolas. Mas, é difícil encontrar um livro didático que satisfaça todas as expectativas do professor e do aluno. Há coleções que não apresentam textos muito interessantes, o livro é pesado (em duplo sentido), pois poderia ser mais objetivo, conciso, menos complexo. Não há um livro didático completo, que venha ao encontro de todas as expectativas dos professores. Às vezes eles não estão de acordo com tais expectativas, desta forma, os professores precisam estar atentos a isso, Cabe, portanto, a cada professor a necessidade de avaliar o livro considerando as propostas de atividades como textos, exercícios de interpretação. Há também ótimos livros que servem como material de apoio, que podem servir como recurso didático para o professor enriquecer seu trabalho, porém, não pode ser o único instrumento de trabalho dele, nem seguidos a risca, buscamos também outras fontes. Como estamos em um momento de transição do ensino tradicional para uma nova proposta, percebemos que os livros estão nessa fase, portanto é importante que o professor, além da utilização livro, use outros instrumentais de trabalho para estimular os alunos ao estudo. O livro didático é complexo, algumas vezes apresentam enunciados longos, textos chatos, com falhas ao não apresentar todas as tipologias textuais e os paradigmas verbais. O trabalho com verbos às vezes é bastante vago na apresentação da sua estrutura, conjugações, flexões, entre outros. Há textos em excesso e repetitivos. Acredito que a coleção de livros didáticos escolhida por nós corresponde ao fator de qualidade. Serve como um apoio para o professor elaborar suas aulas, fixar conteúdos e como um suporte para os alunos estudarem, fazerem as tarefas e lerem. O professor deixa de usar alguns textos ou atividades que fogem da sua proposta de trabalho e os alunos deixam os textos que não são do seu interesse, nem todos são. Alguns alunos gostam do livro, outros não. O aluno não gosta muito do livro devido ao peso, ao compromisso de carregá-lo e trazê-lo para aula. Por outro lado, quando o livro didático apresenta imagens chama mais atenção dos alunos, então eles gostam e sentem-se mais motivados. Apesar de algumas dificuldades, para a compreensão de atividades propostas pelo livro didático eles mostram-se participantes e interessados. Concordamos com a idéia de que livros deveriam ser mais concisos e melhor aproveitados. Alguns alunos não trazem o livro didático. Para evitar esse tipo de problemas. Os professores tiveram a iniciativa de eleger em cada turma um responsável para verificar se os demais alunos trouxeram o livro. Os textos deste livro devem ser capazes de ajudar o aluno a refletir e questionar sobre suas próprias opiniões. As atividades devem facilitar não apenas a fixação como a reflexão do conteúdo apresentado. Deve conter uma diversidade textual com atividades de gramática conceitual e aplicada de forma objetiva, com propostas de produção de textos, com riqueza de detalhe na apresentação das imagens, coloridas. Que esses textos sejam ao mesmo tempo simples e objetivos. É importante que esses livros tragam um roteiro de atividades com fichas de auto-avaliação. O livro deve estar bem organizado. Estar de acordo com a LDB, relacionar-se com outras disciplinas do currículo, estabelecer relação com temáticas atuais, ter uma metodologia atualizada e variada. O livro deve apresentar uma ação pedagógica contemporânea de ensino aprendizagem de linguagem, que leve o aluno a observar, perceber e descobrir o mundo, refletir sobre si próprio e interagir com seu semelhante por meio de uso funcional da linguagem. O livro também deve ter textos curtos, pois isso facilita o trabalho do professor em sala de aula. Certamente um livro didático bom pode ajudar o aluno no processo de aprendizagem. Acredito que a forma como vem sendo feita a escolha está atendendo às necessidades das escolas. Obviamente, o livro didático nos dá um suporte enorme em nossas aulas. Penso, já que se investe tanto, o livro

deve ser usado, ainda que não gostemos de tudo. Uma boa escolha do livro começa por aquele que estiver mais adequado ao PPP, às necessidades dos alunos que nós professores de sala de aula e, somente nós, temos condições de sabermos quais são. Enfim, uma boa escolha do livro didático exige analisar o todo e não olhar somente a capa.

b) Modos de uso do livro didático

Se não houvesse utilizaríamos outros recursos como jornais, outros livros como os paradidáticos, revistas, TV pen drive, pesquisas pessoais na internet, multimídia, textos xerografados que trabalhem com conceitos gramaticais em sintonia com as Diretrizes, o planejamento anual e diário da disciplina. Já trabalhei sem o livro didático, apenas com folhas avulsas, quadro e giz. No entanto, torna-se mais difícil. O livro didático é um apoio ao professor, mas ainda temos o giz e o quadro. Nós nunca trabalhamos exclusivamente com o livro didático. O professor deve preparar sua aula, além do livro didático. Quando não recebemos o livro por nós escolhido, procuramos trabalhar dentro do que oferece o livro que temos em mãos, fazendo adaptações. Quando faltam livros, trabalhamos em grupos ou emprestamos livros de outras turmas ou que são do PNL anterior. Buscamos nos adaptar aos livros enviados. Em algumas escolas que trabalho faltam livros, desta forma, emprestamos livros de outras turmas ou tiramos fotocópias para aqueles alunos que não o possuem. Também fazemos um paralelo entre o livro escolhido e o livro recebido.

c) Práticas de leitura no livro didático

Os livros podem ser de grande valia para a leitura, se bem escolhidos e analisados. A partir da leitura de bons textos pode surgir o interesse pela leitura de bons livros. Alguns alunos não vêem o livro didático como material de leitura, mas como material para execução de atividades. Nesse caso, o livro não contribui para leitura uma vez que para o incentivo da leitura, devemos utilizar outros tipos de livros, outros textos com leituras mais prazerosas. Muitos dos textos que o livro didático traz vêm fragmentados e descontextualizados. Isso, muitas vezes até prejudica a leitura. Às vezes não trazem uma variedade de textos, que possa incentivar o aluno para a leitura e sua importância. O interesse pela leitura só ocorre quando há leitura de bons textos, não muito longos e que favoreça ao aluno viajar naquela leitura. A diversidade de textos é muito importante, mas os livros atuais pecam nesse aspecto, onde a quantidade de textos sobrepõe a qualidade. Embora, às vezes, o livro contribui para leitura porque se constitui no único material que temos para trabalhar com os alunos. Pessoalmente, eu não gosto de textos curtos, prefiro os longos. A fixação de textos longos ficam em nossa memória. É claro que qualquer tipo de leitura é válida, porque contribui para desenvolver o gosto e prática de leitura. Os livros são um auxílio, apoio. Mas, é importante trazer outros textos. Os livros às vezes não trazem uma variedade de textos, para chamar atenção dos alunos para a importância da leitura. É necessário selecionar os textos adequados para isso. Trago outras coisas do cotidiano. A seqüência do livro em alguns momentos não contribui para o aprendizado, nós precisamos dosar isso.

d) Recepção do livro didático pelos alunos

A linguagem do livro didático é inacessível ao aluno, especialmente pela realidade da série ou ano em que eles se encontram. Falta material para toda a turma. Os alunos não trazem consigo o livro didático. Acho que o livro deveria ficar na escola, pois o aluno leva o livro para casa e não cuida. Em outra escola que trabalho, deixamos 15 livros na escola, como

reserva para eventuais problemas, como no caso do aluno não trazer o livro. Acredito que se adotássemos esse procedimento em todas as escolas não aconteceria tantos problemas com relação ao livro didático e sua utilização. As dificuldades podem ser sanadas a partir de algumas adaptações que podem ser feitas de acordo com cada turma. Os textos longos, o excesso de textos e as propostas de dinâmicas que constam no livro didático estão fora da realidade dos alunos de nossa escola, descontextualizadas. Isso torna o livro didático prolixo e cansativo. Outro problema refere-se ao fato da escola não receber a 1ª opção por ela escolhida. Dessa forma, muitas vezes não faço questão de enriquecer mais as minhas aulas, porque prefiro contemplar as atividades propostas pelo livro. Não vejo nenhuma dificuldade, nem no uso, nem na escolha, só acho que deveríamos ter mais tempo para que escolhamos com mais calma. O livro didático como já foi dito nunca vai agradar a todos, sempre vai faltar algo ou conteúdos em demasia. A utilização é boa pelo fato de muitas vezes, não termos outras opções de uso de material didático. No começo eles ficam entusiasmados, depois acabam deixando o livro em casa, semanalmente é uma briga. A maior queixa dos alunos, com relação ao livro didático é referente ao peso que cada livro tem ao ser carregado na mala. Às vezes, os alunos carregam cinco livros, cadernos, conforme o dia. Concordo com isso, pois realmente são volumosos e pesados. As queixas vão, desde a “grossura”, não gostam de trazê-lo, porque pesa, faz volume na mochila e porque precisam fazer as tarefas que são enviadas para casa. Outra queixa é a de que não realizamos todas as atividades propostas pelo livro didático nem o usamos na íntegra. Os próprios alunos observam isso e nos questionam acerca da não utilização do livro todo.

2– Processo de escolha e uso do livro didático - O que dizem as Pedagogas?

a) Organização da escola para o processo de escolha do livro didático

Sempre foi uma escolha livre. Esse ano ainda não sabemos, pois ainda não recebemos os guias do livro didático. O processo de escolha anterior não poderia ser escolhido duas obras da mesma editora. O Núcleo Regional de Educação nos dá algumas diretrizes, o último processo, quando havia a menção de estrelas nos livros didático a sugerido era para que escolhêssemos os melhores. Os professores já sabem como é o processo porque alguns já receberam em casa as coleções de algumas editoras. Algumas dessas editoras nos convidaram para palestras como exemplo a editora Positivo. Os professores da mesma disciplina que fazem a escolha nos momentos de hora atividade, nós somente coordenamos o processo na escola. Para decisão final sobre qual livro os professores irão escolher vamos nos reunir por área, antes do dia 4/7, pois a escolha deve ser bem feita. A quantidade de livros a ser enviada é baseada no censo escolar. Às vezes ocorre uma pequena diferença no número dos livros enviados. Quando há essa divergência, ou quando os alunos perdem o livro, fazemos remanejamento na própria escola, não utilizamos o site, porque é mais fácil o contato com outras escolas via telefone para resolvermos isso. Os alunos reclamam do peso do livro, pois às vezes eles precisam trazer consigo cinco livros. Ano que vem ainda teremos mais um livro na disciplina de língua inglesa. Conforme minha experiência como vem ocorrendo o processo de escolha não é o ideal. Uma das razões é porque o quadro de professores não trabalha somente conosco. Não possuem muitos anos conosco na escola. Outro aspecto é que muitos desses professores pegam licença e assim outros acabam entrando, esse processo que ocorre na escola pública eu considero ruim, pois não temos uma continuidade no trabalho. O processo de escolha do livro deve funcionar com muita responsabilidade. Na realidade a editora não pode vir trazer este material para divulgação.

Acho isso interessante que tivéssemos um momento com todas as editoras no mercado e até com os autores. As editoras até oportunizam essas palestras, mas muitas vezes os horários em que elas ocorrem não propiciam a participação dos professores devido ao trabalho. É por área o processo de escolha, a gente procura reunir os professores. Recebemos vídeos pra análise. A editora solicita que os professores façam cadastros como seus dados como endereço, pois como elas não podem vir a escola, desta forma enviam materiais aos professores. Às vezes também deixam o material aqui na escola. Assim os professores vão analisando o material e a gente tá sempre pedindo que na hora atividade assim que é possível eles se reúnam, mas perto da escolha ou numa reunião pedagógica. A escolha é feita sempre em conjunto a gente vai senta com cada área faz mais uma conversar e um registro. Os professores entregam as suas opções à equipe pedagógica, por ordem de preferência. Eu acho que essa escolha é fundamental. O professor sabe qual a proposta da escola, então ele vai procurar a coleção que venha a atender as nossas necessidades, os nossos objetivos. Esse aspecto é importante e ele acontece. O livro é um material de apoio pedagógico bom, mas ele não é ideal e com certeza serve como uma boa ferramenta de trabalho para o professor. É um momento muito importante os professores aproveitam o momento para análise conjunta. Aqui ele funciona bem. O que está me deixando preocupada no momento é que o Guia ainda não chegou (16/6/2010). Os professores utilizam o Guia e o livro. Não concordo com a doação do livro para o aluno. Acho que deveria ter uma contribuição por parte dele. É um projeto bom, mas é necessária uma maior conscientização com relação a esse aspecto do uso.

b)Atuação do NREPG no processo de escolha

O NREPG atua na divulgação e estímulo das escolas para que procedam ao processo de escolha do livro didático. Ele envia por e-mail notificações para que a equipe pedagógica esteja atenta à questão dos prazos definidos pelo FNDE, referente ao registro da escolha. Em alguns PNL, o NREPG ofereceu formação continuada aos professores para auxiliar no processo de escolha. Embora algumas vezes não há nenhuma atuação. É dos Programas do governo bem estruturado. Sempre veio o livro que escolhemos.

c)Critérios para escolha do livro didático

A gente percebe se um livro é bom pelos conteúdos. Os professores comparam o que está no currículo e no livro didático. Este ano o livro didático deve estar de acordo com as diretrizes. As diretrizes foram implantadas na segunda gestão do governador Requião, o que representou um processo mais democrático, antes tínhamos os Parâmetros Curriculares. Parece que as Diretrizes já não estão mais dentro da nossa prática. Esses são os eixos que devem seguir. Os livros didáticos devem ajudar nesse sentido. Eu vejo que os professores analisam muito a questão das atividades, se elas estão claras especialmente para o aluno. Também analisam os textos e se estão de acordo com as propostas da escola, pois temos muitos bons professores aqui. E a escolha do livro didático é bem consciente. Eu vejo que ultimamente os alunos não lêem muito. O livro didático oferece ao aluno aquilo que muitas vezes não temos em mãos. O tempo disponibilizado para escolha não é o ideal. A gente procura na hora atividade organizar com os professores o processo de escolha, contando com o apoio da editora que trazem os livros para análise. Com relação aos registros temos uma pasta, onde são guardados os formulários relativo ao processo de escolha dos anos anteriores além do GLD. O MEC nos envia uma correspondência sobre o processo de escolha. Se o MEC não nos envia nós imprimimos os documentos da internet. Nos processos anteriores havia formulários impressos hoje é apenas pelo site.

d) Utilização do GLD

Os professores recebem o Guia para utilizarem na escolha do livro didático. Ele é enviado para as escolas e disponibilizado por internet. Embora os Guias estejam online às vezes na forma impressa chegam muito próximo ao momento de registrarmos as escolhas, no entanto estamos a menos de uma semana para entregar os pedidos das escolhas e ainda não recebemos o Guia do MEC. Quando a escola é pequena chega um Guia apenas, mas o que realmente é levado em conta no momento da escolha são as análises das obras mesmo, pois no Guia as resenhas não demonstram a realidade dos livros. Há professores que levam o Guia para casa quando há em número suficiente para fazermos isso, caso contrário permanecem na escola a disposição dos professores.

e) Conceitos acerca do livro didático

Um recurso muito rico que o professor tem em mãos, porém não deve ser o único. Ele é um complemento do trabalho do professor. Não deve ser seguido do começo ao fim. Não pode ser uma bíblia. O professor deve tirar o essencial, apenas aquilo que vai contribuir para um bom trabalho. É um mal necessário, por isso que eu vejo que é importante a nossa proposta de bastante leitura e interpretação de texto, o que não é uma obrigatoriedade somente da disciplina de língua portuguesa, pois tem muitas disciplinas em que os professores somente trabalham com questionário e isso não possibilita ao aluno uma visão crítica na atualidade. Como coordenadora eu achei muito interessante uma palestra que houve sobre a responsabilidade da escola sobre a questão do livro didático.

f) Processo de conscientização do bom uso do livro didático

Os alunos e pais assinam o termo de compromisso para utilização e cuidado do livro didático. Temos uma lista para controle dos livros didáticos que os alunos recebem. Cada professor tem uma lista dessa no seu livro de chamada para auxiliar no controle. Os livros recebem um número e um carimbo nosso. Mesmo que seja um livro novo ou velho tem o mesmo controle. Quando damos o livro didático ao aluno ele assina, no momento do recebimento e da entrega, mesmo que a criança seja transferida para outra escola, pois eles perdem muito o livro. Até chegarmos a esse processo para o cuidado com o livro foi um processo demorado, que não se deu da noite para o dia. Temos um espaço reservado para deixar esses livros até o final de ano. Depois os livros velhos são doados, pois não podem ser vendidos. A gente vê que o aluno não valoriza o livro. Se os alunos tivessem que comprar o livro muitos não poderiam. Quem não devolver o livro velho não recebe o novo. Cobramos bastante. Nesse processo conseguimos resgatar uns 100 livros que estavam praticamente perdidos. Muito importante a colaboração do professor. Os livros sempre chegam antes das aulas. A escolha sempre foi sendo melhorada. Damos muita autonomia do professor nesse processo.

ANEXO 4

Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de Dezembro de 1938

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático.

DECRETA:

CAPÍTULO I DA ELABORAÇÃO E UTILIZAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO

Art. 1º É livre, no país, a produção ou a importação de livros didáticos.

Art. 2º Para os efeitos da presente lei, são considerados livros didáticos os compêndios e os livros de leitura de classe.

§ 1º Compêndios são os livros que exponham, total ou parcialmente, a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares.

§ 2º Livros de leitura de classe são os livros usados para leitura dos alunos em aula.

Art. 3º A partir de 1 de janeiro de 1940, os livros didáticos que não tiverem tido autorização prévia, concedida pelo Ministério da Educação, nos termos desta lei, não poderão ser adotados no ensino das escolas preprimárias, primárias, normais, profissionais e secundárias, em toda a República.

Parágrafo único. Os livros didáticos próprios do ensino superior independem da autorização de que trata este artigo, nem estão sujeitos às demais determinações da presente lei, mas é dever dos professores orientar os alunos, afim de que escolham as boas obras, e não se utilizem das que lhes possam ser perniciosas à formação da cultura.

Art. 4º Os livros didáticos editados pelos poderes públicos não estarão isentos da prévia autorização do Ministério da Educação, para que sejam adotados no ensino preprimário, primário, normal, profissional e secundário.

Art. 5º Os poderes públicos não poderão determinar a obrigatoriedade de adoção de um só livro ou de certos e determinados livros para cada grau ou ramo de ensino, nem estabelecer preferências entre os livros didáticos de uso autorizado, sendo livre aos diretores, nas escolas preprimárias e primárias, e aos professores, nas escolas normais, profissionais e secundárias, a escolha de livros para uso dos alunos, uma vez que constem da relação oficial das obras de uso autorizado, e respeitada a restrição formulada no artigo 25 desta lei.

Parágrafo único. A direção das escolas normais, profissionais e secundárias, sejam públicas ou particulares, não poderão, relativamente ao ensino desses estabelecimentos, praticar os atos vedados no presente artigo.

Art. 6º É livre ao professor a escolha do processo de utilização dos livros adotados, uma vez que seja observada a orientação didática dos programas escolares.

Parágrafo único. Fica vedado o ditado de lições constantes dos compêndios ou o ditado de notas relativas a pontos dos programas escolares.

Art. 7º Um mesmo livro poderá ser adotado, em classe, durante anos sucessivos. Mas o livro adotado no início de um ano escolar não poderá ser mudado no seu decurso.

Art. 8º Constitue uma das principais funções das caixas escolares, a serem organizadas em todas as escolas primárias do país, com observância do disposto no art. 130 da Constituição, dar às crianças necessitadas, nessas escolas matriculadas, os livros didáticos indispensáveis ao seu estudo.

CAPÍTULO II DA COMISSÃO NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO

Art. 9º Fica instituída, em caráter permanente, a Comissão Nacional do Livro Didático.

§ 1º A Comissão Nacional do Livro Didático se comporá de sete membros, que exercerão a função por designação do Presidente da República, e serão escolhidos dentre pessoas de notório preparo pedagógico e reconhecido valor moral, das quais duas especializadas em metodologia das línguas, três especializadas em metodologia das ciências e duas especializadas em metodologia das técnicas.

§ 2º Os membros da Comissão Nacional do Livro Didático não poderão ter nenhuma ligação de caráter comercial com qualquer casa editora do país ou do estrangeiro.

§ 3º Os membros da Comissão Nacional do Livro Didático perceberão, por sessão a que comparecerem, a diária de cem mil réis, limitado, porém, a um conto de réis, o máximo dessa vantagem em cada mês.

Art. 10. Compete à Comissão Nacional do Livro Didático:

- a) examinar os livros didáticos que lhe forem apresentados, e proferir julgamento favorável ou contrário à autorização de seu uso;
- b) estimular a produção e orientar a importação de livros didáticos;
- c) indicar os livros didáticos estrangeiros de notável valor, que mereçam ser traduzidos e editados pelos poderes públicos, bem como sugerir-lhes a abertura de concurso para a produção de determinadas espécies de livros didáticos de sensível necessidade e ainda não existentes no país;
- d) promover, periodicamente, a organização de exposições nacionais dos livros didáticos cujo uso tenha sido autorizado na forma desta lei.

Art. 11. O expediente administrativo da Comissão Nacional do Livro Didático ficará a cargo de uma secretaria, que será dirigida por um secretário, designado pelo Ministro da Educação, dentre os funcionários efetivos de seu Ministério.

Parágrafo único. Todo o demais pessoal, efetivo ou extranumerário, da Secretaria da Comissão Nacional do Livro Didático será constituído na forma da lei.

CAPÍTULO III DO PROCESSO DE AUTORIZAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO

Art. 12. A autorização para uso do livro didático será requerida pelo interessado, autor ou editor, importador ou vendedor, em petição dirigida ao Ministro da Educação, à qual se juntarão três exemplares da obra, impressos ou dactilografados, acompanhados, nesta última hipótese, de uma via dos desenhos, mapas ou esquemas, que da mesma forem parte integrante.

Parágrafo único. É vedado aos membros da Comissão Nacional do Livro Didático requerer autorização para uso de obras de sua autoria.

Art. 13. As petições de autorização serão encaminhadas à Comissão Nacional do Livro Didático, que tomará conhecimento das obras a examinar, segundo a ordem cronológica de sua entrada no Ministério da Educação.

§ 1º Com relação a cada obra, a Comissão Nacional do Livro Didático proferirá julgamento, mencionando os motivos precisos da decisão e concluindo pela outorga ou recusa da autorização de seu uso.

§ 2º A Comissão Nacional do Livro Didático poderá, na sua decisão, indicar modificações a serem feitas no texto da obra examinada, para que se torne possível a autorização de seu uso. Nesta hipótese, deverá a obra, depois de modificada, ser novamente submetida ao exame da Comissão Nacional do Livro Didático, para decisão final.

§ 3º Do julgamento não unânime da Comissão Nacional do Livro Didático, caberá recurso para o Ministro da Educação, que dele decidirá, ouvido o Conselho Nacional de Educação.

§ 4º Resolvida a matéria por qualquer das formas dos parágrafos interiores, será a solução publicada, e comunicada ao interessado. A publicação e a comunicação de que a obra teve o uso autorizado farão menção do número do registro de que trata o art. 17 desta lei.

Art. 14. Quando a Comissão Nacional do Livro Didático autorizar o uso de um livro, à vista de originais dactilografados, deverá formular ao autor ou ao editor recomendações quanto à sua impressão.

Parágrafo único. Depois de impresso, deverá o livro ser submetido novamente ao exame da Comissão Nacional do Livro Didático, para as necessárias verificações.

Art. 15. Sempre que a Comissão Nacional do Livro Didático julgar conveniente, poderá solicitar o parecer de especialistas a ela estranhos, para maior elucidação da matéria sujeita ao seu exame.

Art. 16. As reedições de livros didáticos. Cujo uso tenha sido autorizado, poderão ser feitas, caso não incluam importantes adições ou alterações, independentemente de nova petição, mas deverão ser comunicadas à Comissão Nacional do Livro Didático; caso sejam nelas incluídas tais adições ou alterações, a petição de nova autorização deverá ser feita, na forma desta lei.

Art. 17. De cada livro, cujo uso for autorizado, fará a Comissão Nacional do Livro Didático, registro especial, devidamente numerado, de que constem todas as indicações a ele relativas. Inclusive um sumário de sua matéria.

Art. 18. O Ministério da Educação fará publicar, no “Diário Oficial”, em janeiro de cada ano, a relação completa dos livros didáticos de uso autorizado, agrupados segundo os graus e ramos do ensino, e apresentados, em cada grupo, pela ordem alfabética dos autores.

Parágrafo único. A menção de cada livro será acompanhada de todas as indicações a que se refere o art. 17 desta lei.

Art. 19. Os livros didáticos, cujo uso tenha sido autorizado na forma desta lei, deverão conter na capa, impresso diretamente ou por meio de etiqueta, os seguintes dizeres: Livro de uso autorizado pelo Ministério da Educação. Em seguida, entre parêntesis, declarar-se-á ainda o número do registro feito pela Comissão Nacional do Livro Didático, pela maneira seguinte: (Registro n....).

CAPÍTULO IV DAS CAUSAS QUE IMPEDEM A AUTORIZAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO

Art. 20. Não poderá ser autorizado o uso do livro didático:

- a) que atente, de qualquer forma, contra a unidade, a independência ou a honra nacional;
- b) que contenha, de modo explícito ou implícito, pregação ideológica ou indicação da violência contra o regime político adotado pela Nação;
- c) que envolva qualquer ofensa ao Chefe da Nação, ou às autoridades constituídas, ao Exército, à Marinha, ou às demais instituições nacionais;
- d) que despreze ou escureça as tradições nacionais, ou tente deslustrar as figuras dos que se bateram ou se sacrificaram pela pátria;
- e) que encerre qualquer afirmação ou sugestão, que induza o pessimismo quanto ao poder e ao destino da raça brasileira;
- f) que inspire o sentimento da superioridade ou inferioridade do homem de uma região do país com relação ao das demais regiões;
- g) que incite ódio contra as raças e as nações estrangeiras;
- h) que desperte ou alimente a oposição e a luta entre as classes sociais;

- i) que procure negar ou destruir o sentimento religioso ou envolva combate a qualquer confissão religiosa;
- j) que atente contra a família, ou pregue ou insinue contra a indissolubilidade dos vínculos conjugais;
- k) que inspire o desamor à virtude, induza o sentimento da inutilidade ou desnecessidade do esforço individual, ou combata as legítimas prerrogativas da personalidade humana.

Art. 21. Será ainda negada autorização de uso ao livro didático;

- a) que esteja escrito em linguagem defeituosa, quer pela incorreção gramatical quer pelo inconveniente ou abusivo emprego de termo ou expressões regionais ou da gíria, quer pela obscuridade do estilo;
- b) que apresente o assunto com erros de natureza científica ou técnica;
- c) que esteja redigido de maneira inadequada, pela violação dos preceitos fundamentais da pedagogia ou pela inobservância das normas didáticas oficialmente adotadas, ou que esteja impresso em desacordo com os preceitos essenciais da higiene da visão;
- d) que não traga por extenso o nome do autor ou dos autores;
- e) que não contenha a declaração do preço de venda, o qual não poderá ser excessivo em face do seu custo.

Art. 22. Não se concederá autorização, para uso no ensino primário, de livros didáticos que não estejam escritos na língua nacional.

Art. 23. Não será autorizado o uso do livro didático que, escrito em língua nacional, não adote a ortografia estabelecida pela lei.

Art. 24. Não poderá ser negada autorização para uso de qualquer livro didático, por motivo de sua orientação religiosa.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 25. A partir de 1 de janeiro de 1940, será vedada a adoção de livros didáticos de autoria do professor, na sua classe, do diretor, na sua escola, e de qualquer outra autoridade escolar de caráter técnico ou administrativo, na circunscrição sobre que se exercer a sua jurisdição, salvo se esse livro for editado pelos poderes públicos.

Art. 26. Fica proibida a prática de atos da propaganda favorável ou contrária a determinado livro didático, dentro das escolas.

Parágrafo único. A proibição deste artigo não impede que autores, editores e livreiros, ou representantes seus, remetam exemplares de obras de uso autorizado, bem como circulares, prospectos ou folhetos explicativos sobre as mesmas, aos professores, ou aos diretores das escolas.

Art. 27. É vedado a professores ou a quaisquer outras autoridades escolares de caráter técnico ou administrativo tornarem-se agentes ou representantes de autores, editores ou livreiros, para venda ou propaganda de livros didáticos, ainda que tais atos se pratiquem fora das repartições ou estabelecimentos em que trabalhem.

Art. 28. Uma vez autorizado o uso de um livro didático, o preço de sua venda não poderá ser alterado, sem prévia licença da Comissão Nacional do Livro Didático.

Art. 29. Serão impostas as seguintes penalidades:

a) ao autor ou editor que, violando a disposição da segunda parte do art. 16 desta lei, fizer constar do livro didático, a declaração de uso autorizado e a todo aquele que incluir essa declaração em livro cujo uso não tenha sido autorizado, ou violar o disposto nos arts. 26 e 28 desta lei, a multa de um conto de réis a cinco contos de réis;

b) aos infratores da proibição constante do parágrafo único do art. 5º, ou dos arts. 25 e 27 desta lei, e ainda aos diretores das escolas preprimárias ou primárias e aos professores das escolas normais, profissionais ou secundárias, que, a partir de 1 de janeiro de 1940, admitirem no ensino de sua responsabilidade, livros didáticos de uso não autorizado, a multa de cem mil réis a dois contos de réis. Se não forem empregados públicos, ou, se o forem, a suspensão por quinze a sessenta dias.

§ 1º Nas reincidências, serão os infratores punidos com o dobro da multa, nos casos da alínea a deste artigo.

§ 2º A reincidência, nos casos da alínea b deste artigo, acarretará aos responsáveis a exoneração do cargo ou função que ocuparem.

Art. 30. As penalidades de que trata o artigo anterior serão aplicadas, com relação aos particulares e aos empregados públicos federais, pelas autoridades federais, e, com relação aos empregados públicos estaduais e municipais, respectivamente pelas autoridades estaduais e municipais.

Art. 31. As autoridades federais, estaduais e municipais, prestarão umas as outras o necessário auxílio para a perfeita vigilância do cumprimento desta lei.

Art. 32. Da imposição de uma penalidade por qualquer autoridade federal, estadual ou municipal, caberá recurso, uma vez, para a autoridade imediatamente superior, se a houver, dentro do prazo de vinte dias contados da data da respectiva comunicação à parte interessada.

Art. 33. Será proibido o funcionamento do estabelecimento particular de ensino que não determinar o afastamento dos responsáveis pela reincidência nos casos da alínea b do art. 29 desta lei.

Art. 34. Será apreendida a edição dos livros didáticos, que contiverem a declaração de uso autorizado pelo Ministério da Educação, sem que essa autorização tenha sido concedida.

Art. 35. Verificando que, apesar de não ter o uso autorizado, circula no país livro didático, que, por incidir numa ou mais das hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 desta lei, seja manifestamente pernicioso à formação espiritual da infância ou da juventude, a Comissão Nacional do Livro Didático, em exposição circunstanciada, o denunciará ao Ministro da Educação, o qual, aceitos os fundamentos da denúncia providenciará a apreensão da respectiva edição.

Art. 36. Aos livros didáticos escritos na língua nacional, editados até a data da publicação da presente lei, não será negada a autorização de uso, pelo fato de não adotarem a ortografia oficial.

Parágrafo único. Todavia, a partir de 1 de janeiro de 1941, não poderão ser usadas, nos estabelecimentos de ensino de todo o país, livros didáticos escritos na língua nacional, que não adotarem a ortografia oficial, sob pena de apreensão, a ser mandada fazer pelo ministro da Educação.

Art. 37. Os exemplares de livros didáticos, impressos ou datilografados, e os desenhos, mapas ou esquemas, de que trata o art. 12 desta lei. Não são sujeitos ao selo previsto no n. 60, da tabela B, que acompanha o regulamento aprovado pelo Decreto n. 1.137, de 7 de outubro de 1936.

Art. 38. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão, em 1939, por conta dos recursos constantes da sub-consignação 26, da verba 3, do orçamento do Ministério da Educação já decretado para aquele exercício.

Art. 39. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação no “Diário Oficial”, e será divulgada pelos órgãos oficiais dos governos dos Estados e do Território do Acre.

Art. 40. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETÚLIO VARGAS

Gustavo Capanema

ANEXO 5**DECRETO – LEI N.º 91.542, DE 19 DE AGOSTO DE 1985**

(Publicado no Diário Oficial de 20 de agosto de 1985, Pág. 12178 Seção I)

Institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e

Considerando os propósitos de universalização e melhoria do ensino de 1º grau, contidos no Programa “Educação para Todos”;

Considerando a necessidade de promover-se a valorização do magistério, inclusive mediante a efetiva participação do professor na indicação do livro didático;

Considerando, finalmente, o objetivo de reduzir os gastos da família com educação

D E C R E T A

Art. 1º - Fica instituído o Programa Nacional do Livro Didático, com a finalidade de distribuir livros escolares aos estudantes matriculados nas escolas públicas de 1º Grau.

Art. 2º - O Programa Nacional do Livro Didático será desenvolvido com a participação de professores do ensino de 1º Grau, mediante análise e indicação de títulos dos livros a serem adotados.

§ 1º - A seleção far-se-á por escola, série e componente curricular, devendo atender às peculiaridades regionais do país.

§ 2º - Os professores procederão a permanentes avaliações dos livros adotados, de modo a aprimorar o processo de seleção.

Art. 3º - Constitui requisito para o desenvolvimento do Programa, de que trata este Decreto, a adoção de livros reutilizáveis.

§ 1º - Para os efeitos deste artigo, deverá ser considerada a possibilidade da utilização dos livros nos anos subsequentes à sua distribuição, bem como a qualidade técnica do material empregado e o seu acabamento.

§ 2º - A reutilização deverá permitir a progressiva constituição de banco de livros didáticos, estimulando-se seu uso e conservação.

Art. 4º - A execução do Programa Nacional do Livro Didático competirá ao Ministério da Educação, através da Fundação de Assistência ao Estudante – FAE, que deverá atuar em articulação com as Secretarias de Educação dos Estados, Distrito Federal e Territórios, e com órgãos municipais de ensino, além de associações comunitárias.

Parágrafo Único. A execução prevista neste artigo compreenderá a seleção final, a aquisição e a distribuição do livro didático às escolas da rede pública de ensino de 1º Grau, bem como atividades de acompanhamento e controle do Programa.

Art. 5º - A Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus – SEPS, do Ministério da Educação, assistirá a FAE na execução do Programa Nacional do Livro Didático, participando, também, de sua supervisão e avaliação.

Art. 6º - O Programa Nacional do Livro Didático instituído por este Decreto entrará em vigor no ano letivo de 1986.

Art. 7º - O Ministro de Estado da Educação expedirá as normas que se fizerem necessárias à execução deste Decreto.

Art. 8º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de agosto de 1985;

164º da independência e 97º da República

ANEXO 6**PORTARIA N.º 863, DE 30 DE OUTUBRO DE 1985**

(Publicado no Diário Oficial de 31 de outubro 1985, Pág. 15901, Seção I)

O MINISTRO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 4º do Decreto 91.542, de 19 de agosto de 1985, resolve

I – Estabelecer, na forma desta Portaria, os procedimentos a serem observados na execução do Programa Nacional do Livro Didático, de acordo com as disposições contidas no Decreto n.º 91.542, de 1985.

II – A Fundação de Assistência ao Estudante – FAE, mediante articulação com as Secretarias de Educação dos Estados, Distrito Federal e Territórios, com os órgãos municipais de ensino, com associações comunitárias, e sob a supervisão da Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus – SEPS, do Ministério da Educação, deverá:

- J) estabelecer mecanismos que garantam a participação direta de todos os professores regentes de classes e demais representantes da comunidade escolar, no processo de análise, seleção e indicação de livros didáticos, a serem adotados nas escolas de 1º grau das redes públicas federal, estadual e municipal;
 - J) fixar critérios para indicação dos livros didáticos, no que diz respeito ao seu quantitativo por aluno e ao respectivo componente curricular, em função das peculiaridades regionais;
 - J) constituir instrumentos operacionais que ofereçam ao professor subsídios para análise, seleção, indicação e utilização do livro didático, bem como para a avaliação dos resultados de sua adoção;
- d) estabelecer as especificações técnicas sobre a qualidade do material empregado no livro didático e respectivas condições de apresentação e acabamento, com vistas a assegurar sua reutilização durante o período mínimo de três anos;
- e) promover a implantação e implementação do Banco do Livro em todas as escolas públicas do 1º Grau, como repositório do livro didático reutilizável;
- f) providenciar no sentido de que o livro didático seja escolhido mediante consenso dos professores, por série/componente curricular;
- g) selecionar, para aquisição, o livro didático que, entre duas opções indicadas pela escola para cada componente curricular/série, apresentar melhores condições de negociação;
- h) promover a reposição de exemplares dos títulos indicados, em função de perdas ou expansão de matrículas;
- J) firmar convênios com Secretarias de Educação dos Estados, Territórios e Distrito Federal, órgãos municipais de educação e associações comunitárias com vistas à

fixação de condições, prazos, quantitativos de livros e participação financeira na execução do Programa;

J) regulamentar as condições para aquisição de livros indicados pela escola, bem como, de comum acordo com partes convenientes, as datas e os locais para a respectiva entrega.

III – Compete, ainda, à FAE, acompanhar, com a participação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, o desenvolvimento do referido Programa, mediante cooperação técnica, supervisão e avaliação de atividades, devendo os respectivos resultados ser encaminhados à Secretária de Ensino de 1º e 2º Graus – SEPS, para efeito do disposto no artigo 5º do mencionado Decreto n.º 91.542, de 1985.

IV – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

V – Revogam-se as disposições em contrário.

MARCO MACIEL

ANEXO 7

Tabela com as teses de Doutorado – Banco da Capes (2004-2009) – Palavra chave: Livro didático de Língua Portuguesa.

| Autor | Título | Ano | Categoria |
|---------------------------------------|--|------------|---------------------------------|
| Maria Paula Parisi Lauria | Livro didático de português: entre as concepções de ensino, os trilhos da lei e as sendas do texto | 2004 | Gramática e Análise Lingüística |
| Simone de Jesus Padilha | Os gêneros poéticos em livros didáticos do Ensino Fundamental : Uma abordagem enunciativo-discursiva | 2005 | Gêneros Textuais |
| Paulo Vinícius Baptista da Silva | Relações raciais em livros didáticos de língua portuguesa | 2005 | Estereótipos |
| Adelma das Neves Barros Mendes | A Linguagem oral nos livros didáticos de língua Portuguesa do Ensino Fundamental dos 3º e 4º ciclos: Algumas reflexões | 2005 | Oralidade |
| Marta Passos Pinheiro | Letramento literário na escola: um estudo das práticas de leitura literária na formação da comunidade de leitores | 2006 | Gramática e Análise Lingüística |
| Maria Aparecida Silva | Um estudo analítico das concordâncias verbal e nominal em livros didáticos de língua portuguesa de 5ª a 8ª séries. | 2006 | Gramática e Análise Lingüística |
| José Antônio Oliveira de Resende | Das condições para a produção da alienação às condições para a construção crítica do texto | 2006 | Gêneros Textuais |
| Rosaura Maria Albuquerque Leão | A leitura no livro didático de língua portuguesa: outras formas de dizer o mesmo. | 2007 | Produção textual |
| Paula Maria Cobucci Coelho | O tratamento da variação lingüística no livro didático de português. | 2007 | Gramática e Análise Lingüística |
| Neide Cardoso de Moura | Relações de Gênero em livros didáticos de língua portuguesa: permanências e mudanças | 2007 | Estereótipos |
| Sílvio Ribeiro da Silva | Ensino de produção escrita de gêneros na ordem do argumentar: o papel do livro didático de português e a atuação do professor. | 2008 | Gêneros Textuais |
| Alexandro da Silva | Entre “ensino de gramática” e “análise lingüística”: um estudo sobre as mudanças em currículos e livros didáticos. | 2008 | Gramática e Análise Lingüística |
| Sueli da Costa | A presença de gêneros da esfera da propaganda no livro didático de língua portuguesa | 2009 | Gêneros Textuais |
| Eloísa Helena Rodrigues Guimarães | O processo de produção escrita em livros didáticos de Língua Portuguesa: do planejamento à revisão | 2009 | Produção Textual |
| Dulce Cassol Tagliani | O livro didático de língua portuguesa no contexto escolar: perspectivas de interação. | 2009 | Gêneros Textuais |
| Ângela Maria Ribeiro Vilas Boas Leite | Os mecanismos enunciativos no estudo de contos brasileiros em livros didáticos para o ensino médio | 2009 | Gêneros Textuais |

ANEXO 8

Tabela com as dissertações de Mestrado – Banco da Capes (2005-2009) – Palavra chave: Livro didático de Língua Portuguesa.

| Autor | Título | Ano | Categoria |
|--------------------------------------|---|------------|---------------------------------|
| Ana Lúcia Colodetti Gada | A canção no livro didático de língua portuguesa | 2005 | Gêneros textuais |
| Suelen de Andrade Viana | Por uma interface sociolingüística no livro didático de língua portuguesa: análises e contribuições. | 2005 | Gramática e Análise Lingüística |
| Angela Maria Damaceno Reis Alves | O uso do livro didático de português por professores do Ensino Fundamental. | 2006 | Produção textual |
| Aurea Silvia Amaral Marques | A mídia e a competência leitora: o texto publicitário no livro didático de português. | 2006 | Gênero |
| Cristiane Ribeiro Gomes Bou Maroun | A multimodalidade textual no livro didático de português | 2006 | Estudo dos gêneros textuais |
| Débora Amorim Gomes da Costa | Livros didáticos de língua portuguesa: propostas didáticas para o ensino da linguagem oral. | 2006 | Oralidade |
| Denise Araujo da Silva | A abordagem da temática velhice nos livros didáticos de língua portuguesa direcionados à 1ª série do Ciclo I do Ensino Fundamental. | 2006 | Estereótipos |
| Eliene Estácio Santos | Livro didático de português: análise das práticas de textualização efetivas em sala de aula de 2ª Séries de Ensino Fundamental. | 2006 | Produção textual |
| Jorge Luís Lira da Silva | Análise lingüística nos livros didáticos de língua portuguesa recomendados pelo PNLD: normatividade e textualidade. | 2006 | Gramática e Análise Lingüística |
| Márcio Rogério de Oliveira Cano | O Tratamento dado aos gêneros do discurso jornalístico em livros didáticos de língua portuguesa | 2006 | Estudo dos gêneros textuais |
| Michel Muller | O ensino da sintaxe em manuais didáticos de português. | 2006 | Gramática e Análise Lingüística |
| Susilene Cristina Tavares e Souza | Os segredos do livro didático: a concepção de gramática no ensino-aprendizagem de língua materna. | 2006 | Gramática e Análise Lingüística |
| Dalva Aparecida do Carmo Constantino | As propostas de produção escrita nos livros didáticos de língua | 2007 | Produção textual |

| | | | |
|--------------------------------------|--|------|---------------------------------|
| | portuguesa do Ensino Médio: um olhar enucuativo-discursivo. | | |
| Hérika Ribeiro dos Santos | O texto publicitário na sala de aula. | 2007 | Estudo dos Gêneros Textuais |
| José Geraldo Pereira Baião | O gênero apresentação nos livros didáticos de língua portuguesa | 2007 | Estudos dos gêneros textuais |
| Liv Chamma | A variação lingüística nos livros didáticos de português (5ª a 8ª séries) | 2007 | Gramática e Análise Lingüística |
| Lizane Ferreira | Consignas de livros de língua: uma análise dos atos de fala diretivos em português e em espanhol. | 2007 | Oralidade |
| Paulo Cezar Rodrigues | Características do livro didático de língua portuguesa na mediação da produção textual escrita | 2007 | Produção textual |
| Silvana Aparecida Pinter Chaves | Um olhar sobre a propaganda no livro didático em sala de língua portuguesa no Ensino Médio. | 2007 | Estudos dos gêneros textuais |
| Edna Pagliari Brun | A inter-relação tipo e gênero na formação de alunos produtores de textos. | 2008 | Estudo dos Gêneros Textuais |
| Fátima Soares da Silva | A reportagem em livros didáticos de língua portuguesa. | 2008 | Estudo dos Gêneros Textuais |
| Luiz Eduardo Mendes Batista | Os gêneros escritos do argumentar no espaço didático | 2008 | Estudo dos gêneros textuais |
| Márcia Maria Junkes | O pronome A GENTE nos livros didáticos de Língua Portuguesa | 2008 | Gramática e Análise Lingüística |
| Maria da Silva Peixoto | A imagem de adolescente no discurso do livro didático de língua portuguesa. | 2008 | Estereótipos |
| Maria José Houly Almeida de Oliveira | As propostas de produção textual no livro didático: uma reflexão sobre as práticas efetivadas pelos professores formados pela PROFA. | 2008 | Produção textual |
| Maura Rejane Amaral Rodrigues Amorim | As imagens de mulher no livro didático de língua portuguesa da 8ª série do Ensino Fundamental. | 2008 | Estereótipos |
| Aldeniz dos Santos Pinto | Os gêneros no livro didático de língua portuguesa das teles salas do projeto travessia | 2009 | Estudo dos gêneros textuais |
| Ana Karla de Carvalho Sousa | O gênero notícia de jornal em livros didáticos de Língua Portuguesa | 2009 | Estudo de gêneros textuais |
| Cícero Gabriel dos Santos | Livro didático de português: da proposta teórico-metodológica às adaptações no ensino da escrita. | 2009 | Produção Textual |
| Denise Guerra de | Léxico e Atividades de | 2009 | Gramática e |

| | | | |
|-----------------------------------|--|------|---|
| Almeida Teixeira | Categorização no Livro Didático de Língua Portuguesa | | Análise Lingüística |
| Glaucia Regina Gomes | Letramento e identidade: a apropriação de gêneros argumentativos na escola com a mediação do livro didático. | 2009 | Estudo de gêneros textuais |
| Hérica Karina Cavalcanti de Lima | “Escolha e uso de livros didáticos de português: um olhar sobre práticas e discursos.” | 2009 | Estudos sobre o uso e escolha do livro didático |
| Izabel Maria Martins da Silva | O tratamento da argumentação em livros didáticos: uma contribuição para o trabalho com a oralidade em sala de aula. | 2009 | Estudo de Gêneros textuais |
| Lezinete Regina Lemes | O discurso autoral nos livros didáticos de língua portuguesa do Ensino Médio: análise lingüística. | 2009 | Gramática e Análise Lingüística |
| Luiz Carlos Gonçalves de Oliveira | Seleção de textos para coleções didáticas de Português no PNLD 2007 (1ª a 4ª séries): poemas para quê? Para que poemas? | 2009 | Estudo de Gêneros textuais |
| Patrícia Barreto da Silva | Atividade de escrita em livro didático de língua portuguesa: um estudo das estratégias didáticas. | 2009 | Produção textual |
| Quitéria Pereira de Assis | A professora e as propostas de produção de texto em um livro didático de português: mudanças que singularizam a atividade. | 2009 | Produção textual |
| Sulanita Bandeira da Cruz Santos | Análise dos livros didáticos de língua portuguesa da educação de jovens e adultos: letramento e especificidades | 2009 | Produção textual |